



Dossiê Temático |
Abordagem qualitativa em pesquisas e o olhar interdisciplinar
no campo das Ciências Sociais Aplicadas e das Ciências Humanas

V. 21 | N. 37 | 2024
ISSN 1984 -7939



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA



PPGCom
Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Comunicação UEL

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA

discursos fotográficos

EXPEDIENTE

Revista do Programa de Pós-Graduação Stricto sensu em Comunicação (Mestrado) da Universidade Estadual de Londrina

Editor | André Azevedo da Fonseca

Editores Adjuntos | Francisco-José García-Ramos e Talita Lima Chechin Camacho Arrebola

Revisão de Língua Estrangeira e Abstracts | Rosana Vivian Schulze

Normatização | Edileusa Regina de Aguiar - CRB 9/1595

Administração, editoração e distribuição | Mestrado em Comunicação da UEL
Campus Universitário - Caixa Postal 10.011 | Fone 43 3371-4744 | e-mail: mestrado.com@uel.br

Projeto gráfico | Leandro Brito

Diagramação | Felipe Ortega

Indexadores da Revista

Latindex (México)
Sumários de Revistas Brasileiras (Brasil)
Ulrich's Periodicals Directory (Estados Unidos)
BASE (Alemanha)
JournalSeek (Estados Unidos)
Scopus (Holanda)
Directory of OpenAccessJournals - DOAJ (Suécia)
EBSCO (Estados Unidos)

Catálogo na publicação
Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Discursos Fotográficos. Universidade Estadual de Londrina.
Mestrado em Comunicação - Londrina-PR, v. 21, n. 37, jun./dez. (2024)

Semestral
ISSN 1984-7939

1. Fotografia - Periódicos. 2. Comunicação visual - Imagem - Periódicos.
I. Universidade Estadual de Londrina. Mestrado em Comunicação.

CDU: 77(05)

Universidade Estadual de Londrina

Reitor: Marta Regina Gimenez Favaro

Vice-Reitor: Airton José Petris

Centro de Educação Comunicação e Artes

Diretor: Edmilson Lenardão

Comissão Coordenadora do Programa de Pós Graduação em Comunicação da UEL

Manoel Dourado Bastos

Monica Panis Kaseker

André Azevedo da Fonseca

Comissão Editorial

Prof. Dr. Alberto Carlos Augusto Klein

Prof. Dr. André Azevedo da Fonseca

Profa. Dra. Florentina das Neves Souza

Profa. Dra. Márcia Neme Buzalaf

Prof. Dr. Miguel Luiz Contani

Prof. Dr. Paulo César Boni

Prof. Dr. Rodolfo Rorato Londero

Profa. Dra. Rosane Fonseca de Freitas Martins

Prof. Dr. Rozinaldo Antonio Miani

Prof. Dr. Sílvio Ricardo Demétrio

Conselho Consultivo

Dra. Barbara Regina Lopes Costa, Faculdade Max Planck, Brasil

Dr. Boris Kossoy, Universidade de São Paulo, Brasil

Dra. Carolina Etcheverry, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Dra. Claudia Mattos Brandão, Centro de Artes, UFPel

Dr. Darlan De Mamann Marchi, Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Dr. Fernando Cury de Tacca, Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Dr. Fernando Gonçalves, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Dr. João Batista Freitas Cardoso, Universidade Municipal de São Caetano do Sul, Brasil

Dr. Jorge Pedro Sousa, Universidade Fernando Pessoa, Portugal

Dra. Laura Cortés-Selva, Universidade Católica de Murcia, Espanha

Dra. Lucia Rottava, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Brasil

Dra. Mara Burkart, Universidad de Buenos Aires, Argentina

Dra. Mara Rúbia Sant'Anna, Universidade do Estado de Santa Catarina, Brasil

Dra. Maria José Baldessar, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Dra. María Silvia Pérez Fernández, Argentina
Dra. Marília Flores Seixas de Oliveira, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia / UESB, Brasil
Dr. Milton Roberto Monteiro Ribeiro (Milton Guran), Universidade Federal Fluminense
Dr. Nelson Soares Pereira Junior, Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Dr. Orlando Maurício de Carvalho Berti, Universidade Estadual do Piauí, Brasil
Dr. Pedro Afonso Vasquez, Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Brasil
Dra. Sandra de Cássia Araújo Pelegrini, Governadoria do Estado do Paraná
Dr. Sidartha Soria, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil
Dra. Simonetta Persichetti, Faculdade Cásper Líbero, Brasil

Editores de Seção

Dra. Thaise Luciane Nardim | Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil
Dra. Monica Panis Kaseker | Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil
Dr. Eduardo Yuji Yamamoto | Universidade Estadual do Centro Oeste (UNOESTE)/ Universidade Estadual de Londrina (UEL), Brasil
Dr. Thiago Henrique Ramari | Universidade Estadual de Maringá (UEM), Brasil
Dr. Emerson dos Santos Dias | Universidade Estadual de Londrina (UEL)/ Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Brasil
Dra. Cláudia Malheiros Munhoz | Universidad Complutense de Madrid, Espanha

Revisores

ALVES, Cláudia Tavares. Universidade Estadual Paulista (UNESP)
AMARAL, Muriel Emídio Pessoa. Universidade Estadual Paulista (UNESP)
CARVALHO, Anna Letícia Pereira de. Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)
CARVALHO, Denize Piccolotto. Universitat de les Illes Balears (UIB)
CULP, Edwin. Universidad Iberoamericana (UIA)
FONSECA, André Azevedo. Universidade Estadual de Londrina (UEL)
KASEKER, Monica Panis. Universidade Estadual de Londrina (UEL)
MARCHI, Darlan De Mamann. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
MARGADONA, Laís Akemi. Universidade Estadual Paulista (UNESP)
MODENESI, Thiago Vasconcellos. Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
PAIVA, Anderson. Universidade Federal de Roraima (UFRR)
ROTTAVA, Lucia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
SCANSANI, Andrea C. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
SERRANO, David Polo. Universidad Pablo de Olavide de Sevilla (UPO)

Organizadores do dossiê

Dr. Ayoub Hanna Ayoub - Departamento de Comunicação da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Dra. Léia Aparecida Veiga – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL)

Dra. Débora Carol Luz da Porciuncula - Programa de Pós Graduação em Política Social e Territórios na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Me. Osmar Fabiano de Souza Filho – Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

Pareceristas do Dossiê

Dr. Agustín Arosteguy. Instituto de Geografia da Universidade de Buenos Aires e Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade de Campinas/UNICAMP.

Dr. Alan Alves Alievi. Universidade Estadual do Norte do Paraná/UENP

Dra. Débora Carol Luz da Porciuncula. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia/UFRB.

Dra. Eloiza Cristiane Torres. Universidade Estadual de Londrina/UEL.

Dr. Marcelo Augusto Rocha. Universidade Federal da Integração Latino-Americana/UNILA.

Dra. Sandra Maria Almeida Cordeiro. Universidade Estadual de Londrina/UEL

SUMÁRIO

Apresentação

Ayoub Hanna Ayoub, Léia Aparecida Veiga, Débora Carol Luz da Porciuncula, Osmar Fabiano de Souza Filho8

Artigos

Lula, Milei e o Ajuste Fiscal: O Discurso de Austeridade e Hegemonia Neoliberal nos Grandes Jornais da Mídia Brasileira

Lula, Milei, and Fiscal Adjustment: The Discourse of Austerity and Neoliberal Hegemony in Major Brazilian Newspapers

Osmar Fabiano de Souza Filho, Léia Aparecida Veiga11

Da regulação jurídica aos desafios comunicacionais sobre mudanças climáticas

From legal regulation to communication challenges on climate change

Miguel Etinger de Araujo Junior, Isabela Gautier Ono, Jussara Romero Sanches.....31

Papo de Invisível: um jornal das vidas em situação de rua na cidade de Londrina

Papo de Invisível: a newspaper about homeless lives in the city of Londrina

Janaína Minikowski Achete, Vera Lucia Tieko Suguihiro50

A experiência da comunicação acessível na troca de conhecimento entre o cientista e a população: elaboração da Cartilha para as pré-conferências da habitação de interesse social

The experience of accessible communication in the exchange of knowledge between scientists and the population: preparation of the Booklet for pre-conferences on social housing

Sandra Maria Almeida Cordeiro, Ideni Terezinha Antonello, José Rafael Vilela da Silva.....72

A força das imagens no anime “Nausicaä do Vale do Vento”: enlaces de geografias, mídias e educação

The power of images in the anime “Nausicaä of the Valley of the wind”: ties of geographies, media and education

Felipe Costa Aguiar, Thomaz Romanini Gubert Strehlau, Jeani Delgado Paschoal Moura.....92

Comunicação e participação popular na implementação do Trabalho Social em esgotamento na cidade de Maria Helena-PR <i>Communication and popular participation in the implementation of Social Work in the city of Maria Helena-PR</i> Andrea Cristina Fontes Silva, José Paulo P Pinese.....	111
Comunicação visual e ensino de geografia: a cidade de Londrina em Cartões-Postais Escolares (CPE) <i>Visual communication and geography teaching: the city of Londrina in School Postcards</i> Liliam Araujo Perez, Danieli Barbosa de Araujo, Breno da conceição Neto.....	125
Geografia e cinema - um elo entre imagens em movimentos e a percepção ambiental <i>Geography and cinema - a link between moving images and environmental perception</i> Maria Luzia Ferreira Santos, Eloiza Cristiane Torres	142
Telenovelas e a questão racial: o papel do Estatuto da Igualdade Racial na representatividade <i>Soap Operas and the Racial Issue: The Role of the Statute of Racial Equality in Representation</i> Welliton Fernando dos Santos, Léia Aparecida Veiga.....	160



APRESENTAÇÃO

Dossiê Temático - Pesquisa Qualitativa Interdisciplinar: Estudos em Geografia e Comunicação.

Ayoub Hanna Ayoub¹

Léia Aparecida Veiga²

Débora Carol Luz da Porciuncula³

Osmar Fabiano de Souza Filho⁴

Editores

Este dossiê reúne artigos produzidos a partir de ideias apresentadas no formato de resumo expandido no II Encontro Internacional de Metodologias Qualitativas de Pesquisa e/ou Ação, ocorrido de 14 a 16 de março de 2024, em Londrina, Paraná. Os trabalhos selecionados demonstram a variedade de abordagens qualitativas e contemplam as discussões em torno da transformação das contradições sociais por meio da pesquisa qualitativa e/ou ação-participante. O evento é parte de um processo contínuo de questionamentos que buscam superar as estruturas epistemológicas dominantes, promovendo um debate sobre a necessidade da ciência se afastar dos paradigmas eurocêntricos e se conectar com a complexidade do Sul Global.

O II Encontro MQPA, com o tema, Desenvolvimento territorial sustentável foi pensado a partir da necessidade de promover o debate acerca do desenvolvimento territorial sustentável do espaço rural e urbano da região latino-americana e do Sul Global. Entendemos que a eleição desse tema do II Encontro MQPA, se deu diante o controverso momento histórico em que nos encontramos, comprometendo as expectativas das futuras gerações de um mundo socialmente e economicamente inclusivo e ambientalmente sustentável. Seja isso, no campo e cidade, dos rios e das florestas, e da incapacidade, do conhecimento científico racionalista moderno de fazer frente, sozinho, a essas questões.

Em colaboração com a Revista Discursos Fotográficos, este dossiê amplia o debate

1 Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professor na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

2 Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

3 Doutora em Política Social e Territórios pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

4 Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL)



e reforça o compromisso com o desenvolvimento de metodologias qualitativas que se alinhem com as realidades materiais de nossas sociedades. E, que, principalmente, perpassem o campo da mídia em um rico diálogo com temáticas de diferentes áreas do conhecimento.

O primeiro artigo “Lula, Milei e o Ajuste Fiscal: O Discurso de Austeridade e Hegemonia Neoliberal nos Grandes Jornais da Mídia Brasileira”, de Osmar Fabiano de Souza Filho e Léia Aparecida Veiga, analisa a forma como os grandes jornais brasileiros operam na legitimação das políticas neoliberais, naturalizando o ajuste fiscal e esvaziando a crítica às políticas de austeridade. A partir da análise do discurso, os autores demonstram como a mídia reconfigura os termos do debate público para tornar o neoliberalismo uma imposição técnica, invisibilizando seus efeitos sobre as classes trabalhadoras.

Já no segundo artigo intitulado “Da regulação jurídica aos desafios comunicacionais sobre mudanças climáticas”, Miguel Etinger de Araujo Junior, Isabela Gautier Ono e Jussara Romero Sanches problematizam a relação entre regulação jurídica e comunicação na construção de políticas públicas voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas. A análise evidencia como a eficácia dessas políticas depende não apenas de normativas formais, mas também de um processo comunicacional que supere as distorções e a apropriação ideológica da informação científica pelo mercado.

No que concerne as disputas urbanas, o artigo denominado “Papo de Invisível: um jornal das vidas em situação de rua na cidade de Londrina”, de Janaína Minikowski Achete e Vera Lucia Tieko Suguihiro, dá voz às populações em situação de rua, deslocando a centralidade da análise para a experiência direta dos sujeitos que vivem e reivindicam a cidade. A pesquisa evidencia as disputas territoriais nos espaços urbanos e a exclusão sistemática promovida pelas políticas públicas e pelo mercado imobiliário.

Ainda na interface entre pesquisa acadêmica e ação social, “A experiência da comunicação acessível na troca de conhecimento entre o cientista e a população: elaboração da Cartilha para as pré-conferências da habitação de interesse social”, de Sandra Maria Almeida Cordeiro, Ideni Terezinha Antonello e José Rafael Vilela da Silva, apresenta a elaboração de um material de comunicação acessível voltado à mobilização popular pelo direito à moradia. O trabalho reforça a necessidade de construir pontes entre a produção científica e os sujeitos que vivenciam diretamente os processos de exclusão urbana.

A relação entre imagem e formação da percepção social também foi tematizada em “A força das imagens no anime ‘Nausicaä do Vale do Vento’: enlaces de geografias, mídias e educação”, de Felipe Costa Aguiar, Thomaz Romanini Gubert Strehlau e Jeani Delgado Paschoal Moura. Os autores analisam a potencialidade das imagens em expressar relações espaciais e provocar questionamentos críticos sobre a relação entre



sociedade e meio ambiente.

No campo da comunicação popular e políticas públicas, o artigo intitulado “Comunicação e participação popular na implementação do Trabalho Social em esgotamento na cidade de Maria Helena-PR”, de Andrea Cristina Fontes Silva e José Paulo Pinese, analisa a inserção da população em projetos de saneamento e como os processos comunicacionais determinam a efetividade da participação social. O artigo problematiza os desafios da comunicação como instrumento de mobilização popular, questionando os limites da participação em um contexto de mercantilização da infraestrutura urbana.

A pesquisa “Comunicação visual e ensino de geografia: a cidade de Londrina em Cartões-Postais Escolares (CPE)”, de Liliam Araujo Perez, Danieli Barbosa de Araujo e Breno da Conceição Neto, aborda a relação entre o ensino de geografia e o uso de imagens como instrumento de construção do conhecimento. Os autores demonstram como os cartões-postais podem funcionar como um recurso didático que amplia a percepção do espaço urbano e as contradições que o estruturam.

No artigo “Geografia e cinema – um elo entre imagens em movimento e a percepção ambiental”, Maria Luzia Ferreira Santos e Eloiza Cristiane Torres exploram a utilização do cinema como ferramenta pedagógica no ensino de geografia. A pesquisa destaca a capacidade da linguagem audiovisual de expandir a percepção crítica sobre o espaço e a relação sociedade-natureza.

Por fim, “Telenovelas e a questão racial: o papel do Estatuto da Igualdade Racial na representatividade”, de Welliton Fernando dos Santos, Maria Helena Azevedo Ferreira e Léia Aparecida Veiga, analisa a permanência da desigualdade racial nas produções televisivas, mesmo após a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial. A pesquisa demonstra como o espaço televisivo continua reproduzindo a centralidade da branquitude, limitando o avanço da representatividade negra na dramaturgia brasileira.

Ao finalizar esse dossiê, em pleno verão com temperaturas elevadas, espera-se contribuir para a reflexão sobre a importância de pesquisas qualitativas e/ou participante-ação na construção de uma sociedade menos excludente e desigual.

Londrina, dezembro de 2024.



Recebido em: 20 de nov. 2024 | Aprovado em: 15 dez. 2024
| Publicado em: 20 de dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36p11

Lula, Milei e o Ajuste Fiscal: O Discurso de Austeridade e Hegemonia Neoliberal nos Grandes Jornais da Mídia Brasileira

Lula, Milei, and Fiscal Adjustment: The Discourse of Austerity and Neoliberal Hegemony in Major Brazilian Newspapers

Osmar Fabiano de Souza Filho¹

Léia Aparecida Veiga²

RESUMO

Este artigo analisa como a mídia brasileira reproduz e legitima narrativas neoliberais nos jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, nos textos publicados entre novembro e dezembro de 2024 sobre o ajuste fiscal promovido pelo Governo Lula e questões relacionadas à Argentina e ao Governo Milei. Busca-se compreender como esses veículos defendem políticas de austeridade como inevitáveis, ocultando seus impactos sobre as classes trabalhadoras. Utilizamos a análise do discurso, associada à perspectiva materialista e histórica, para investigar 18 textos, entre editoriais e colunas. Os resultados mostram que os jornais reforçam a centralidade do mercado e apresentam reformas neoliberais como soluções técnicas. Ao exaltar a eficiência econômica como prioridade absoluta, marginalizam os impactos sociais das políticas defendidas, reforçando a hegemonia neoliberal.

Palavra-chave: Neoliberalismo; Discurso; Mídia Brasileira.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

ABSTRACT

This article analyzes how Brazilian media reproduces and legitimizes neoliberal narratives in the newspapers Folha de São Paulo, O Globo, and O Estado de São Paulo, focusing on texts published between November and December 2024 regarding the fiscal adjustment promoted by the Lula Government and issues related to Argentina and the Milei Government. It seeks to understand how these outlets advocate austerity policies as inevitable, while concealing their impacts on the working classes. We applied discourse analysis, combined with a materialist and historical perspective, to investigate 18 texts, including editorials and opinion pieces. The results show that the newspapers reinforce the centrality of the market and present neoliberal reforms as technical solutions. By exalting economic efficiency as an absolute priority, they marginalize the social impacts of the policies defended, reinforcing neoliberal hegemony.

Keywords: Neoliberalism; Discourse; Brazilian Media.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar como os principais veículos de comunicação do Brasil, Jornal Folha de São Paulo, o Estadão de São Paulo e jornal O Globo reproduziram e buscaram legitimar o discurso neoliberal, evidenciando como essas construções discursivas podem influenciar a percepção das políticas públicas e das relações sociais. Desse modo, visa-se compreender de que maneira a mídia articula a defesa de medidas como austeridade, desregulamentação e privatização apresentando-as como inevitáveis e apolíticas, enquanto desconsidera os impactos sociais e históricos dessas políticas sobre as classes trabalhadoras.

Com tal finalidade, selecionamos textos, entre editoriais e colunas, publicados entre 1º de novembro e 14 dezembro de 2024 nos três referidos jornais, que discutiam diretamente as reformas fiscais brasileiras e as comparações com a Argentina sob o governo de Javier Milei. A justificativa para esta análise reside na centralidade que a mídia tradicional ocupa na consolidação de hegemonias ideológicas, especialmente

no contexto do neoliberalismo, onde o mercado é exaltado como o regulador universal das relações humanas.

Entendemos que a produção e circulação dessas narrativas midiáticas não apenas refletem o contexto econômico, mas agem moldando as formas de pensar e agir no campo político e social. Visualizamos que as questões econômicas do governo brasileiro e por governos estrangeiros, como o argentino, fornecem um terreno fértil para observar como a mídia atua como agente de naturalização das desigualdades e de perpetuação das dinâmicas de classe no capitalismo contemporâneo.

Nossa metodologia combina análise do discurso com revisão teórica, buscando problematizar os elementos ideológicos presentes nos textos analisados. A seleção dos textos foi guiada por critérios que privilegiaram textos opinativos e editoriais, por representarem posicionamentos institucionais ou individuais que exercem maior influência sobre a formação de opinião. Analisamos ao todo 18 textos, distribuídos entre os três jornais, todos tratando de temas como ajuste fiscal, controle inflacionário e comparações internacionais de Brasil e Argentina.

O artigo está estruturado em duas partes principais, além das considerações finais. Na primeira, exploramos as bases históricas e teóricas do neoliberalismo, destacando sua formulação ideológica, desde a *Sociedade Mont Pelerin* até sua consolidação como paradigma econômico dominante no Ocidente. Na segunda, analisamos como os jornais reproduziram narrativas que legitimam políticas neoliberais, utilizando a análise dos textos. Nas considerações finais, discutimos as implicações dessas narrativas para a perpetuação das desigualdades estruturais no Brasil.

Como pressupostos teóricos-metodológicos adotamos o materialismo histórico-dialético para interpretar as dinâmicas ideológicas presentes nos discursos. Os resultados preliminares indicam que os jornais analisados constroem narrativas que legitimam as políticas neoliberais como inevitáveis e tecnicamente neutras, enquanto deslegitimam alternativas e resistências. Observamos a recorrência de

discursos que exaltam a eficiência econômica e a confiança do mercado como prioridades absolutas, ao mesmo tempo em que relegam as demandas sociais e os impactos sobre o proletariado a uma posição secundária.

2. NEOLIBERALISMO E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDEOLOGIA

A ideologia proprietarista consolidou-se como um dos pilares estruturantes da sociedade moderna. Segundo Piketty (2020), esse conjunto de valores busca legitimar a propriedade privada como princípio das relações sociais, consolidando e legitimando desigualdades de concentrar riqueza e poder nas mãos da burguesia. Desse modo, ocorre a naturalização da exclusão dos despossuídos, justificando a existência de uma hierarquia social em nome da liberdade econômica.

Desde a transição do feudalismo para o capitalismo, que marcou a primeira grande transformação nas formas de posse e uso da terra, as relações de propriedade deixaram de ser mediadas por vínculos de servidão e obrigações mútuas entre senhores e servos. Assim, a propriedade passou a ser concebida e orientada como um direito individual desvinculado de obrigações coletivas, passando a ser visto como individual.

Nesse processo, com a dissolução dos vínculos feudais e a expropriação de camponeses, foi consolidado um regime no qual a terra e os bens produtivos eram apropriados pela burguesia, criando outra forma de organização social. Essa organização, além de materializar outra forma histórica de propriedade e estabelecer outras relações de produção, criou um ideário político, segundo Piketty (2020):

A propriedade privada não é apenas uma instituição econômica, mas também uma construção política e ideológica, projetada para reforçar a hierarquia social e consolidar o poder das classes dominantes (Piketty, 2020, p. 42).

Dessa maneira, o pensamento político e filosófico dos séculos XVII e XVIII foi fundamental na criação das bases ideológicas do proprietarismo. Nesse contexto,

John Locke, por exemplo, associou a propriedade ao trabalho a um direito natural do homem, argumentando que o esforço individual justificava a posse de bens. Segundo essa concepção a relação entre propriedade e liberdade individual estabeleceu um vínculo estruturante que se tornaria central para o liberalismo econômico (Piketty, 2020).

A crescente concentração de capitais e terras aprofundou as desigualdades sociais, mas a ideologia proprietarista justificou essas assimetrias como necessárias ao progresso econômico. Os sistemas jurídicos consolidaram a inviolabilidade da propriedade privada da terra, ao mesmo tempo em que mecanismos de exclusão, como o controle do acesso à terra e à moradia, eram institucionalizados. Assim, o Estado moderno tornou-se não apenas um mediador, mas um garantidor das relações de propriedade, atuando para proteger os interesses dos grandes proprietários (Marx, 2019; Piketty, 2020).

A partir da segunda metade do século XX, o fortalecimento do pensamento econômico neoliberal reafirmou a centralidade do proprietário privado como agente primordial da economia, consolidando a ideia da propriedade como um direito natural e inalienável. Nesse novo contexto, a ideologia proprietarista não apenas legitimou a concentração de riqueza, mas também buscou naturalizar a exclusão de amplos setores sociais que vivem em situação de extrema vulnerabilidade e que necessitam de auxílio do Estado para sobreviverem.

Os princípios desse neoliberalismo, entretanto, buscou consolidar os interesses da burguesia em ampliar seu domínio sobre os meios de produção e as relações sociais. E para isso, utilizando-se dos grandes meios de comunicação, tornou hegemônico o discurso pela defesa da desregulamentação e da privatização de bens e serviços públicos, a eliminação de barreiras que poderiam limitar a acumulação de capital e o reforço do poder político e hegemônico da própria burguesia (Chomsky; Polychroniou, 2021; Piketty, 2020).

Na sociedade neoliberal, seja europeia, norte-americana ou latino-americana, o papel do Estado foi reduzido à garantia da propriedade privada e à promoção da livre circulação de capitais, enquanto os interesses dos trabalhadores passaram a ser subordinados às exigências do mercado. Dessa maneira, o neoliberalismo ampliou as desigualdades e consolidou um modelo que privilegia a acumulação em detrimento das demandas sociais (Harvey, 2006).

Em suas bases teóricas, o neoliberalismo rejeita o intervencionismo estatal e defende a primazia dos mercados como reguladores das relações sociais. Articulado em espaços como a *Sociedade Mont Pelerin*, o projeto foi construído e idealizado para contrapor-se ao modelo de bem-estar social e ao planejamento estatal. Essas ideias gradualmente se difundiram e ganharam espaço no cenário político, especialmente na crise de 1970, quando foram apresentadas como as respostas necessárias para enfrentar a crise econômica (Harvey, 2006).

Assim, abriram o espaço para esse novo modelo que buscava reposicionar o mercado como elemento central na organização social. Para os autores neoliberais, com destaque para Frederich Von Hayek, Ludwig Von Mises, e Milton Fridman, o Estado, que até então desempenhava um papel redistributivo e regulador, seria apenas para garantir a livre circulação de capitais, ao mesmo tempo que realizaria a privatização de bens e serviços públicos e a desregulamentação de setores estratégicos. Essas eram as respostas históricas para os problemas historicamente colocados naquele momento, mas se tornaram uma “bula” ao serem impostos como as soluções em diferentes partes do mundo, mesmo em diferentes contextos, desde então (Harvey, 2006; Piketty, 2020).

Com isso, o neoliberalismo se apresentava como a fórmula para superar as dificuldades econômicas, mesmo ignorando os impactos sociais e a concentração de riqueza que produziu.

Segundo Harvey (2006), em sua prática:

O neoliberalismo é, em última análise, um projeto para alcançar a restauração do poder de classe. Ele se apoia em narrativas sobre eficiência e liberdade individual para justificar políticas de desregulamentação, privatização e cortes no gasto público, ignorando os impactos devastadores para as populações mais vulneráveis e os efeitos concentradores de riqueza que essas práticas inevitavelmente produzem. (Harvey, 2005, p. 19)

Os impactos do neoliberalismo, porém, vão além das questões econômicas, uma vez que essas influenciam o meio social em diferentes frentes. Com a centralidade na competição e da meritocracia, a lógica neoliberal transferiu para os indivíduos a responsabilidade de sua posição social. Entendemos que esse processo serviu, também, para legitimar as contradições inerentes ao sistema capitalista, ao naturalizar a exploração do proletariado como resultado de escolhas pessoais e não como consequência das dinâmicas de exploração.

A difusão desse conjunto de valores ocorreu por meio de diferentes frentes. A mídia, os sistemas educacionais e os organismos internacionais desempenharam um papel crucial na propagação desses valores como eficiência, mérito e competitividade. Da mesma forma, as transformações estruturais nas relações de trabalho e na organização da vida promoveram a internalização de princípios que responsabilizam os indivíduos por suas condições materiais (Sandel, 2021; Piketty, 2020).

Dessa maneira, a organização social passou a ser regida por princípios que deslocaram o foco da propriedade material para a mercantilização das relações humanas. A lógica de mercado penetrou em esferas antes protegidas, como saúde, educação e moradia, transformando bens essenciais em mercadorias. Com essa reconfiguração aprofundou-se os processos de exclusão já existentes no capitalismo ocidental, ao mesmo tempo em que reforçou a concentração de riqueza em níveis globais (Sandel, 2021; Piketty, 2020).

Essa ideologia encontra sustentação no campo subjetivo. A transformação da experiência do sofrimento em responsabilidade individual, característica da lógica neoliberal, molda o sujeito para aceitar condições de precariedade e exclusão como

aspectos inevitáveis de sua vida. O mérito, nesse contexto, torna-se uma ferramenta não apenas para justificar desigualdades, mas para operar uma gestão do sofrimento. Como problematiza, Sandel (2021) ao estabelecer os critérios de valorização do indivíduo o neoliberalismo transforma esse mesmo indivíduo em cúmplice de sua própria alienação, ao internalizar a culpa por sua posição social.

Desse modo, ignora-se as consequências de políticas que priorizam o controle da inflação em detrimento da geração de empregos são defendidas como necessárias para a estabilidade econômica, ainda que resultem em desemprego elevado e precarização das condições de trabalho. O mercado é apresentado como mediador neutro das relações sociais, enquanto o Estado é relegado ao papel de garantidor dos interesses financeiros. A mídia legitima essas medidas, promovendo a ideia de que os sacrifícios são inevitáveis e que os custos sociais são secundários. Conforme, Harvey (2006)

O controle da inflação a qualquer custo tornou-se uma obsessão nas economias neoliberais. Esse objetivo não é neutro; ele reflete a proteção dos interesses dos credores em detrimento dos trabalhadores. As consequências são desemprego elevado, precarização do trabalho e a perpetuação de desigualdades, enquanto os ganhos de produtividade são canalizados para os já privilegiados. (Harvey, 2006, p. 33)

Acreditamos que essa narrativa se mostra insuficiente para responder às necessidades históricas da sociedade contemporânea. A promoção incessante de políticas de austeridade e cortes nos investimentos sociais tem agravado as desigualdades e exposto a fragilidade do modelo neoliberal diante de crises estruturais.

O caso da Argentina, governada Javier Milei, retrata que a pobreza aumentou de 41,7% no início de seu mandato para 52,9% em julho de 2024, afetando mais da metade da população argentina. Além disso, a pobreza extrema atingiu 18,1% da população, indicando que aproximadamente 8,5 milhões de pessoas não conseguem adquirir uma cesta básica de alimentos (Pobreza, 2024).

Entendemos, que em seu limite, o neoliberalismo não oferece respostas para problemas como a instabilidade econômica, o agravamento das mudanças climáticas e a erosão da coesão social. Como coloca Chomsky e Polychroniou (2021):

O neoliberalismo já não é capaz de atender às exigências de nosso tempo. Ele falha em oferecer respostas adequadas às crises estruturais que enfrentamos, ao insistir em soluções que reforçam as desigualdades e ignoram a necessidade de uma reestruturação radical das relações sociais e econômicas. (Chomsky; Polychroniou, 2021, p. 112)

Mesmo assim, existe a crença deste problema como algo individual uma vez que a mídia tradicional, ao reforçar essa visão, desvia o foco das responsabilidades estruturais, fortalecendo um sistema que concentra riqueza e exclui amplas parcelas da sociedade. Por meio da análise do discurso, torna-se possível compreender como a tirania do mérito e a centralidade do mercado são instrumentalizadas para perpetuar as desigualdades.

Camuflando efeitos das políticas neoliberais sob a aparência de neutralidade técnica e eficiência econômica, esses discursos garantem a continuidade de um modelo que atende aos interesses das classes dominantes, enquanto desconsidera as demandas históricas por justiça e equidade. Acreditamos que para romper com esse ciclo, é fundamental compreender que as soluções não residem em ajustes dentro da própria lógica neoliberal, mas em uma reestruturação ampla das relações sociais e econômicas.

Esse processo de transformação exige, porém, a construção de uma sociedade que priorize o desenvolvimento das forças produtivas, a redistribuição da riqueza, a valorização do trabalho e o fortalecimento de mecanismos de solidariedade coletiva, ou seja, o socialismo. Assim, a compreensão desse processo é fundamental para refletirmos acerca dos mecanismos que sustentam o capitalismo contemporâneo e pensar soluções que rompam com o ciclo de exploração e exclusão. A seguir apresenta-se os textos analisados para a realização deste artigo e a problematização e reflexão acerca de seu conteúdo.

3. A CONSTRUÇÃO DO DISCURSO NEOLIBERAL NA MÍDIA BRASILEIRA

Nessa seção do artigo, fundamentamos nossas reflexões a partir da análise de textos publicados nos jornais Folha de São Paulo, O Globo e O Estado de São Paulo, entre 1º de novembro e 14 de dezembro de 2024. Nosso objetivo, como já destacado, é compreender como esses veículos articulam discursos sobre neoliberalismo e políticas fiscais, considerando as posições expressas em editoriais e colunas.

Delimitamos o recorte temporal em razão das discussões que emergiram após o anúncio de medidas fiscais pelo governo brasileiro e das comparações estabelecidas entre as políticas adotadas no Brasil e na Argentina, sob o governo de Javier Milei. Selecionamos os textos com base em critérios objetivos. Incluímos aqueles que abordam diretamente temas relacionados ao neoliberalismo, como ajuste fiscal, privatizações, desregulamentação e controle inflacionário. Priorizamos editoriais e colunas opinativas, que expressam os posicionamentos das instituições ou de seus colunistas.

Ademais, adotamos, ao mesmo tempo, critérios para excluir textos que não dialogam diretamente com o objeto da pesquisa. Desconsideramos aqueles que mencionam temas econômicos de forma tangencial, sem conexão explícita com políticas neoliberais ou com o contexto fiscal brasileiro. Também excluimos notícias factuais, sem caráter opinativo ou analítico, bem como textos que não contextualizam o neoliberalismo ou suas implicações.

Selecionamos e analisamos ao todo 18 textos. Do jornal Folha de São Paulo: “Sacrifícios da Argentina sob Milei não podem ser em vão” (02/12/2024), “Privilegiados reagem até um pacote fiscal tímido” (10/12/2024), “Atraso no anúncio do ajuste fiscal preocupa empresários” (20/11/2024), “Sabotagem” (14/11/2024) e “Sem sorrisos com Lula no G20” (12/11/2024). Do jornal O Globo, analisamos: “Milei dá lição de disciplina fiscal para o continente” (30/11/2024), “Incúria fiscal deteriora cenário econômico futuro” (05/12/2024), “Corte de gastos” (18/11/2024), “Reta final

do pacote de medidas de ajuste fiscal” (25/11/2024) e “O projeto político do ajuste fiscal” (07/12/2024). E do jornal O Estado de São Paulo, os textos incluídos foram: “A pancada do Banco Central” (28/11/2024), “Lula e a estratégia política do pacote fiscal” (04/12/2024), “O exemplo da Argentina” (10/12/2024), “O futuro incerto da economia global” (08/12/2024) e “Milei e as reformas que o Brasil deveria seguir” (03/12/2024).

Em nossa análise, buscamos identificar os discursos que legitimam as políticas neoliberais, bem como as estratégias discursivas empregadas para naturalizar desigualdades e sustentar a hegemonia dessa ideologia. Investigamos como as narrativas sobre austeridade e controle inflacionário são apresentadas, especialmente no que diz respeito aos seus impactos sobre a classe trabalhadora.

Enquanto modelo de organização social e econômica, o neoliberalismo, sustenta-se em uma lógica que transfere para o mercado a regulação das relações humanas, priorizando a eficiência econômica em detrimento das demandas sociais. A centralidade do mercado, promovida como inevitável por meio de discursos institucionais e midiáticos, reforça dinâmicas de exclusão ao justificar a precarização do trabalho e a privatização de bens públicos como mecanismos necessários para o crescimento econômico (Harvey, 2006).

Ao analisarmos os textos coletados, observamos que a naturalização dessas políticas é articulada com a ideia de que a austeridade e o controle inflacionário são os pilares indispensáveis para a estabilidade, ocultando os impactos dessas medidas sobre a classe trabalhadora e as desigualdades estruturais. Os textos jornalísticos analisados reproduzem, em muitos casos, narrativas que legitimam as escolhas econômicas neoliberais por meio de estratégias discursivas que conectam mérito individual, eficiência e progresso econômico.

Ao estabelecerem comparações entre o Brasil e a Argentina, os jornais reforçam o papel das reformas fiscais como imperativos técnicos, mascarando sua natureza política e histórica. Essa articulação não apenas consolida o neoliberalismo

como solução única para as crises econômicas, mas também reforça a concentração de poder e riqueza nas mãos da burguesia, ao mesmo tempo em que transfere os custos sociais e econômicos para o proletariado. Com isso, o discurso neoliberal perpetua uma hegemonia que normaliza a exploração e inviabiliza alternativas estruturais.

Essa perspectiva é amplamente reproduzida nos textos publicados pela Folha de São Paulo, os quais legitimam medidas de austeridade e controle inflacionário como pilares indispensáveis para a estabilidade econômica, ocultando seus impactos sobre a classe trabalhadora e as desigualdades estruturais.

No texto “*Sacrifícios da Argentina sob Milei não podem ser em vão*”, editorial publicado em 2 de dezembro de 2024, observa-se a legitimação explícita das políticas de austeridade. Afirma-se que “a escolha por medidas de austeridade severas na Argentina, sob Javier Milei, evidencia a necessidade de disciplina fiscal como único caminho viável para a estabilidade econômica”. Esse trecho exemplifica como a narrativa neoliberal naturaliza a austeridade como solução técnica, desconsiderando seus impactos sociais. A comparação com o contexto brasileiro reforça essa lógica ao sugerir que as medidas fiscais adotadas por outros países devem servir de modelo, mesmo quando tais políticas intensificam desigualdades (Sacrifícios, 2024).

Em outro texto, “*Privilegiados reagem até um pacote fiscal tímido*”, publicado em 10 de dezembro de 2024, a crítica recai sobre a resistência interna às medidas fiscais propostas pelo governo brasileiro. Afirma-se que “os ajustes propostos pelo governo brasileiro enfrentam resistências que não encontram paralelo em países onde a austeridade já é uma norma”. Essa análise retrata a oposição às reformas como um entrave ao progresso, ignorando as condições sociais específicas do Brasil e reforçando o discurso de que a austeridade é universalmente aplicável e benéfica (Privilegiados, 2024).

A naturalização das políticas neoliberais também é evidenciada no texto “*Atraso no anúncio do ajuste fiscal preocupa empresários*”, publicado em 20 de novembro de 2024, onde se lê: “O atraso no pacote de medidas gera incerteza e prejudica a confiança dos investidores, elementos fundamentais para a recuperação econômica.” Ao enfatizar a confiança dos investidores como prioridade, o texto marginaliza as demandas sociais, colocando os interesses do capital acima das necessidades da classe trabalhadora. Essa perspectiva reflete a priorização da estabilidade econômica como justificativa para medidas que aprofundam a precarização e a exploração (O atraso, 2024).

Além disso, no editorial “*Sabotagem*”, publicado em 14 de novembro de 2024, a narrativa destaca que “o ambiente político hostil impede a execução de reformas necessárias, reforçando o papel das elites econômicas na condução das políticas públicas”. Esse posicionamento legitima as elites como agentes indispensáveis na implementação de políticas neoliberais, ignorando as contradições e os conflitos de classe inerentes a essas reformas. A ideia de que a resistência política é sinônimo de sabotagem contribui para deslegitimar qualquer contestação ao modelo econômico imposto (Sabotagem, 2024).

Por fim, no texto “*Sem sorrisos com Lula no G20*”, publicado em 12 de novembro de 2024, observa-se a valorização da eficiência econômica como critério de avaliação das políticas públicas. O editorial afirma que “a postura do governo brasileiro no G20 contrasta com as reformas estruturais defendidas por lideranças que privilegiam a eficiência econômica”. Essa comparação reforça a centralidade do mercado como medida de progresso, ignorando os custos sociais das políticas baseadas exclusivamente na lógica de mercado (Sem sorrisos, 2024).

Esse processo evidencia a hegemonia neoliberal, que se perpetua como modelo único, inviabilizando alternativas estruturais e consolidando a desigualdade como característica inerente ao sistema econômico. Isso é possível de ser analisado também nos textos publicados no jornal O Estado de São Paulo durante o mesmo

período analisado, refletindo de maneira sistemática a articulação discursiva em torno da defesa das práticas neoliberais, consolidando narrativas que priorizam a austeridade fiscal, a centralidade do mercado e a desvalorização das resistências políticas e sociais às reformas econômicas.

No editorial “*A pancada do Banco Central*”, publicado em 13 de dezembro de 2024, afirma-se que “a elevação dos juros, ainda que impopular, é um remédio necessário para conter os desequilíbrios macroeconômicos e preservar a credibilidade do país no cenário internacional”. Essa declaração demonstra como o jornal reforça a lógica de que medidas econômicas que impactam negativamente a classe trabalhadora, como o aumento das taxas de juros, são indispensáveis para a manutenção de um ambiente favorável ao capital. Tal discurso ignora os efeitos dessas políticas na precarização das condições de vida e reforça a centralidade dos interesses financeiros sobre as demandas sociais (A pancada, 2024).

No texto “*Lula e a estratégia política do pacote fiscal*”, de 4 de dezembro de 2024, do escritor Fernando Dantas, a crítica ao governo brasileiro é direcionada à suposta ausência de firmeza na condução de reformas estruturais. O texto destaca que “o governo peca ao adiar medidas fundamentais, enquanto países como a Argentina avançam com reformas que garantem estabilidade econômica”. Essa narrativa compara o Brasil com a Argentina de Javier Milei, exaltando as políticas neoliberais como exemplo a ser seguido, desconsiderando as contradições e os impactos sociais dessas medidas e tratando a austeridade como única alternativa para a estabilidade (Lula, 2024).

O editorial “*O exemplo da Argentina*”, publicado em 10 de dezembro de 2024, afirma-se que “o plano econômico do governo Milei representa uma ruptura necessária com décadas de irresponsabilidade fiscal, sendo um modelo de coragem política que deveria inspirar outras nações”. Aqui, observamos uma legitimação explícita das reformas neoliberais, apresentadas como soluções racionais e apolíticas. Essa abordagem reforça a hegemonia do neoliberalismo ao naturalizar a

privatização e a desregulamentação como ferramentas imprescindíveis para o progresso econômico, ignorando as profundas desigualdades que essas políticas perpetuam (O Exemplo, 2024).

Entendemos que por meio desses textos, o jornal constrói uma narrativa que desloca a responsabilidade pelas crises econômicas para a ausência de reformas fiscais, mascarando as dinâmicas de exploração por essas políticas. A resistência a essas medidas é frequentemente desqualificada, como observado em “A pancada do Banco Central”, que critica o “populismo político” como obstáculo à implementação de ajustes necessários. Ao mesmo tempo, exalta-se o papel do mercado como motor do desenvolvimento, consolidando uma visão que privilegia o capital em detrimento do trabalho.

O jornal O Globo desempenha papel central na difusão e legitimação dos discursos neoliberais no Brasil, utilizando estratégias narrativas que naturalizam a centralidade do mercado e deslegitimam resistências sociais e políticas às reformas estruturais. A análise dos textos publicados revela como esses discursos articulam a austeridade fiscal, o controle inflacionário e a desregulamentação como fundamentos inquestionáveis para a estabilidade econômica, ignorando os impactos dessas políticas sobre as desigualdades estruturais e as condições de vida da classe trabalhadora.

No texto “*Milei dá lição de disciplina fiscal para o continente*”, publicado em 5 de dezembro de 2024, observa-se a exaltação das reformas promovidas na Argentina: “A disciplina fiscal implementada por Javier Milei é uma resposta contundente às décadas de descontrole financeiro que assolaram a América Latina.” Essa afirmação reflete a narrativa neoliberal que associa a austeridade ao progresso econômico, mascarando os custos sociais dessas medidas. Além disso, a descrição de Milei como um exemplo a ser seguido legitima um modelo econômico que prioriza o capital em detrimento do trabalho (Milei, 2024).

No editorial “*Incúria fiscal deteriora cenário econômico futuro*”, de 10 de dezembro de 2024, a crítica à política fiscal brasileira se baseia na comparação com países que adotaram reformas mais agressivas: “A relutância do governo brasileiro em adotar reformas mais duras coloca o país em uma posição vulnerável perante investidores internacionais.” Esse argumento reforça a narrativa de que a confiança do mercado deve ser a prioridade das políticas econômicas, enquanto as demandas sociais são secundarizadas. Essa lógica reproduz a centralidade do capital como regulador das relações sociais, invisibilizando os conflitos de classe que emergem dessa abordagem (Incúria, 2024).

Outro exemplo é o texto “*Corte de gastos: o caminho inevitável*”, publicado em 15 de dezembro de 2024, que afirma: “Reduzir os gastos públicos é mais do que uma necessidade; é um imperativo técnico para garantir a saúde econômica do país.” A formulação desse trecho reflete a estratégia de apresentar decisões econômicas como neutras e inevitáveis, despolitizando o debate sobre austeridade e ignorando seus impactos desiguais sobre diferentes classes sociais. Essa narrativa legitima a concentração de riqueza ao deslocar a responsabilidade pela crise econômica para a ausência de cortes de gastos e ajustes fiscais (Corte, 2024).

As análises dos textos revelam a centralidade do discurso neoliberal na construção das narrativas econômicas dominantes. Esses jornais, ao legitimar políticas de austeridade, privatizações e controle inflacionário como soluções técnicas inevitáveis, reproduzem uma ideologia que naturaliza as desigualdades sociais e transfere para o mercado a regulação das relações humanas. Tal articulação não é neutra, mas sim parte de um projeto político que, como aponta Harvey (2006), busca restaurar e perpetuar o poder de classe, beneficiando a burguesia ao custo da precarização e exclusão da classe trabalhadora.

Através da valorização da eficiência econômica e da meritocracia, os discursos midiáticos deslegitimam resistências políticas e sociais, enquanto apresentam reformas neoliberais como respostas apolíticas e necessárias às crises.

econômicas. Essa abordagem, conforme discutido por Chomsky e Polychroniou (2020), reflete a incapacidade do neoliberalismo de atender às demandas históricas da sociedade, ao ignorar a centralidade das desigualdades e das contradições estruturais. Por outro lado, a análise Sandel (2021) evidencia como a lógica meritocrática atua não apenas no campo econômico, mas também na gestão subjetiva, moldando a aceitação do sofrimento e da precariedade como responsabilidades individuais, enquanto os mecanismos estruturais de exclusão permanecem invisibilizados.

Portanto, os textos analisados retratam como a mídia brasileira reproduz as ideias neoliberais, consolidando um modelo que desumaniza o trabalho, concentra riqueza e poder nas mãos da burguesia e inviabiliza alternativas sistêmicas. Essa articulação ideológica reforça o caráter histórico da exploração no capitalismo, ao mesmo tempo em que bloqueia a construção de caminhos que possam romper com o ciclo de exclusão e desigualdade que define o neoliberalismo contemporâneo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises desenvolvidas ao longo deste artigo demonstraram como a mídia brasileira atua como agente de reprodução da hegemonia neoliberal, legitimando narrativas que consolidam a centralidade do mercado e naturalizam desigualdades estruturais. Ao examinar os textos, observamos a recorrência de discursos que exaltam medidas de austeridade, desregulamentação e privatização como respostas técnicas e inevitáveis para crises econômicas. Esses discursos ocultam os impactos dessas políticas sobre as classes trabalhadoras, ao mesmo tempo em que reforçam a concentração de riqueza e poder nas mãos da burguesia.

Percebemos, que especialmente nas análises sobre a questão fiscal brasileira, há uma omissão acerca do maior gasto fiscal do país: as despesas financeiras com juros, amortizações e rolagem da dívida pública, que ultrapassam 900 bilhões de reais por ano. Essa cifra é desconsiderada em favor de narrativas que

responsabilizam os gastos sociais do governo pela crise fiscal. Além disso, desconsideram que cada aumento de 1% na taxa SELIC adiciona cerca de 74 bilhões de reais ao custo da dívida pública, transferindo diretamente recursos públicos ao mercado financeiro.

Ademais, a exaltação de Javier Milei, promovida por parte da grande mídia brasileira, ignora a grave situação social enfrentada pela Argentina, onde a pobreza já afeta 52,9% da população e a extrema pobreza chega a 18,1%, deixando milhões sem acesso ao básico para sobreviver. Ao mesmo tempo, a crítica ao governo Lula, que não adota integralmente as premissas neoliberais exaltadas por esses veículos, evidencia a reprodução acrítica de um discurso que privilegia a lógica do mercado.

Não somos ingênuos em acreditar que o governo Lula rompe com o neoliberalismo, mas reconhecemos que ele não segue integralmente o paradigma imposto pelo mercado e pela grande mídia. Lula, ao resistir parcialmente a essa lógica, representa um modelo diferente do imposto por figuras como Milei, ainda que não promova uma ruptura efetiva com a estrutura econômica vigente. A articulação ideológica promovida pelos jornais analisados evidencia um projeto político alinhado ao que Harvey define como restauração do poder de classe.

Por fim, entendemos que a superação desse ciclo de exclusão e exploração exige não apenas a crítica às políticas neoliberais, mas a construção de um projeto alternativo que priorize a justiça social, a redistribuição de riqueza e a valorização do trabalho, ou seja, o socialismo. A reflexão crítica sobre os discursos midiáticos é um passo fundamental para entender os mecanismos que sustentam o capitalismo contemporâneo e pensar caminhos para uma reestruturação radical das relações de produção.

REFERÊNCIAS

CHOMSKY, N.; POLYCHRONIOU, C. J. **The Precipice: Neoliberalism, the Pandemic, and the Urgent Need for Social Change**. Chicago: Haymarket Books, 2021.

ATRASSO no anúncio do ajuste fiscal preocupa empresários. **Folha de S. Paulo.**, São Paulo. 15 de nov. de 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PRIVILEGIADOS reagem até um pacote fiscal tímido. **Folha de S. Paulo.**, São Paulo. 7 de dez. de 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SABOTAGEM. **Folha de S. Paulo.**, São Paulo. 30 nov. de 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SACRIFÍCIOS da Argentina sob Milei não podem ser em vão. **Folha de S. Paulo.**, São Paulo. 8 dez. de 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SEM SORRISOS com Lula no G20. **Folha de S. Paulo.**, São Paulo. 23 nov. de 2024. Disponível em: <https://www.folha.uol.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

HARVEY, D. **A Brief History of Neoliberalism**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

A PANCADA do Banco Central. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. 13 dez. de 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

LULA e a estratégia política do pacote fiscal. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. 14 nov. de 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

O EXEMPLO da Argentina. **O Estado de S. Paulo**, São Paulo. 2 dez. de 2024. Disponível em: <https://www.estadao.com.br>. Acesso em: 15 dez. 2024.

CORTE de gastos: o caminho inevitável. **O globo**, Rio de Janeiro. 20 dez. de 2024. Disponível em: <https://www.oglobo.globo.com>. Acesso em: 15 dez. 2024.

INCÚRIA fiscal deteriora cenário econômico futuro. **O globo**, Rio de Janeiro. 24 set. de 2024. Disponível em: <https://www.oglobo.globo.com>. Acesso em: 15 dez. 2024.

KARL, M. **Formações Econômico-Sociais Pré-Capitalistas**. São Paulo: Paz e Terra, 2019

MILEI dá lição de disciplina fiscal para o continente. **O globo**, Rio de Janeiro. 3 dez. de 2024. Disponível em: <https://www.oglobo.globo.com>. Acesso em: 15 dez. 2024.

PIKETTY, T. **Capital e Ideologia**. São Paulo: Intrínseca, 2020.

POBREZA dispara a 52,9% na Argentina com a "motosserra" do Milei e volta a níveis de 2003. **Rede argentina**, Buenos Aires. 26 set. de 2024. Disponível em: <https://redeargentina.com.br/2024/09/26/pobreza-dispara-a-529-na-argentina-com-a-motosserra-do-milei-e-volta-a-niveis-de-2003/>. Acesso em: 15 dez. 2024.

SANDEL, M. J. **A Tirania do Mérito: O que aconteceu com o bem comum?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.



Recebido em: 22 de nov. 2024 | Aprovado em: 15 dez. 2024
| Publicado em: 20 de dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36p31

Da regulação jurídica aos desafios comunicacionais sobre mudanças climáticas

From legal regulation to communication challenges on climate change

Miguel Etinger de Araujo Junior¹

Isabela Gautier Ono²

Jussara Romero Sanches³

RESUMO

As mudanças climáticas representam um dos desafios mais prementes da contemporaneidade, ocasionando impactos profundos sobre populações e ecossistemas. Este artigo objetiva analisar como a regulação jurídica pode orientar políticas públicas voltadas à mitigação e adaptação climática, destacando a importância da comunicação responsável na disseminação de informações científicas. A pesquisa, de natureza teórica e documental, analisa fontes jurídicas e práticas comunicacionais. Conclui-se que a eficácia das políticas climáticas requer uma regulação jurídica robusta e estratégias de comunicação alinhadas ao conhecimento científico. A mídia, nesse contexto, deve exercer sua liberdade com responsabilidade social, promovendo conteúdos acessíveis e imparciais que incentivem o engajamento e a adesão às estratégias de enfrentamento às mudanças climáticas.

Palavra-chave: Mudanças climáticas; Mitigação e Adaptação; Comunicação.

¹ Doutor em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Graduada em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

³ Mestra e doutoranda em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Advogada e Professora Temporária da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

ABSTRACT

Climate change represents one of the most pressing challenges of contemporary times, causing profound impacts on populations and ecosystems. This article aims to analyze how legal regulation can guide public policies focused on climate mitigation and adaptation, highlighting the importance of responsible communication in disseminating scientific information. The research, theoretical and documentary in nature, analyzes legal sources and communication practices. It concludes that the effectiveness of climate policies requires robust legal regulation and communication strategies aligned with scientific knowledge. In this context, the media must exercise its freedom with social responsibility, promoting accessible and impartial content that encourages engagement and adherence to strategies for addressing climate change.

Keywords: *Climate change; Mitigation and Adaptation; Communication*

1. INTRODUÇÃO

Desde a década de 1950 verificam-se mudanças generalizadas no sistema climático global e, conforme a extensa literatura científica a respeito da questão, elas são atribuíveis às influências antrópicas. Conforme os relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), o efeito das influências antrópicas no clima tem se intensificado nas últimas quatro décadas, provocando um aumento na temperatura média global (próximo à superfície) de 1951 a 2010 (Pachauri; Reisinger, 2007).

Segundo Marengo e Valverde (2007), no que tange à temperatura do ar, estudos sobre tendências têm sido desenvolvidos em vários países da América do Sul, demonstrando haver tendências de aquecimento nas principais cidades durante os últimos cem anos, podendo o mesmo ser causado/intensificado por fatores naturais como o aquecimento do Atlântico Sul (El-Niño) e/ou fatores antrópicos como a queima de combustível fóssil, industrialização, mudanças no uso da terra e queimadas.

Há uma série de consequências oriundas das mudanças do clima, principalmente nas cidades, que há tempos convivem com problemas decorrentes de instabilidades das encostas, alagamentos e destruição de infraestrutura urbana.

Com o agravamento de eventos climáticos extremos, bem como da sua frequência aumentada, uma série de quadros são previstos, dentre os quais, muitos já podem ser observados na atualidade, tais como dias e noites mais quentes na maior parte da superfície terrestre, aumentos nas frequências das ondas de calor e de chuvas intensas, mais áreas atingidas pela seca, além de aumento dos ciclones de alta intensidade gerando tempestades, com fortes ventos e chuva intensa, ocasionando quedas de árvores e blecautes no sistema elétrico das cidades-, dentre outros.

Neste sentido, mais especificamente nas cidades, a mudança climática pode afetar sua infraestrutura, disponibilidade da água, transporte e distribuição de alimentos, a oferta de energia e a produção industrial. Assim, diante da complexidade das mudanças climáticas e de seus impactos crescentes, este artigo propõe uma análise abrangente sobre como a regulação jurídica pode contribuir para a resiliência das cidades ao fornecer instrumentos que orientem políticas públicas de mitigação e adaptação. No entanto, a eficácia dessas normas depende de uma comunicação eficiente, capaz de engajar a sociedade no cumprimento e na legitimação das medidas implementadas.

2. METODOLOGIA APLICADA NA PESQUISA

A pesquisa, de natureza teórica e documental, fundamenta-se na análise de fontes jurídicas, como leis e regulamentos, e práticas comunicacionais relacionadas às mudanças climáticas. O estudo seguiu uma abordagem integradora, iniciada pela contextualização dos impactos socioambientais das mudanças climáticas na sociedade contemporânea. Em seguida, na terceira seção, examinou-se a evolução

da regulação jurídica sobre o tema, com destaque para a legislação municipal de Londrina como exemplo prático de adaptação climática.

Por fim, no último capítulo foram analisados os desafios e as práticas comunicacionais, enfatizando o papel da mídia na disseminação de informações acessíveis e imparciais, necessários à mobilização social e ao engajamento público com as políticas climáticas. Essa metodologia permitiu compreender a interação entre regulação jurídica e estratégias comunicacionais na construção de cidades mais resilientes

3. AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

As mudanças climáticas têm gerado uma série de desafios globais, com eventos climáticos extremos e a degradação ambiental se tornando cada vez mais frequentes e intensos. O rápido crescimento urbano tem contribuído significativamente para o uso excessivo de recursos naturais, agravando ainda mais a situação.

Nos espaços urbanos, as áreas mais suscetíveis aos impactos da mudança do clima correspondem às áreas de alta densidade populacional. Sobretudo aquelas áreas urbanas de rápido crescimento e sem consideração às demandas de recursos, atuais e futuras, e à mudança do clima, muitas pessoas e bens encontram-se vulneráveis aos riscos climáticos (Pachauri; Meyer, 2014; Ribeiro; Santos, 2016).

Esses problemas nas cidades, associados às mudanças do clima, amplificam os riscos urbanos, sobretudo, em áreas de maior vulnerabilidade e carentes de infraestrutura, sendo que o aumento da frequência de tempestades severas pode, por fim, afetar os sistemas de drenagem e transporte das cidades, causando impactos aos bens públicos e privados (Sathler, Paiva; Baptista, 2019).

Dhaka, a capital de Bangladesh, por exemplo, é frequentemente considerada uma das cidades menos habitáveis do mundo, isto devido a problemas como

superpopulação, poluição e congestionamento, além de impactos insustentáveis das mudanças climáticas como fortes inundações (Shachi, 2015).

Eventos climáticos extremos, como chuvas torrenciais e longos períodos de seca, trazem desafios adicionais para o manejo das águas pluviais e o abastecimento de água. Esses eventos exacerbam a infiltração e exfiltração de águas residuais devido à corrosão das tubulações e rachaduras nos solos ressecados, comprometendo a eficácia dos sistemas de distribuição de água, como destacado por Brears (2023). Logo, as alterações nos padrões de fluxo dos rios, juntamente com o aumento das secas e inundações, afetam a disponibilidade de água potável.

Esse cenário, somado ao aumento da carga de poluentes e sedimentos nos sistemas urbanos, compromete a qualidade da água e elevará os custos do tratamento. Dessa forma, a infraestrutura urbana se torna cada vez mais suscetível aos danos causados por esses fenômenos climáticos, colocando em risco a saúde pública e a continuidade dos serviços essenciais nas cidades. Logo, as cidades, que abrigam metade da população mundial e são responsáveis por 80% do PIB global, enfrentam a necessidade urgente de se tornarem mais resilientes às mudanças climáticas (Brears, 2023).

Conforme o noticiado pelo jornal americano Science News (2024), durante uma onda de calor extremo, combinada com uma seca prolongada, a Cidade do México enfrentou apagões e registrou mais de 120 mortes atribuídas às condições climáticas severas. A situação levou a uma grave escassez de água, despertando preocupações de que a cidade poderia atingir o "Dia Zero" — o momento em que as reservas de água se esgotariam completamente. Este evento destacou a vulnerabilidade da metrópole à crise hídrica e a necessidade urgente de políticas integradas de adaptação às mudanças climáticas, gestão hídrica e planejamento urbano sustentável.

A conscientização sobre a urgência da adaptação às mudanças climáticas em áreas urbanas tem aumentado significativamente nos últimos tempos. A Comissão

Europeia, juntamente com diversos países e regiões, têm impulsionado a formulação de estratégias de adaptação. À medida que os dados de pesquisas e projetos se tornam mais acessíveis e confiáveis, e a percepção sobre os impactos climáticos se expande, espera-se que a adaptação ganhe cada vez mais destaque nas políticas urbanas (Schauser et al, 2011).

Uma vez que a necessidade de adaptação às mudanças climáticas é cada vez mais evidente, observa-se um crescimento relativamente rápido na formulação e implementação de políticas climáticas por governos locais, regionais e estaduais em diversas partes do mundo. Contudo, segundo foi observado por Corfee-Morlot et al. (2009), áreas metropolitanas com estruturas colaborativas intermunicipais têm melhores condições de enfrentar questões climáticas. Isso porque desafios como enchentes e gestão de recursos hídricos exigem soluções coordenadas entre municípios que compartilham sistemas naturais, como bacias hidrográficas.

Além disso, políticas de mitigação, como a implementação de redes de energia e transporte, dependem de infraestruturas que transcendem fronteiras municipais, demandando esforços conjuntos para implementação eficaz. Londres, Hanover e Portland ilustram abordagens metropolitanas integradas, uma vez que possuem estruturas colaborativas intermunicipais, mas esses casos ainda são exceções e não a regra. Assim, pode-se dizer que as prefeituras desempenham um papel essencial nesse processo, sendo as principais responsáveis pela implementação de estratégias locais de adaptação. Elas, ao compreenderem as especificidades e os desafios das suas comunidades, são fundamentais na aplicação de soluções adaptativas baseadas no conhecimento local.

No entanto, a participação dos governos nacionais é igualmente necessária, uma vez que estes têm a função de coordenar as estratégias regionais e garantir a integração das ações locais dentro de um plano nacional mais amplo, assegurando que as medidas de adaptação sejam eficazes em todo o território (Corfee-Morlot et al., 2009).

4. A REGULAÇÃO JURÍDICA SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS NO BRASIL

No Brasil, a legislação, conforme previsto no artigo 4º, inciso V, da Política Nacional sobre Mudança do Clima (Lei nº 12.187/2009), estabelece a necessidade de implementação de medidas de adaptação às mudanças climáticas pelas três esferas da Federação, incluindo a elaboração de Planos Setoriais de Mitigação e Adaptação (Brasil, 2009). Esses planos foram originalmente regulamentados pelo Decreto nº 7.390/2010, que posteriormente foi revogado, mas sua essência permanece em normativas subsequentes (Brasil, 2010). Nesse contexto, cabe aos entes federativos e aos municípios adotarem medidas para mitigar os impactos das mudanças climáticas e implementar estratégias de adaptação em seus territórios.

Frente tais questões, é necessário que o poder público municipal, em meio ao planejamento e gestão urbana, inclua o conhecimento sobre as vulnerabilidades ambientais existentes e os riscos de desastres associados à ocorrência de eventos climáticos extremos para que ações de mitigação e adaptação aos mesmos possam ser tomadas.

Segundo Nagel et al.(2019) e Dabrowski (2017), ações concretas de proteção das populações contra os efeitos das mudanças climáticas urbanas exigem a colaboração de atores de diversos setores da sociedade, conjuntamente à cooperação entre os entes federativos, haja visto que as esferas de governo nacional e regional podem colaborar com os locais, para que estes efetivamente se tornem agentes de mudança, devido a sua capacidade de mobilizar atores locais de diferentes setores sociais e políticos para desenvolver soluções sob medida segundo interesses locais a partir do conhecimento das questões que envolvem a cidade.

Conforme contido no Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas (Ribeiro; Santos, 2016), é importante ressaltar que o crescimento urbano desenfreado suprime ecossistemas e isso torna as cidades ambientes de reduzida resiliência, tornando-as mais vulneráveis aos problemas, como: o aumento das ilhas

de calor, poluição do ar e inundações, que poderão ser acentuados pelas mudanças do clima.

No Brasil, embora a realidade evidencie uma série de fenômenos ambientais que têm sido intensificados nos últimos anos e leis elaboradas em diferentes escalas com o objetivo de promover a adaptação e mitigação de problemas socioambientais urbanos intensificados com as mudanças climáticas, a maioria das cidades ainda não se apropriou do conhecimento e práticas de mitigação e adaptação, isso por que

[...] Comitês locais de mudanças climáticas e leis específicas existem apenas em um grupo seleto de municípios e focalizam quase exclusivamente as políticas de mitigação. Os fóruns e painéis existentes no âmbito nacional e estadual pouco se articulam com as administrações locais e com grupos comunitários. Existe ainda um desconhecimento nos municípios brasileiros sobre a importância da participação local na adaptação e mitigação (Sathler, 2015, p. 277).

Essa constatação do autor em 2015 ainda é a realidade em inúmeras cidades médias e grandes brasileiras, que não tem apresentado no Plano Diretor Municipal e nas leis urbanísticas, conceitos e instrumental de enfrentamento de problemas intensificados pelas mudanças climáticas.

Sathler, Paiva e Baptista (2019), ao pesquisarem sobre planejamento urbano nas principais regiões metropolitanas e integradas de desenvolvimento do Brasil, chegaram à conclusão de que a grande maioria das 15 sedes metropolitanas analisadas não apresentou diretrizes para as questões climáticas locais, seja no Plano Diretor sejam em leis urbanísticas, decretos, programas ou plano de ação local. Conforme os autores, somente São Paulo apresentou inventários, diretrizes, programas, participação em rede, plano local, organização de comitês, planos metropolitanos, leis municipais, decretos, dentre outros.

No Estado do Paraná, por sua vez, em Curitiba, pode-se verificar avanços na criação e implementação de leis e ações que visam o enfrentamento de mudanças climáticas. Um exemplo disso é a Lei Municipal nº 15.852/2021 de Curitiba, que estabelece a política municipal de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente. A lei define objetivos para a aplicação das Soluções Baseadas na Natureza

(SBN) na conservação da biodiversidade (art. 37, inciso VIII), refletindo o crescente reconhecimento de sua importância no enfrentamento das mudanças climáticas (Curitiba, 2021).

Além disso, iniciativas do governo estadual como a criação do Fórum Paranaense de Mudanças Climática via Decreto 4888 de 31/05/2005 e mais recentemente a elaboração do Inventário Paranaense de Emissão de Gases de Efeito Estufa 2005- 2019 e do Plano Estadual de Ação Climática 2024/2025⁴ também podem ser verificadas no âmbito de ação governamental (Paraná, 2005).

Entretanto, inúmeros municípios paranaenses em processo de revisão do Plano Diretor e das leis específicas ainda não contemplaram essa problemática na legislação e tão pouco tem criado planos locais de ação no contexto de mudanças climáticas. Chama-se a atenção para a revisão do plano diretor por ser o momento no qual os agentes produtores do espaço (Corrêa, 1989) encontram-se mobilizados nos espaços democráticos de discussão e decisão, tendo assim oportunidades de dar visibilidade a essa problemática e discuti-la no decorrer do processo de revisão.

Nesse contexto, as conferências municipais e intermunicipais, etapa preparatória da 5ª Conferência Nacional de Meio Ambiente, prevista para maio de 2025, representam uma oportunidade estratégica para integrar a agenda climática às revisões dos Planos Diretores municipais. Essas conferências, convocadas pelo Ministério do Meio Ambiente e da Mudança Climática (MMA), têm como objetivo discutir os eixos temáticos da conferência nacional — mitigação, adaptação e preparação para desastres, transformação ecológica, governança e educação ambiental — e encaminhar propostas às etapas estaduais e nacionais. Além dos gestores públicos municipais, essas conferências envolvem a participação ativa da sociedade civil, representantes de entidades não governamentais, acadêmicos, pesquisadores e demais atores locais (Paraná, 2024).

⁴ Para maiores informações sobre o Plano Clima acessar: <https://www.gov.br/mma/pt-br/composicao/smc/plano-clima>.

Ao participar desse processo, os municípios brasileiros podem alinhar as discussões das conferências com os espaços democráticos de revisão do Plano Diretor, ampliando o debate sobre as mudanças climáticas e promovendo a criação de planos locais de ação climática. Assim, essas conferências não apenas fortalecem a governança climática, mas também oferecem um momento crucial para mobilizar agentes locais em prol de cidades mais resilientes.

5. MUNICÍPIO DE LONDRINA E AS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Em Londrina, algumas legislações começaram a ser implementadas para ajudar na mitigação e adaptação às mudanças climáticas, o que representa um início importante para a cidade. No entanto, ainda são passos tímidos e lentos, e Londrina está longe de ser uma referência no tema. Apesar disso, as iniciativas que estão sendo tomadas, embora graduais, refletem um esforço crescente para melhorar a resiliência e a sustentabilidade da cidade, mesmo que de forma progressiva e com desafios a serem superados.

Um exemplo disso é a Lei nº 13.341/2022, que estabelece as Soluções Baseadas na Natureza (SBNs) como um instrumento fundamental para enfrentar as mudanças climáticas (Londrina, 2022). Esta legislação define as SBNs como ações, medidas e projetos voltados para a construção da resiliência local, proporcionando oportunidades de restauração e proteção da natureza. Essas iniciativas são orientadas por uma perspectiva socioambiental e se aplicam tanto às áreas urbanas quanto periurbanas e rurais do município. A implementação das SBNs contribui para o aumento da capacidade de adaptação da cidade, ao mesmo tempo em que fortalece os serviços ecossistêmicos.

Além desta lei, Londrina também conta com o Plano Diretor de Arborização de Londrina, instituído pela Lei nº 11.996, de 30 de dezembro de 2013, um instrumento para a proteção da qualidade ambiental e a adaptação da cidade às mudanças climáticas (Londrina, 2013). Seu objetivo é planejar, conservar, manejar e expandir a

arborização e as áreas verdes urbanas, promovendo benefícios tanto para o meio ambiente quanto para a qualidade de vida da população.

Este plano visa a implementação de práticas sustentáveis que não apenas embelezam a cidade, mas também ajudam a reduzir o consumo de energia, melhorar a qualidade do ar e proporcionar sombras que contribuem para o conforto térmico, especialmente em áreas urbanas densamente construídas. Além disso, as árvores e áreas verdes desempenham um papel essencial na mitigação das mudanças climáticas, pois atuam como sumidouros de carbono, ajudando a reduzir os níveis de gases de efeito estufa na atmosfera.

Apesar dos avanços representados pelas legislações adotadas, Londrina precisa continuar evoluindo em suas ações contra as mudanças climáticas. A implementação eficaz dessas leis é essencial, mas a comunicação desempenha um papel importante para envolver a sociedade e fortalecer o apoio popular.

A conscientização sobre os benefícios das Soluções Baseadas na Natureza e da arborização deve ser ampliada, incentivando a participação ativa de cidadãos e empresas. Para que a cidade se torne mais resiliente, faz-se necessário que as iniciativas não se restrinjam às políticas públicas, mas que se integrem ao cotidiano da população, transformando práticas ambientais em ações coletivas e duradouras e é, neste contexto, que se observa a relação íntima entre comunicação e mudanças climáticas.

6. OS DESAFIOS COMUNICACIONAIS DAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

A discussão feita nos itens anteriores demonstra como a questão das Mudanças Climáticas se apresenta enquanto problemática socioambiental mais importante da contemporaneidade. Envolvendo desafios relacionados à diminuição da biodiversidade terrestre e aquática, modelo produtivo, deslocados ambientais, aumento do nível do mar, entre outros.

Assim, dado o consenso científico que se coloca em torno do tema, foi possível verificar a trajetória de regulamentação jurídica sobre a questão. Reconhecendo-se a urgência do desenvolvimento de estratégias de enfrentamento aos efeitos negativos das Mudanças Climáticas, as sociedades contemporâneas discutem instrumentos de mitigação e de adaptação a esses efeitos. Instrumentos estes que paulatinamente foram ganhando espaço tanto no cenário jurídico internacional, por meio de tratados e convenções, como no ordenamento jurídico interno, conforme foi possível observar.

Porém, o enfrentamento aos efeitos negativos das Mudanças Climáticas perpassa desafios que vão além. Em paralelo ao desenvolvimento de conhecimento científico sobre as causas e as consequências das mudanças climáticas, que foi abordado no primeiro item do presente estudo, que via de consequência, refletiram no ordenamento jurídico, com a criação de leis que regulam o uso do solo de forma a criar instrumentos de enfrentamentos aos efeitos negativos, que foi abordado no segundo momento deste artigo, outra frente de atuação que se mostra como indispensável quando o assunto é Mudanças Climáticas é a comunicação.

Neste aspecto, a comunicação se torna imprescindível, pois não basta a produção do conhecimento e a regulação jurídica, é imperioso que a sociedade, ou seja, os destinatários das regras jurídicas criadas legitimem essa regulação, é necessário um engajamento público para que se construa um ambiente urbano climaticamente resiliente e adaptado às Mudanças Climáticas, e a comunicação sobre elas é o caminho para se construir democraticamente esse espaço.

Neste sentido, Loose e Carvalho (2017, p. 5) destacam o papel da relação íntima entre Mudanças Climáticas e a Comunicação, ao afirmarem que essa relação “é crucial para o enfrentamento de seus riscos, especialmente se pensarmos que as pessoas só perceberão alguns efeitos invisíveis das MCs, em curto prazo, por intermédio dos discursos divulgados pela imprensa”, e apontam que é nessas arenas midiáticas que os sentidos sobre mudanças climáticas são construídos, por meio do

confronto de valores, de argumentos e de visões de mundo, “por isso, a comunicação é essencial à participação das pessoas nos debates públicos nas decisões políticas” (Loose; Carvalho, 2017, p. 6).

Neste aspecto, a comunicação sobre mudanças climáticas esbarra em um dos principais desafios jurídicos enfrentados nas sociedades contemporâneas que se desenrola na tensão existente em relação à liberdade de comunicação. Prevista expressamente no texto constitucional, a liberdade de comunicação, nas palavras de Silva (2005, p. 243):

Consiste em um conjunto de direitos, formas, processos e veículos, que possibilitam a coordenação desembaraçada da criação, expressão e difusão do pensamento e da informação. É o que se extrai dos incisos IV, V, IX, XII e XIV do art. 5º combinados com os arts. 220 a 224 da Constituição. Compreende ela as formas de criação, expressão e manifestação do pensamento e de informação, e a organização dos meios de comunicação.

No âmbito desse direito, que não é compreendido como um direito individual, mas sim coletivo, são alcançados os direitos de informar e o direito de ser informado. Porém, para que o debate público sobre as mudanças climáticas e seus efeitos seja democrático e eficiente, não basta que os indivíduos sejam impactados com informações sobre mudanças climáticas, é necessário que elas estejam fundamentadas na ciência.

A liberdade do jornalista ou da empresa de jornalismo, se constitui como um direito reflexo, pois este só se justifica “na medida do direito dos indivíduos a uma informação correta e imparcial” (Silva, 2005, p. 247). Assim, ao mesmo tempo que se observa o direito fundamental ao exercício da atividade de informação, também é reconhecido o direito de informar à coletividade os acontecimentos, as ideias, de forma objetiva, sem alterar a verdade ou esvaziar o conteúdo original, pois se isso ocorrer não se estará diante de uma informação, mas de uma “deformação” (Silva, 2005, p. 247).

O alinhamento das informações sobre mudanças climáticas, suas causas e consequências, com o conhecimento científico, é imprescindível no âmbito midiático

e comunicacional, pois “a imprensa escrita, falada e televisionada (como impropriamente se diz) constitui poderoso *instrumento de formação da opinião pública*” (Silva, 2000, p. 247), portanto, desempenhando uma importante função social, na aderência social aos mecanismos necessários para o enfrentamento dos efeitos negativos das mudanças climáticas.

Neste sentido, a mídia exerce um papel fundamental na participação eficaz da comunicação, uma vez que, tem a potencialidade de envolver diferentes atores sociais no engajamento necessário para efetivar os esforços de mitigação da emissão de gases do efeito estufa, compreendido com uma das principais causas contemporâneas das mudanças climáticas.

É fundamental, portanto, que a mídia associe a emissão de Gases do Efeito Estufa - GEE, ao recente processo de elevação da temperatura global (Pachauri; Meyer, 2014). Hoje, a melhor explicação para esse aumento e, consequentemente, para os efeitos nocivos entendidos dentro da expressão Mudanças Climáticas, está ligada ao acúmulo desses gases na atmosfera, “existe incerteza, mas a melhor explicação é essa, e nós não temos como mudar isso neste momento” (Nobre; Reid; Veiga, 2012).

Conforme foi explorado no tópico anterior, é possível verificar um avanço no processo normativo sobre as mudanças climáticas no âmbito interno e o seu reflexo normativo, com destaque especial, no âmbito nacional, para a Lei nº 12.187 de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudanças do Clima e para a Lei nº 14.904 de 2024, que estabelece as diretrizes para elaboração de planos de adaptação à mudança do clima.

Em que pese ser fundamental esse avanço legislativo, é essencial, que atrelado a ele os cidadãos sejam informados de forma clara, objetiva e fundamentada sobre as causas e consequências das mudanças climáticas. Porém, a partir de análises realizadas no âmbito da comunicação midiática sobre as Mudanças Climáticas não é necessariamente este movimento que se identifica.

Guarenghi et al, (2018), ao analisarem as principais dificuldades sobre comunicação sobre Mudanças Climáticas identificam quatro eixos centrais: 1) A lacuna entre a conscientização e ação; 2) Polarização Ideológica; 3) Politização das questões climáticas e 4) Comunicação das pesquisas sobre mudanças climáticas.

Em relação ao primeiro aspecto, os autores reconhecem que há uma lacuna entre a consciência sobre as mudanças climáticas e a instrumentalização prática necessária para alteração dos comportamentos e das rotinas. Os cidadãos percebem as consequências negativas das mudanças climáticas como algo abstrato que não os afetará diretamente, se constituindo como um problema para ser resolvido pelas futuras gerações (Guarenghi et al, 2018).

Em relação à polarização ideológica, verificou-se que apesar do conhecimento científico a respeito do aquecimento global, suas causas e possíveis consequências, existem três posições que polarizam a discussão: poucos cientistas céticos que negam o aquecimento global; outros que o reconhecem, mas desvinculam das ações antrópicas e, por fim, os que reconhecem as causas antrópicas do aquecimento global, mas subestimam as consequências futuras. Além de identificarem interferências econômicas no financiamento de estudos voltados a gerarem dúvidas sobre o conhecimento científico, o que afeta o entendimento público e dos tomadores de decisão em relação aos efeitos negativos das mudanças climáticas (Guarenghi et al, 2018).

A politização do debate sobre mudanças climáticas, conforme apontam Guarenghi et al, (2018) se configura pela influência de atores econômicos dos setores da indústria de combustíveis fósseis e de pensadores do setor comercial no debate sobre mudanças climáticas que dificulta o engajamento dos cidadãos às estratégias de mitigação da emissão dos gases do efeito estufa.

Por fim, os autores observam um avanço no processo de produção de conhecimento científico sobre mudanças climáticas, no entanto, muitas vezes, as publicações científicas não conseguem alcançar o público-alvo e atingir seu objetivo

de informar, pois são complexas e falham ao não conseguirem traduzir esse conhecimento para uma linguagem não técnica e de fácil assimilação (Guarenghi et al, 2018).

Assim, é possível identificar significativos desafios que precisam ser superados no âmbito da comunicação sobre Mudanças Climáticas, para que o debate público sobre o tema se dê forma efetiva e ações concretas sejam adotadas em prol de condutas que alterem o cenário climático contemporâneo e mudem as perspectivas futuras sobre os efeitos negativos das mudanças climáticas.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mudança climática é um desafio global, e as cidades desempenham um papel crucial na mitigação e adaptação aos seus efeitos. Em nível mundial, grandes centros urbanos têm se mobilizado para implementar políticas e ações concretas para reduzir os impactos climáticos nas cidades. Países e regiões estão colaborando para fortalecer as estratégias locais, no entanto, a integração das políticas locais com ações globais e a participação ativa da sociedade são essenciais para garantir a eficácia dessas políticas.

Neste contexto, a comunicação se torna imprescindível, pois não basta a produção do conhecimento e a regulação jurídica; é imperioso que a sociedade, os destinatários das regras jurídicas criadas, legitimem essa regulação. A comunicação sobre as mudanças climáticas é o caminho para engajar os cidadãos na construção de um ambiente urbano climático resiliente e adaptado. Além disso, a mobilização de movimentos sociais e comunidades é fundamental, especialmente em contextos como o brasileiro, onde muitos municípios ainda carecem de uma resposta jurídica e política eficaz.

É necessário, portanto, um engajamento público amplo, por meio de uma comunicação eficaz que não apenas explique os efeitos das mudanças climáticas, mas que também envolva a população na formulação e implementação das políticas

adaptativas e mitigadoras. A comunicação sobre as mudanças climáticas deve agir como um elo entre a ciência, as autoridades públicas e os cidadãos, criando um ciclo de aprendizado constante e colaborativo. A inclusão da população nos processos de tomada de decisão e sua conscientização sobre a importância da adaptação são fundamentais para garantir um futuro urbano mais resiliente e sustentável.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.** Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 dez. 2009.

BRASIL. **Decreto n.º 7.390, de 9 de dezembro de 2010.** Regulamenta os arts. 6º, 11 e 12 da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC, e dá outras disposições. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 9 dez. 2010. Revogado pelo Decreto n.º 9.578, de 2018.

BREARS, R. C. **Blue and Green Cities: The Role of Blue-Green Infrastructure in Managing Urban Water Resources.** 2. ed. Cham: Springer Nature Switzerland AG, 2023.

CORFEE-MORLOT, J.; KAMAL-CHAOU, L.; DONOVAN, M. G.; COCHRAN, I.; ROBERT, A.; TEASDALE, P.-J. **Cities, climate change and multilevel governance.** OECD Environmental Working Papers, n. 14, 2009. Paris: OECD Publishing, 2009.

CORRÊA, R. L. **O Espaço Urbano.** São Paulo: Editora Ática, Série Princípios, 1989

DABROWSKI, M. Boundary spanning for governance of climate change adaptation in cities: Insights from a Dutch urban region. **Environment and Planning C: Politics and Space**, v. 36, n. 5, p.837-855, set. 2017.

CURITIBA. **Lei Municipal nº 15.852, de 19 de outubro de 2021.** Disponível em: <https://mid.curitiba.pr.gov.br/2021/00317865.pdf>.

GUARENGHI, M. M.; AZEVEDO, M de A.; WALTER, A.; CAVALIERO, C.K.N. Barreiras na comunicação e alternativas para auxiliar a compreensão sobre as mudanças climáticas. **HOLOS**, Ano 34, vol. 03, p. 123-134, 2018.

PACHAURI, R. K.; REISINGER, A. Climate change 2007: synthesis report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fourth Assessment Report of the

Intergovernmental Panel on Climate Change. Core Writing Team. (eds.) **Geneva: IPCC**, 2007. 104 p.

PACHAURI, R. K.; MEYER, L. A. (eds.). Climate change 2014: synthesis report. Contribution of Working Groups I, II and III to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Core Writing Team. **Geneva: IPCC**, 2014. 151 p.

LONDRINA. **Lei n.º 11.996, de 30 de dezembro de 2013**. Institui o Plano Diretor de Arborização do Município de Londrina. Diário Oficial do Município de Londrina, Londrina, PR, 30 dez. 2013.

LONDRINA. **Lei Ordinária n.º 13.341, de 17 de fevereiro de 2022**. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/l/londrina/lei-ordinaria/2022/1335/13341/lei-ordinaria-n-13341-2022-institui-as-solucoes-baseadas-na-natureza-sbn-enquanto-instrumento-de-enfrentamento-as-mudancas-climaticas-no-municipio-de-londrina>. Acesso em: 07 dez. 2024.

LOOSE, E. B.; CARVALHO, A. Comunicação e Mudanças Climáticas: uma discussão necessária e urgente. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**. v. 40, p. 5-9, abril, 2017.

MARENGO, J. A.; VALVERDE, M. C. Caracterização do clima no Século XX e Cenário de Mudanças de clima para o Brasil no Século XXI usando os modelos do IPCC AR4. **Revista Multiciência**, Campinas, ed. 8, mai-2007.

PARANÁ. MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Mudanças climáticas**: Municípios têm até o dia 14/11 para convocarem suas conferências. 2024. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/meioambiente/Noticia/MUDANCAS-CLIMATICAS-Municipios-tem-ate-o-dia-1411-para-convocarem-suas>. Acesso em: 07 dez. 2024.

NAGEL, M. et al. Diversity in collaboration: networks in urban climate change governance. **Urban Climate**, v. 29, p.100502, set. 2019.

NOBRE, C. A.; REID, Julia; VEIGA, A. P. S. **Fundamentos Científicos das Mudanças Climáticas**. São José dos Campos: Rede Clima/INPE, 2012.

PARANÁ. **Decreto n.º 4.888, de 31 de maio de 2005**. Institui o Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais e dá providências correlatas. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, PR, 31 de maio de 2005.

PARANÁ. **Lei Nº 15852 DE 01/07/2021**. *Dispõe sobre a política municipal de proteção, conservação e recuperação do meio ambiente e dá outras providências*. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, PR, 01 de julho de 2001.

RIBEIRO, S.K., SANTOS, A.S. (Eds.). **Mudanças Climáticas e Cidades**. Relatório Especial do Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas. PBMC, COPPE – UFRJ. PBMC - Relatório Mudanças Climáticas e Cidades Rio de Janeiro, Brasil, 2016.

SATHLER, D. Cidades e Mudanças Climáticas (C3 studies): um novo campo interdisciplinar de pesquisa no Brasil (resenha). **Sustentabilidade em Debate**, v. 6, n. 2, mai/ago 2015, p. 276-279.

SATHLER, D.; PAIVA, J. C.; BAPTISTA, S. Cidades e Mudanças Climáticas: planejamento urbano e governança ambiental nas sedes das principais regiões metropolitanas e regiões integradas de desenvolvimento. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 56, 2019, pp. 262-286.

SHACHI, S. M. **Dhaka** – a city on the brink of a climate refugee crisis. Dhaka Tribune Articles, 20 set. 2015. Disponível em: <https://icccad.net/dhaka-tribune-articles/dhaka-a-city-on-the-brink-of-a-climate-refugee-crisis/#:~:text=To%20the%20surprise%20of%20very%20few%2C%20Dhaka%20has,unsustainable%20levels%20of%20climate%20induced%20displacement%20and%20migration>. Acesso em: 1 dez. 2024.

SCHAUSER, I. et al. **Urban regions**: vulnerabilities, vulnerability assessments by indicators and adaptation options for climate change impacts. ETC/ACC Technical Paper 2010/12. 2011. Disponível em: https://www.eionet.europa.eu/etcs/etc-atni/products/etc-atni-reports/etcacc_tp_2010_12_urban_cc_vuln_adapt. Acesso em: 5 dez. 2024.

SCIENCE NEWS. **Climate change**: 2024 is on track to be the hottest year on record. Disponível em: <https://www.sciencenews.org/article/climate-change-hottest-year-record-2024>. Acesso em: 5 dez. 2024.

SILVA, J. A. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 25ª ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2005.



Recebido em: 25 de nov. 2024 | Aprovado em: 17 dez. 2024
| Publicado em: 20 de dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36p50

Papo de Invisível: um jornal das vidas em situação de rua na cidade de Londrina

Papo de Invisível: a newspaper about homeless lives in the city of Londrina

Janaína Minikowski Achete¹

Vera Lucia Tieko Suguihiro²

RESUMO

Este trabalho é uma investigação a respeito da cidade de Londrina vivida pela população em situação de rua. Através do método Painel de Opinião Popular (pop) foi questionado “Como Londrina poderia ser mais acolhedora para as pessoas em situação de rua?”. Através das respostas, foram coletadas informações sobre como eles experienciam a cidade nas suas diversas camadas e sintetizadas em proposições que foram construídas tomando como base o protagonismo dessas pessoas no que diz respeito às próprias vidas e evidenciam as disputas por territórios nos espaços centrais da cidade.

Palavra-chave: População De Rua; Planejamento Insurgente; Participação Popular; Direito a Cidade

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Londrina.

² Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professora em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

ABSTRACT

This research investigates the city of Londrina as experienced by its homeless population. Through an Opinion Panel survey, participants were asked, "How could Londrina be more welcoming to homeless people?" Their responses were analyzed to understand how they perceive the city at various levels. The findings were synthesized into propositions highlighting the protagonism of these individuals in their own lives and the conflicts over territory in the city's central areas.

Keywords: Homeless; Insurgent Planning; Popular Participation; Right to the City.

1. INTRODUÇÃO

A vida na cidade capitalista é pautada pelo trinômio residência-trabalho-consumo. O sujeito urbano comum dilui seu tempo por espaços que invariavelmente correspondem a uma destas três classificações. Independente da classe social a que pertence, a pessoa transita entre a própria residência ou de conhecidos, o local de trabalho - podendo ser de qualquer natureza, e locais de consumo que variam desde comércio, serviços diversos nos quais se incluem cultura, saúde, educação, lazer. Para fazer parte deste roteiro é necessário que se possa pagar minimamente por ele, sabendo que existem várias camadas dentro deste circuito, com custos variados que expandem as possibilidades quanto maior o poder aquisitivo.

Entretanto, quando pessoas não conseguem acessar ao circuito mais barato e, ainda assim, permanecem na cidade (na maior parte das vezes não há de fato outra opção possível) são obrigados a desenvolver estratégias próprias de sobrevivência de forma a reproduzir o trinômio no espaço público. Quando não se pode pagar pela própria sobrevivência (custos mínimos de reprodução da força de trabalho) essas pessoas que compulsoriamente vivem à margem da sociedade e precisam articular formas nas franjas do sistema capitalista para suprirem suas

necessidades básicas de alimentação, sono, higiene, lazer e relacionamentos interpessoais.

O fato de serem sem-teto não os tornam com menos necessidades, ainda que haja um projeto de desumanização destas pessoas resultante do modo pelo qual está organizada a sociedade. Elas continuam existindo e demandando como qualquer ser humano domiciliado. Essa forma de estar na cidade, não pautada pelo mencionado trinômio, desenha-se de forma totalmente distinta e invariavelmente precária dada as condições de escassez às quais este segmento populacional está submetido. Esta precariedade expõe a fragilidade da ilusão a respeito da mobilidade de classe pregada pelo capitalismo.

Esta pesquisa tem por objeto a falta de acesso à cidade formal vivida pela população em situação de rua no município de Londrina, com recorte de pesquisa delimitado no que diz respeito à cidade invisível produzida pela população de rua.

Londrina é a 2ª maior cidade do Paraná, estando atrás apenas a capital Curitiba e seu município possui a maior extensão territorial do estado.

Em 2010 (IBGE, 2010) registrava 506.701 habitantes e de acordo com as projeções, em 2021 se aproximava de 600.000, com uma prevalência de pessoas entre 15 e 40 anos (a base etária encontra-se afunilada) indicando tendência de envelhecimento populacional. Entre janeiro e dezembro de 2020, 3.188 pessoas em situação de rua foram abordadas pelo Centro POP e Centro de Referência Especializado de Assistência Social/CREAS III, entretanto este número não é fidedigno à realidade, uma vez que os bancos de dados do Centro POP, Abordagem Social e Consultório na Rua não são articulados podendo haver incremento nestes dados quando confrontadas as informações dos três órgãos. Soma-se a isso o fato de que nem todas as pessoas que estão nas ruas aceitam atendimento, por motivos que não cabe a este trabalho avaliar.

Em suma, Londrina atualmente é uma cidade com considerável desenvolvimento urbano e políticas setoriais voltadas à população de rua, entretanto

os dados disponibilizados a respeito são desarticulados e superficiais entre os órgãos de atendimento à população em situação de rua (psr).

A vivência junto ao Movimento Nacional da. População de Rua/MNPR, entre 2020 e 2021, me permitiu observar que a população de rua desenvolve estratégias de sobrevivência em vias de suprir suas necessidades básicas particulares, modificando o espaço construído e produzindo uma cidade informal e invisível que (con)funde suas necessidades íntimas e particulares no espaço público/coletivo. Desta forma, o trabalho tem por objeto analisar as estratégias de sobrevivência e as ações que constituem a cidade informal em que vivem.

Tomo como pressuposto o fato de que essas têm a capacidade, necessidade e direito à cidade, transformam o espaço que ocupam como forma de sobreviver no meio urbano que as transpassa através de soluções habitacionais próprias, mas que podem e devem ser considerados em sua capacidade de propor uma cidade que lhes atenda, ainda que minimamente.

A partir da pergunta norteadora: “Como Londrina pode ser mais acolhedora para as pessoas em situação de rua?”, estabeleço como objetivo geral deste trabalho cartografar subjetivamente a cidade invisível de Londrina, produzida pela pop rua em sobreposição ao tecido urbano formal, através de jornal impresso com conteúdo direcionado para eles tanto no conteúdo, linguagem e editoração.

2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Através de sucessivas aproximações da pesquisa-ação, sistematizada por Thiollent (1986), este trabalho pretende desvelar a realidade urbana vivida pela população de rua, tomando como instrumento o painel de opinião popular para sistematizar as aproximações e sínteses desta cidade invisível, de forma a estabelecer um canal de proposições e debate que possibilite como meio de representação, a expressão do universo subjetivo vivido por eles.

Neste trabalho estruturei as aproximações de maneira a me colocar em posição de escuta, sistematização e validação das informações coletadas, conforme Rizek (2021) propõe:

Eu tenho que me despir para ir a campo: do que eu preciso me despir para ir a campo? (...) Na volta a primeira coisa que me pergunto é 'o que eu não vi'. (...) No campo nós estamos comungando de uma situação e nos deixando transformar por ela. **Eu não falo pelos sujeitos pesquisados, eu falo com eles, eu discuto com eles o que vou falar sobre eles.** (Rizek, 2021 - grifo pessoal)

As sequenciais aproximações e sínteses foram construídas de modo a questionar para além do óbvio, formando vínculo suficiente para que as pessoas envolvidas na pesquisa pudessem repensar suas leituras ao longo do processo e construir uma fotografia o mais próxima possível de sua realidade momentânea (sem perder de vista a volatilidade da vida nas ruas), como representado na

Figura 1.



Fonte: elaboração própria

A pesquisa parte da estrutura na qual a ideia inicial é sucessivamente confrontada à realidade para elaboração de síntese. Ao longo de toda a pesquisa este ciclo de ir a campo-discutir-falar sobre é reiteradamente aplicado para interagir com a população em processo de aprofundamento, sem que isso alargue a pesquisa. Este movimento permitiu fazer mergulhos cada vez mais aprofundados nesta cidade invisível e, em seguida, dar saltos para percepção e visibilidade através de aproximações sequenciadas.

3. A CIDADE PARA OS INVISÍVEIS

Miraftab (2016) fala sobre espaços convidados e inventados aos quais a população pobre pode acessar. Ela chama de espaço convidado os lugares (físicos ou subjetivos) onde a mídia dominante, o Estado, as organizações internacionais de ajuda (dentre outros) permitem o acesso dos pobres, onde eles apenas aparentemente são protagonistas. São espaços limitados e restritivos aos interesses das classes dominantes. Já os espaços inventados são aqueles construídos pela classe trabalhadora, pelos pobres, como forma de conquista de território político, de melhores condições de vida, de luta por equidade social ou apenas por sobrevivência. À luz de Miraftab, tem-se as categorias de análise segundo nossas categorias de pesquisa conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Categorias de análise

CATEGORIA TEÓRICA	CATEGORIA DE ANÁLISE
Espaços/equipamentos formais que atendem à psr	Cidade permitida
Estratégias individuais e coletivas da população de rua	Cidade inventada
Espacialização dos territórios	
Relações socioculturais da psr com a sociedade	Cidade sentida

Fonte: elaboração própria

Entendo que os espaços e equipamentos públicos formais que atendem exclusiva ou prioritariamente à psr correspondem ao que Miraftab (2016) classifica como espaços convidados. Porém, as sucessivas aproximações desta cidade invisível sugerem que estes espaços sejam mais próximos a uma concessão do que um convite. São lugares onde na maior parte das vezes eles tem a permanência autorizada, tolerada, quando há serviços sociais governamentais de atendimento à psr esta é sim convidada a utilizar os equipamentos e serviços; é o modo como o

Estado pretende, prioritariamente, prestar um serviço a seus eleitores, às classes médias e grupos privilegiados, melhorando a aparência da paisagem urbana e, secundariamente, atendendo necessidades imediatas da própria PSR. Em vista disso, intitulo esta categoria como “cidade permitida”.

Ao conjunto das estratégias de sobrevivência e soluções habitacionais desenvolvidas pela população de rua, somadas à sua territorialização, chamo de cidade inventada, ou seja, é o espaço urbano diretamente produzido pela população de rua.

Qualifico de cidade sentida a forma como a população de rua percebe a cidade e sua relação com a sociedade domiciliada. Nesta categoria estão as percepções de aceitação, expulsão, as ações higienistas e as de solidariedade. Estudo aqui também o pertencimento, os locais de fixação e formação de vínculos sociais.

Estas três categorias de análise pretendem abranger o universo da realidade vivida pela população em situação de rua, entretanto, poderão ser reavaliadas ao longo do processo.

4. PROTOCOLO DE CAMPO

Foram realizadas entrevistas em duas fases. A primeira, com a autorização do entrevistado, foi feita a seguinte pergunta: “Como Londrina poderia ser uma cidade mais acolhedora para quem está em situação de rua?” e registrada através de anotações no bilhete de campo (Figura 2 e 3). Na segunda fase, com a autorização do entrevistado, as conversas seguiram semiestruturada, gravadas em áudio, algumas finalizadas com registro fotográfico, conforme aceite e autorização direta do entrevistado. Nos casos em que houve concordância expressa do entrevistado, o material da segunda fase foi, em alguns casos, utilizado como matéria do jornal

“Papo de Invisível”, que produzido pela pesquisa com tiragens de 500 exemplares por edição, sendo 2 edições no total.

Os jornais foram produzidos de forma a estimular a leitura por parte da população. As imagens buscaram valorizar cada um dos indivíduos que autorizaram serem fotografados, colocando-os na centralidade do conteúdo não em sua vulnerabilidade, mas sim com o olhar de admiração e beleza que apenas o vínculo pode capturar. O resultado impresso foi recebido por eles como troféu e vários guardaram os exemplares por meses, como quem guarda um álbum de família.

Em tempos de extinção da mídia impressa, um jornal físico que exibindo na capa rostos envaidecidos circulou entre a população de rua de forma muito intensa e rápida. Em pouco tempo passei a ser procurada por outras pessoas desejosas de “aparecerem” no jornal e engajados na pesquisa, não pela crença em melhorias na condição de vida, mas certos de promoverem a própria autoestima. A cada novo sujeito abordado, mais propostas foram anotadas.

Todas as propostas coletadas, na primeira fase da abordagem, foram compiladas, publicadas, anonimamente, no meio circulante, no jornal “Papo de Invisível”, como forma de devolutiva. Os participantes puderam eleger as propostas mais representativas através do voto nos bilhetes de campo ou formular novas propostas, conforme metodologia Painel e Opinião Popular de Leirner (2016). Este ciclo de aproximação (coleta de propostas), síntese dos dados e devolutiva dos resultados (elaboração e distribuição dos meios circulantes) foram repetidas duas vezes.

Figura 2 – Frente e verso do bilhete de pesquisa

TU DO NÓS QUE NÓS TEM

Sua proposta é anônima, mas pedimos que preencha o quadro ao lado com o gênero que se identifica (caso seja não binário deixe em branco), data de nascimento e local de permanência para mapearmos a cidade da pop rua

As propostas podem ser depositadas na uma do centro pop ou entregue aos agentes da pesquisa identificados com a logo como essa ao lado

Sua proposta estará no nosso jornal!

PAPO DE INVISÍVEL

Universidade Estadual de Londrina

pu

Fonte: Elaborado pela autora.

A pesquisa de campo fez uso do bilhete para coleta de propostas da pessoa em situação de rua, no qual foram registradas perguntas para a questão “Como Londrina poderia ser mais acolhedora para a pop rua?” (Figura 2). As respostas, aqui lidas como propostas, são anônimas, porém com a possibilidade de rastreabilidade quanto a gênero, idade e localização da abordagem como forma de qualificar o debate e cartografar as diferentes camadas da população de rua em relação às suas demandas. Entretanto, as informações de gênero e idade serão omitidas, caso o entrevistado não queira fornecê-las.

Conectada ao objetivo geral desta pesquisa, foi produzida uma coletânea de narrativas a respeito da cidade vivenciada pela população de rua. Com os propósitos da cartografia crítica, o material produzido tem a intenção de “explicitar territorialidades de contradições, assimetrias e conflitos, contribuindo também para o surgimento de novas perspectivas sobre o espaço urbano” (Santos, 2019). Assim, a forma de representação, através dos jornais, buscou transcender às formas clássicas de mapeamentos para expandir a forma de retratar os dados e informações absorvidos na pesquisa e promover um material democrático tanto na construção, quanto compreensão e disponibilização.

Acselrad (2012) coloca como ponto de partida para uma democratização das políticas cartográficas a questão: “qual é a ação política que o gesto cartográfico

serve efetivamente de suporte e quem é o sujeito do mapeamento”. Tendo claro que o sujeito do mapeamento é a população em situação de rua, resta ainda esclarecer sobre a ação política. Ele explica:

Esta ação política terá, em permanência, que ser esclarecida nos termos das linguagens representacionais, das técnicas de representação e dos usos dos resultados, assim como, da trama sócio territorial concreta sobre a qual ela se realiza” (Acselrad, 2012).

Portanto, o material produzido por este trabalho intencionou refletir não apenas o óbvio da sobrevivência, mas transcender para o caráter de resistência e encontrar formas de representar, graficamente, a transposição da invisibilidade dessas pessoas em protagonismo para proposição de uma cidade menos hostil para eles próprios.

É importante lembrar que a cartografia é um espaço de conflito, e no caso deste trabalho, identifico de antemão a disputa entre a manutenção da cidade formal, dentro dos padrões higienistas, e a cidade real, suporte para as estratégias de sobrevivência criadas pela população de rua. Portanto, a cartografia, em formato de narrativas em jornais impressos, produzida nesta pesquisa considerou não apenas o que eu “ofereço” de participação à pop rua, mas principalmente a cidade inventada (e desejada) pela população de rua, compondo a disputa cartográfica descrita por Acselrad (2012).

Todos dados coletados foram analisados, levando em consideração as três categorias construídas fundamentaram a cidade para os “invisíveis”: a cidade permitida, a cidade inventada, a cidade sentida.

Essas categorias são o meio estruturante para análise das propostas e nortearam o exercício cartográfico de representação da cidade invisível, classificando as propostas e identificando o peso de cada uma delas na vivência da população não domiciliada em Londrina.

5. A 1ª EDIÇÃO DO JORNAL PAPO DE INVISÍVEL

A primeira edição do jornal, cujo nome foi sugerido por eles próprios: “Papo de Invisível”, nasceu de um encontro com a “turma da HP”. Nas imediações da praça Pedro I, bem próximo à Av. Maringá, um estabelecimento comercial possuía uma larga marquise de aproximadamente 5m de largura por 15 de comprimento, voltada para a Rua Tomazina. Em agosto de 2020 o local abrigava quatro pessoas: Rogério, Claudio, Gilson e Senhor X³. Nos primeiros contatos, eles explicaram que a dona do estabelecimento tinha feito um acordo com eles de que poderiam passar a noite ali, desde que antes do horário de abertura da loja, eles varressem o local e desocupassem, podendo guardar seus pertences atrás do container de lixo e retornar ao final do expediente. Por alguns meses a presença deles foi tolerada e parecia não haver problemas. Os quatro tinham o espaço como sua “casa” e nas conversas, usavam expressões como “sábado vamos sair, só devemos voltar mais tarde”, ou ainda “passa lá em casa”.

Quanto mais os meses passaram, maior a sensação de segurança de estabilidade no local, e começaram a convidar os amigos da praça para os visitarem. Começou com carteados tímidos que ao longo dos encontros tornou-se jogos de truco⁴ acalorados e, em algumas semanas, virou um ponto de “balada” e cena de uso de entorpecentes nas madrugadas. Em dezembro de 2021 a turma foi despejada: cortaram a marquise, deixando apenas um beiral com poucas dezenas de centímetros.

Entretanto, antes que a ocupação do local tomasse esta proporção, em uma das derivas de agosto de 2021, eles me ofereceram um rolo de massa de pastel, dizendo que tinham ganhado do “moço ali de baixo” e que eu deveria preparar para meus filhos. Propus a eles que fizéssemos uma tarde do pastel juntos, eu levaria os pastéis montados, refrigerantes e utensílios de cozinha, eles preparariam o fogo. No

³ Senhor X é o codinome de uma das pessoas que solicitou identidade confidencial.

⁴ Truco: jogos de cartas de baralho disputado em duplas, no qual se aposta quem tem a maior carta dentro da classificação específica do jogo frequentemente pautado no blefe, ou no truque.

feriado de 7 de setembro nos reunimos em frente a uma construção abandonada, na rua Clevelândia, onde improvisamos nosso “espaço gourmet”. Naquele momento festivo, pedi aos presentes, entrevistas para a 1ª edição do jornal, ao que vários atenderam, alguns aceitaram fotografias, outros não.

A montagem do jornal foi feita de forma a reproduzir o vínculo criado, a retratar aquelas pessoas descoladas do estigma, da miséria das ruas, porém, sem negá-la. Houve uma atenção para fazer uso de linguagem mais próxima possível da forma como eles se expressam, uma vez que o objetivo era produzir um jornal para eles.

Antes de mandar rodar a tiragem, imprimi protótipos em papel comum e consultei os retratados para pedir aprovação. A primeira pessoa que encontrei para mostrar a boneca foi o Rogério, um “cara” soturno, bastante introspectivo e de pouquíssima interação. Encontrei ele no nosso “espaço gourmet” e me sentei na calçada ao lado dele, entreguei a ele o protótipo e pela primeira vez, ele me olhou nos olhos, esboçou um sorriso e contou sobre os planos dele de ir para praia no verão. Sobre o jornal falou muito pouco, apenas que os colegas pareciam galãs e isso foi suficiente. A notícia do jornal correu feito rastro de pólvora e, antes de sair na gráfica, muitos já questionavam sobre quando o jornal sairia.

O jornal foi impresso no início de novembro de 2021, na gráfica do Jornal de Londrina (Figuras 3 e 4), com recursos próprios, em formato de tabloide, com 4 páginas e tiragem de 500 exemplares.

Figura 3 – Capa e contracapa da 1ª edição do jornal



Fonte: elaboração própria

A distribuição foi feita principalmente na região da Praça Pedro I, no centro da cidade, no Centro Pop, nos eventos comemorativos do dia da Consciência Negra, mas também pulverizadamente pela cidade, entre novembro e dezembro de 2021. Houve procuras, posteriormente, querendo contar suas histórias para “saírem no jornal”.

Figura 4 - Páginas 2e 3 da 1a edição do jornal Papo de Invisível



Fonte: elaboração própria

Com a distribuição da 1ª edição, foi possível coletar 38 proposições, integralmente descritas no Quadro 9. Todos os bilhetes receberam numeração de identificação (ID), com 8 dígitos, compostos da seguinte forma: os quatro primeiros dígitos referem-se à data de processamento das informações do bilhete, sendo os dois primeiros dígitos relativos ao ano, o terceiro e quarto dígitos ao mês, o quinto e o sexto dígito ao dia; os dois últimos dígitos são numeração em ordem crescente conforme processamento diário.

O processamento das respostas/proposições foi feito em camadas. A primeira identificando a qual categoria de análise se refere, à cidade permitida, à cidade inventada ou à cidade sentida. A segunda camada reconhecendo os locais de maior engajamento e relacionando as propostas aos locais de abordagem. A terceira camada analisou as propostas com o gênero. Neste primeiro bloco de proposições, houve uma grande preponderância de reivindicações acerca da cidade permitida, correspondendo a 58% das respostas. Três pessoas responderam que para Londrina ser mais acolhedora seria necessário haver mais oportunidades de trabalho para

pessoas em situação de rua. Esta proposição, em específico, diz respeito a duas categorias.

Em primeira análise, classificada na Cidade Permitida, pois é um pedido para participar a cidade formal. Porém em uma segunda camada, quando a psr solicita oportunidade de trabalho, especificamente para quem está nas ruas, expressa a exclusão sentida na pele de quem não possui comprovante de residência para candidatar-se a qualquer oportunidade. Este pedido reflete o peso do estigma sobre quem está nas ruas. Assim, apesar de serem coletadas 38 respostas, o universo a se considerar é de 41 proposições, conforme demonstrado no Quadro 2.

Quadro 2 – Categorização das proposições coletadas com a 1a edição do jornal

CÓD.	CATEGORIA DE ANÁLISE	18/11/2021	19/11/2021	30/11/2021	TOTAL	
A	CIDADE PERMITIDA	9	4	10	23	56%
B	CIDADE INVENTADA	4		3	7	17%
C	CIDADE SENTIDA	5	3	3	11	27%
TOTAL					41	100%

Fonte: elaboração própria

Noto que mais da metade das pessoas (57%), nesta fase da pesquisa, propuseram ações que atuam na cidade permitida, querendo apenas “retocar” os espaços existentes. A cidade sentida, recebeu 27% propostas que refletem a insatisfação de como são vistos e tratados. Muitas das propostas trazem pedidos por respeito e visibilidade, com destaque para um dos bilhetes que trazem um pedido ao Prefeito: ele passe 1 semana dormindo na praça, convivendo com a pop rua, para entender o que eles que passam.

Ainda sobre a síntese desta aproximação, organizei composições de todas as respostas em propostas chaves para sistematizar a essência das proposições coletadas e articular um programa de necessidades comuns, mesmo que sem descartar nenhuma proposição em particular.

Dentre todos as pessoas interessadas em participar da pesquisa, apenas 2 de 38 eram mulheres. As porções com maior engajamento foram o da Praça D. Pedro I e da Concha (centro) respectivamente.

6. A 2ª EDIÇÃO DO JORNAL PAPO DE INVISÍVEL

A segunda edição contou com um volume expressivo de conteúdo e foi ampliada para 8 páginas (Figura 5 e 6). Além das narrativas, incluí no jornal uma reportagem sobre o Padre Júlio Lancelotti, uma entrevista com a psicóloga do Consultório na Rua, Sara Toninato, dois artigos sobre ações higienistas em iminência à época da publicação e as propostas coletadas.

Figura 5 - Capa e contracapa da 2a edição do jornal Papo de Invisível



Fonte: elaboração própria

Figura 6 - Páginas 2 e 3 da 2a edição do jornal Papo de Invisível



Fonte: elaboração própria

Figura 7 - Páginas 4 e 5 da 2a edição do jornal Papo de Invisível



Fonte: elaboração própria

Figura 8 - Páginas 6 e 7 da 2a edição do jornal Papo de Invisível



Fonte: elaboração própria

Enquanto a 1ª edição foi elaborada como apresentação da pesquisa para grupos mais ampliados, até então com os quais não tinha vínculo, a 2ª foi organizada com propósito de conscientização popular sobre as principais ameaças colocadas naquele momento (Lei antivadiagem + obras de despejo da praça D. Pedro I) e, ao mesmo tempo, trazer duas figuras sociais de considerável atuação na luta de superação da miséria das ruas, o Padre Júlio Lancelotti e a psicóloga Sara Toninato. Por já ter uma percepção a respeito da aceitação e engajamento da pop rua na pesquisa, dei um passo adiante na composição do conteúdo do jornal para avançar no debate junto a eles. A estratégia provocou reflexos nas proposições, apresentando conteúdos expressivos de críticas à cidade permitida.

A expressão da criação imaginativa sobre como seria a cidade mais acolhedora foi menos marcante e nenhuma proposta foi feita a respeito da Cidade Imaginada.

As proposições desta aproximação ampliaram a quantidade de proposições síntese e endossou as proposições de espaço seguro para denúncia de violências

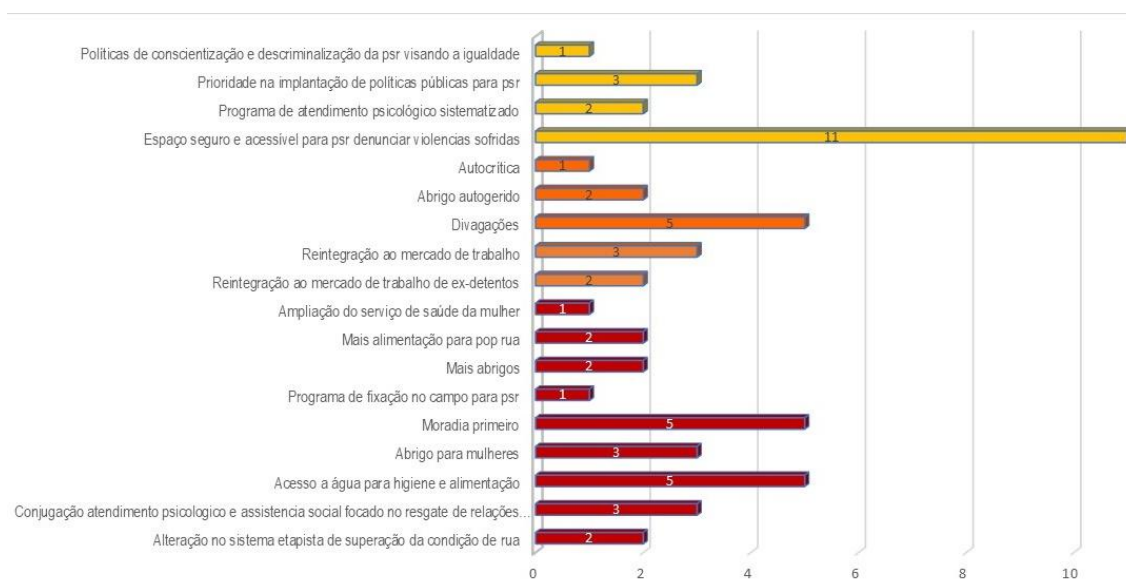
sofridas, abrigo para mulheres, programa de atendimento psicológico sistematizado e alterações no atual sistema de acolhimento do Sistema Municipal de Assistência Social/SMAS. A síntese está descrita na figura 9.

Esta edição foi impressa igualmente na gráfica do jornal Folha de Londrina, com recursos próprios, tiragem de 500 exemplares, no mês de fevereiro de 2022 e distribuída entre março e abril de 2022.

Começando por um olhar mais afastado sobre os dados coletados, a população entrevistada apresenta uma percepção aumentada a respeito do que lhes é “permitido”, sobre o que recebem do Estado/Sociedade e quase metade das proposições (44,4%) giram ao redor de alterações sobre o que já acessam e 31,5% sobre como sentem esta realidade, ou seja a realidade vivida é o pivô das proposições em 75,9%.

Apenas 24,1% das proposições são capazes de sonhar/imaginar/desejar/reivindicar uma realidade totalmente distinta da apresentada. Miraftab (2016) discorre sobre a minimização da capacidade criativa no planejamento insurgente como reflexo da opressão e miséria à qual as pessoas são submetidas.

Figura 9 – Síntese das proposições coletadas



Fonte: elaboração própria

É possível constatar nestes dados a eficiência da superestrutura, descrita na teoria marxista, para alienar as massas de forma que perdem sua capacidade de sonhar, imaginar, considerar o que seria um mundo (no caso uma cidade) mais acolhedor para si mesmos. A precariedade de sobrevivência é tamanha que compromete a capacidade de projetar uma situação (ainda que hipotética) na qual sua condição de vida fosse “menos pior”, confirmando a teoria de lumpesinato.

Aproximando um pouco mais da caracterização, é gritante o quanto a violência sofrida pela população de rua é a principal característica desta cidade invisível, uma vez que a maior quantidade de propostas está sintetizada na necessidade de um espaço para denúncia que seja seguro e acessível a eles de fato. Aproximadamente, 1 a cada 5 propostas citam a violência à qual a psr está submetida, seja nas ruas, seja nos equipamentos públicos de atendimento especializado para a população em situação de rua.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa verificou e validou o quanto é fundamental e urgente que seja construído um pacto social de resgate da forma como é tratada a população em situação de rua. É preciso que a sociedade civil, meios de comunicação, instituições públicas e privadas passem por uma transformação da forma de tratamento direcionada à população de rua. Faz-se extremamente necessário que essas pessoas sejam vistas em sua humanidade, resguardada sua dignidade e respeitado o protagonismo em suas próprias vidas, pois uma cidade é mais acolhedora quando é equitativa, socialmente justa e com um sistema de cuidado intensificado dos mais vulneráveis que os coloca no protagonismo das próprias vidas e concomitantemente os mantém em moradia digna

Esta pesquisa se propôs a olhar para a cidade vivida pela população de rua de forma a colocá-los no protagonismo da representação, intentou-se delinear esta cidade partindo das percepções deles para construir um desenho de como eles experienciam Londrina. Como toda pesquisa de mestrado, antes de mergulhar no tema, tem-se apenas uma visão vaga do que está por vir, um delineamento de pesquisa que precisa ser vivo e ter a flexibilidade na medida para fazer a conjugação entre o rigor científico e a realidade que se desvela.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, H. (Org.). **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ: Coleção Território, Ambiente e Conflitos Sociais, 2012.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MIRAFETAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, [S. l.], v. 18, n. 3, p. 363, 2016. DOI:

10.22296/2317-1529.2016v18n3p363. Disponível em:
<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/5499>. Acesso em: 18 mar. 2025.

RIZEK, C. "AULA 14: Ativismos cartográficos: possibilidades e desafios da cartografia contra hegemônica". **Gravação de LabCidade FAUUSP**, 2021. Disponível em:
https://www.youtube.com/watch?v=iK7cXDWAZ2g&ab_channel=LabcidadeFAUUSP
. Acesso em: 20 jan. 2022.

THIOLLENT, M. **Metodologia da Pesquisa-Ação**. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Cortez Editora, 1986.



Recebido em: 25 de nov. 2024 | Aprovado em: 17 dez. 2024
| Publicado em: 20 de dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36p72

A experiência da comunicação acessível na troca de conhecimento entre o cientista e a população: elaboração da Cartilha para as pré-conferências da habitação de interesse social

The experience of accessible communication in the exchange of knowledge between scientists and the population: preparation of the Booklet for pre-conferences on social housing

Sandra Maria Almeida Cordeiro¹

Ideni Terezinha Antonello²

José Rafael Vilela da Silva³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo compartilhar a experiência da elaboração da cartilha “LONDRINA: um novo olhar para a habitação de interesse social”, com foco no seu alcance e potencial, bem como visa divulgar o material que foi produzido, tendo como base a experiência de comunicação entre um grupo de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina e a comunidade na realização das pré-conferências e da 6ª Conferência da Habitação de Londrina – Paraná, em 2023. Com uma abordagem metodológica qualitativa, balizada nos pressupostos da investigação-ação-participativa. Assim, a elaboração da cartilha, seguiu a linha de uma “comunicação popular”, mas aqui foi designada como

¹Doutora em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora em Serviço Social da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Professora em Geografia da Universidade Estadual de Londrina.

³ Mestre em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

comunicação simples, visando contribuir para a mobilização social em prol de se efetivar o direito a uma moradia digna. Concluiu-se que a participação social passa a assumir um caráter democrático quando se vincula às formas participativas colocadas em práticas.

Palavras-chave: Comunicação Popular; Participação Social; Pré-Conferências Habitação Social.

ABSTRACT

This article aims to share the experience of developing the booklet “LONDRINA: A New Perspective on Social Housing”, focusing on its scope and potential, as well as to disseminate the material that was produced. It is based on the experience of communication between a research group of the State University of Londrina and the community in the holding of the Pre-Conferences and the 6th Housing Conference of Londrina – Paraná, in 2023. The study adopts a qualitative methodological approach, grounded in the principles of participatory action research. Thus, the development of the booklet followed the concept of “popular communication,” which in this context is referred to as simple communication, aiming to contribute to social mobilization in support of the right to dignified housing. It is concluded that social participation to assume a democratic character is closely linked to the participatory forms put into practice.

Keywords: Popular Communication; Social Participation; Pre-Conferences Social Housing.

1. INTRODUÇÃO

A questão da habitação de interesse social em Londrina tem sido marcada, historicamente, pela ausência de uma política pública voltada para a população de baixa renda. Segundo informações contidas no diagnóstico retratado no Plano Local de Habitação de Interesse Social/PLHIS (2011), no período de 1993 a 1997, houve um processo participativo da população por meio da realização de duas conferências municipais, o que culminou na criação e instituição do Conselho Municipal da Habitação, esses foram os momentos nos quais esta questão foi abordada de modo sistemático. A partir desse período até o ano de 2023 foram realizadas seis

conferências e diversas pré-conferências, as quais são eventos preparatórios para a conferência principal.

A experiência recente do CMHL na sua sexta edição da Conferência realizou oito encontros das pré-conferências, evidenciando um grande número de moradores das ocupações irregulares, sendo esses os protagonistas desses encontros. Analisando o contexto do número de ocupações em Londrina e os conflitos que têm sido vivenciados entre poder público e moradores, definiu-se pela realização de três pré-conferências nos territórios de ocupações irregulares.

Para realização desses encontros (Pré e Conferência) docentes e discentes de Projetos de Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina, que investigam a questão da moradia, organizaram uma cartilha para subsidiar e auxiliar nas reflexões e discussões dos eixos que nortearam os encontros. O processo de elaboração da cartilha se pautou em como criar condições para que houvesse uma participação efetiva dos moradores das ocupações irregulares, impulsionando as discussões e reflexões sobre a problemática habitacional a partir do cotidiano desses moradores. Destaca-se a importância da participação popular nesses espaços e o papel da comunicação e da informação para atingir objetivos na construção da política de habitação de interesse social, grande desafio para essa concretização.

Este artigo tem como objetivo compartilhar a experiência da elaboração da cartilha “LONDRINA: um novo olhar para a habitação de interesse social” (2023), com foco no seu alcance e potencial, bem como visa divulgar o material que foi produzido, tendo como base a experiência de comunicação entre um grupo de pesquisa da Universidade Estadual de Londrina e a comunidade na realização das pré-conferências e a 6ª Conferência Municipal da Habitação de Londrina – Paraná.

2. A COMUNICAÇÃO SIMPLES COMO BASE SUSTENTAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Avritzer (2008), destaca que vivenciamos uma explosão de experiências participativas a partir da redemocratização e da Constituição de 1988. Sendo que diversas formas de participação social foram institucionalizadas. A exemplo o orçamento participativo, conselhos, conferências, planos diretores e audiências públicas são algumas das diversas modalidades de participação que fazem parte das instituições participativa.

Os conselhos são espaços institucionalizados que segundo Diegues (2013) oportunizam aos cidadãos, a integração e participação no processo de planejamento, formulação e controle das políticas públicas, propiciando dessa forma uma alocação mais justa e eficiente dos recursos públicos. As conferências constituem a oportunidade de participação e pactuação política ao construir um espaço para a sociedade compartilhar a elaboração e avaliação das políticas públicas e de sua implementação.

Souza (2012) destaca que as conferências podem ser convocadas para a formulação de propostas de políticas públicas, e assim foi definido para a 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina, momentos para refletir e pensar na construção de uma política pública de habitação para Londrina, propondo a realização de cinco encontros preparatórios antes da Conferência. Tendo por base essa organização dos encontros, os pesquisadores iniciaram uma discussão partindo do seguinte questionamento: até que ponto esses espaços representariam a população alvo para qual a política pública estaria sendo pensada? Muitos foram os desafios de se pensar nesses pré-encontros, foi então que se assumiu a coordenação

trazendo para a academia essa responsabilidade por meio de Projetos de Pesquisas⁴ coordenados por docentes da Universidade Estadual de Londrina.

A partir daí, que se decidiu pela realização de mais três pré-conferências nos territórios das ocupações irregulares de Londrina, apoiado nessa proposta voltou-se para academia para discutir e refletir sobre as estratégias para essa realização. Inicialmente, entre docentes e discentes, elaborou-se a proposta das pré-conferências, construindo a metodologia, incluindo a criação de uma cartilha que subsidiaria as discussões.

A 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina, realizada em outubro de 2023, reconhecia que o pleno exercício do direito à habitação implicava em garantir a informação e a participação popular para assegurar o sucesso das propostas elencadas que impulsionariam as ações para os próximos quatro anos na construção de uma política pública de habitação de interesse social, no município de Londrina.

A participação pressupõe envolvimento direto, amplo e sustentado dos cidadãos nas questões públicas. Formas de ação e comunicação diferentes devem servir como facilitadores uns para os outros, possibilitando as informações necessárias acerca da política pública em questão. Nessa perspectiva, o processo de elaboração da cartilha se pautou em criar condições para fomentar a participação social de forma autêntica, visando adentrar na problemática habitacional a partir que quem vivência no seu cotidiano a ausência de uma moradia digna e, conseqüentemente os demais direitos, uma vez que o direito à moradia ao ser atendido desdobrava-se no acesso aos demais como: à educação, à saúde, ao lazer e ao trabalho, tendo em vista que a família que não tiver uma moradia

⁴1. Projeto 13408 - Direito à Cidade; Habitação Social; Monitoramento e Avaliação de Políticas Territoriais Urbano/Rural em Países Da América Latina – coordenadora Profa. Dra. Sandra Maria Almeida Cordeiro e discentes de graduação e pós-graduação do Serviço Social.

2. Projeto 13629 - Atlas dos Territórios Vulneráveis: As Ocupações Irregulares de Londrina/Paraná – coordenado pela Profa. Dra. Ideni Terezinha Antonello e discentes de graduação e pós-graduação da Geografia.

adequada fica exposto à vulnerabilidade ambiental e socioeconômica, sofrendo diretamente a segregação socioterritorial mediante a negação ao direito à cidade.

Exatamente essa população que vivencia no seu dia a dia a violação do direito à moradia digna, que ataca a própria concretização da dignidade da pessoa humana, no momento que uma habitação é a base para que os outros direitos fundamentais sejam efetivados, conforme previsto na Constituição Federal (1988) e alerta de Barbosa “[...] verificando-se a necessidade de priorização da política habitacional como forma de garantir a dignidade da pessoa humana” (Barbosa, 2012, p. 142). Dessa forma, a dignidade dos sujeitos sociais se assenta no direito à cidade, o qual se alicerça em uma moradia digna, bem como no direito com a participação nas decisões e elaborações das políticas públicas, portanto, a realização das pré-conferências da habitação de interesse social em Londrina, teve em sua essência promover a participação social mediante uma comunicação simples e acessível à população.

Nessa perspectiva o desenvolvimento da pesquisa e a elaboração da cartilha pautou-se na metodologia da Investigação – Ação - Participativa – IAP; defendida por Orlando Fals Borda (1981, 1999, 2015), e nos seus pressupostos, a qual não se aplica exclusivamente para pesquisa científica, mas pelo contrário pode ser utilizada em intervenções de movimentos sociais junto às comunidades, já que o princípio que sustenta a postura do autor é o movimento em prol do diálogo entre saberes, visando com a troca de conhecimento entre técnico (cientista) e o popular, para se caminhar no sentido de vê-los “[...] ambos como seres ‘sentipensantes’, cuyos diversos puntos de vista sobre la vida en común debían tomarse en cuenta conjuntamente” (Fals Borda, 1999, p. 80).

Neste sentido, propõe-se uma relação simétrica que subentende respeito e apreço mútuo, sobressaindo à valorização do saber popular. Pois, a pesquisa ação defende o empoderamento das comunidades, para agir e participar nos espaços democráticos, como as pré-conferência e conferência no caso desta análise da

habitação, com o intuito de terem efetivada as suas cidadanias na luta para transformar seus territórios. Mas, é necessário embasar a população mais vulnerável por meio da troca de conhecimentos. Segundo Fals Borda:

[...] llegamos a declarar que las gentes del común merecen conocer más sobre sus propias condiciones vitales para defender sus intereses, que aquellas otras clases sociales que han monopolizado el saber, los recursos, las técnicas y el poder mismo, es decir, que debemos prestar a la producción del conocimiento tanta o más atención que a la producción material. Así podíamos inclinar la balanza en pro de la justicia para los grupos desprotegidos de la sociedad (Fals Borda, 1999, p. 78).

Tendo em vista esse princípio que se elaborou a presente cartilha, que seguiu a linha de uma “comunicação popular”, que conforme Peruzzo (2009, p. 47) foi designada de “[...] alternativa, participativa, participatória, horizontal, comunitária, dialógica e radical, dependendo do lugar social, do tipo de prática em questão e da percepção dos estudiosos”. Entretanto, o foco não é uma definição conceitual de “comunicação popular”, por isso optou-se por falar de comunicação simples, mas o objetivo da cartilha teve o viés de contribuir no sentido político desta forma de comunicação, pois corresponde a uma forma de se manifestar de uma parcela empobrecida da população do “[...] mas em processo de mobilização visando suprir suas necessidades de sobrevivência e de participação política com vistas a estabelecer a justiça social” (Peruzzo, 2009, p. 47). Portanto, a linha da cartilha foi contribuir para essa mobilização social em prol de se efetivar o direito a uma moradia digna. É interessante colocar que autora salienta que “[...] desde o final do século passado passou-se a empregar mais sistematicamente, no Brasil, a expressão *comunicação comunitária* para designar este mesmo tipo de comunicação, ou seja, seu sentido menos politizado” (Peruzzo, 2009, p. 47).

Nesse sentido, a direção que orientou a equipe a pensar e elaborar a cartilha foi atuar como “el comunicador popular”, como preconiza Kaplún (1985), ao colocar que é fundamental sobrepor a comunicação na acepção que a reduz a simples

transmissão de informação, na qual a sociedade é manipulada pelo poder; no momento que poucos são os emissores e a maioria receptores (sociedade passiva), para uma comunicação assentada em uma sociedade construída mediante uma comunidade democrática (sociedade ativa), na figura 1 é possível observar as diferenças entre ambas prática de comunicação.

Figura 1 – Diferenças entre a comunicação dominadora e a democrática

COMUNICACION DOMINADORA	COMUNICACION DEMOCRATICA
= Monólogo	= Diálogo
= Poder	= Comunidad
Vertical	= Horizontal
Unidireccional	De doble vía
Monopolizada	Participativa
Concentrada en minorías	Al servicio de las mayorías

Fonte: Kaplún (1985, p. 67).

Considerou-se essencial trilhar caminhos para concretizar a comunicação democrática, para que se pudesse consolidar um diálogo mediante a interação entre os saberes: o popular e técnicos. Visando proporcionar uma participação social autêntica na elaboração de políticas públicas voltadas para a maioria da população e não concentrada em uma parcela, que tem o poder da comunicação, no caso se apropriada da comunicação para exercer o poder, mediante comunicação manipuladora. Pautou-se no pressuposto de que a população não quer mais se sujeitar a essa dominação e luta para sair da tutela imposta por essa comunicação que não visa o diálogo entre saberes – o popular e o técnico, mas o monólogo, por conseguinte se defende a necessidade de valorização do saber popular e não subjugação deste conhecimento ao conhecimento técnico/científico. Essa afirmativa é corroborada por Kaplún ao colocar que:

Los hombres y los pueblos de hoy se niegan a seguir siendo receptores pasivos y ejecutores de órdenes. Sienten la necesidad y exigen el derecho de participar, de ser actores, protagonistas, en la construcción de la nueva sociedad auténticamente democrática. Así como reclaman justicia, igualdad, el derecho a la salud, el derecho a la educación, etc., reclaman también su derecho a la participación. Y, por lo tanto, a la comunicación (Kaplún, 1985, p. 67).

Mas, cabe criar espaços democráticos (pré-conferências e conferência), nos quais o papel do técnico é o de atuar como mediador entre os saberes (popular e técnico), realizando uma comunicação horizontal, a qual tem que ter como objetivo contribuir e esclarecer à população sobre questões técnicas da problemática em pauta, que no caso da cartilha foi a urbanização brasileira e as suas sequelas segregacionistas. Bem como, trabalhar as prerrogativas das leis na intervenção no território, pois se visa praticar uma “pedagogia urbana”, pelo envolvimento e diálogo entre os saberes, mirando à participação da população em um intercâmbio de conhecimentos.

Ao se defender que a “pedagogia urbana” “[...] corresponde à necessidade de criar uma dinâmica coletiva na cidade, pautada na tentativa de eliminar a imposição técnica vinculada ao poder governamental e construir um conhecimento comum da cidade para atingir um projeto coletivo” (Antonello, 2013, p.137). Dessa forma, considerou-se que a realização das pré-conferências corresponde aos princípios de uma “pedagogia urbana”, os quais podem contribuir para se repensar o papel do técnico no processo de elaboração das políticas públicas. Uma vez que se compactua com Nassif (2020) ao afirmar, em seu estudo sobre a linguagem no planejamento que foi possível “[...] perceber que a linguagem técnica, científica e acadêmica do campo também consiste em um significativo entrave para a produção democrática da cidade” (Nassif, 2020, p. 2).

A acepção de comunicação democrática comunica com a compreensão de Fals Borda (1981, 1999, 2015) e os princípio da metodologia IAP, dentre os quais o pesquisador tem que se colocar em pé de igualdade com a população dos mais diversos contextos sociais. Sendo que o diálogo não é verticalizado e hierarquizado,

mas sim horizontal, por conseguinte nos espaços democráticos todos assumem o status de sujeitos. Salienta-se um princípio fundamental da IAP no que se refere à comunicação, para o autor a utilização desta metodologia se centraliza:

- No diferencial de comunicação: é preciso respeitar o desenvolvimento político e educativo da comunidade com a qual se está trabalhando, atitudes simples como a confecção de materiais ilustrados com linguagem informal faz grande diferença, por exemplo uma cartilha. Torna-se importante se pautar na realidade do território e valorizar as experiências da população (Fals Borda, 1981);
- Na simplicidade da comunicação: cabe adequar a linguagem à categoria de público que se almeja passar uma mensagem, o autor recomenda que em todos os passos do processo a linguagem seja simples e acessível para que todos compreendam (Fals Borda, 1981).

A essência destes critérios de linguagem: diferencial de comunicação e simplicidade da comunicação tem relação intrínseca nas práticas freirianas de educação popular, como pontua Fals Borda (1999, p. 78) “[...] del educador Paulo Freire tomamos el atrevido modelo de ‘la concientización dialógica’”, portanto, as reflexões de Paulo Freire e Fals Borda se entrecruzam em diversos momentos, uma vez que os dois autores eram integrantes da luta pela educação popular latino-americana crítica, na defesa de comprometimento político com os grupos oprimidos, com intuito de uma práxis territorial mediante um projeto coletivo de sociedade, almejando a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.

É um caminho pavimentado de obstáculo, ao imperar o poder da “comunicação dominadora”, mas é possível de acreditar como fica explícito nas palavras de Fals Borda (1999, p. 81) ao relatar a sua prática via investigação participativa “[...] pero todo avance logrado en mejorar las condiciones locales y estimular el poder y la dignidad del pueblo, así como la autoconfianza de las gentes de base, resultó siempre en una maravilla, en una experiencia que nos llenaba de satisfacción [...]”. É com esse sentimento que a equipe desenvolveu a cartilha e a utilizou junto à população embasada nos pressupostos de uma comunicação popular e seu potencial para o envolvimento da população em prol de uma práxis territorial

visando à transformação do território mediante um projeto coletivo. No próximo tópico apresentar-se-á o processo de desenvolvimento da referida cartilha.

3. DAS IDEIAS AO PAPEL: EXPERIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DA ELABORAÇÃO COLETIVA DE UMA CARTILHA EDUCATIVA

A ideia de elaboração da cartilha “LONDRINA: um novo olhar para a habitação de interesse social” surgiu no contexto dos diálogos realizados no planejamento de algumas das atividades que integraram o curso “Participação Social e Autonomia: Uma Experiência na Elaboração da Política Habitacional de Londrina” bem como toda a preparação para a realização das pré-conferências Municipais de Habitação e a 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina, realizada no ano de 2023.

A partir das discussões de um grupo que envolvia docentes e discentes da Universidade Estadual de Londrina (UEL) foi proposta a construção coletiva de uma cartilha educativa (Figura 2), com o objetivo de proporcionar um conhecimento técnico sobre a habitação de interesse social de forma acessível para a população, visando fomentar uma discussão assentada no diálogo entre os saberes (técnico e o popular). Tal preocupação se vincula com a questão de não simplesmente realizar as conferências municipais, para atender à exigência legal, presente no Estatuto da Cidade (Brasil, 2001), presente no Capítulo IV – “Da Gestão democrática da Cidade”, mas preparar a população para uma autêntica participação. Pois, como demonstra Libório (2023) ao identificar que as autoridades públicas tem “[...] relegando a um plano inferior detalhes diferenciadores que possibilitariam o aprofundamento e aperfeiçoamento na percepção da vontade popular pelo Poder Público” (Libório, 2023, p. 291).

De acordo com Giordani (2024) a cartilha se apresenta como uma publicação de caráter informativo ou pedagógico, que deve possuir uma linguagem

clara, de fácil entendimento ao leitor, e ser objetiva em seu conteúdo e sua forma, ao ser um meio de acesso rápido à informação ou a uma temática.

As informações presentes nela devem estar atualizadas e fundamentadas em conhecimentos científicos, ao mesmo tempo, em que seu conteúdo é exposto de forma mais leve, lúdica, cativante e acessível ao público. Para tal, pode-se incluir linguagem verbal (textos) e não verbal, com a utilização de imagens, figuras, ilustrações, gráficos, entre outros (Giordani, 2024).

Figura 2 - Etapas de elaboração da cartilha



Fonte: Autores(as) (2024). Elaboração: Silva (2024).

Assim, “A cartilha evidencia-se dentre as produções escritas mais dinâmicas, dada sua capacidade de adequação às diversas finalidades, sejam estas de caráter educativo, informativo, procedimental ou técnico” (Bento, 2024, p. 83). Considerando estas questões, apresentamos a partir da figura 2, as etapas e processos envolvidos na construção da cartilha “LONDRINA: um novo olhar para a habitação de interesse social” e seu potencial visando uma comunicação acessível envolvendo universidade e comunidade.

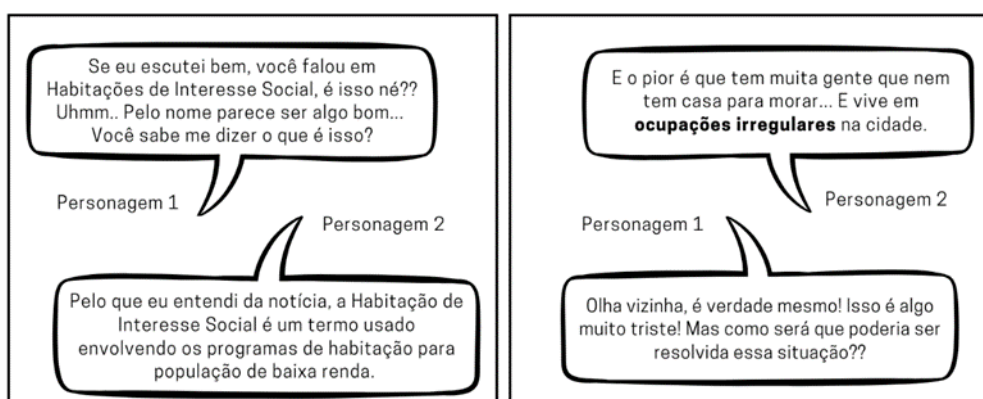
A construção da cartilha, conforme ilustrado pela figura 2, envolveu uma série de etapas e momentos. Após a definição do objetivo, realizaram-se reuniões entre os membros do grupo de pesquisadores para registrar ideias e sugestões para a elaboração do material (figura 2 – foto A). O título e o tema geral foram definidos para abordar as questões e discussões referente à habitação de interesse social no contexto do município e da cidade de Londrina.

Decidiu-se estruturar a cartilha em três subtemas para orientar as discussões e histórias envolvendo personagens, situações e diálogos do cotidiano da comunidade. Para cada subtema, dois pesquisadores ficaram encarregados de criar uma história com enredo e narrativa simples, didática e acessível, que abordasse o conteúdo de forma clara e direta.

O subtema 1: “Políticas Públicas, Metropolização e Projetos Habitacionais de Interesse Social” (figura 2 – foto B) foi abordado a partir da história “Conversas no Muro”; (figura 2 – foto C), que apresenta duas vizinhas discutindo uma notícia transmitida pelo rádio sobre a possibilidade de construção de habitações de interesse social em Londrina (figura 3).

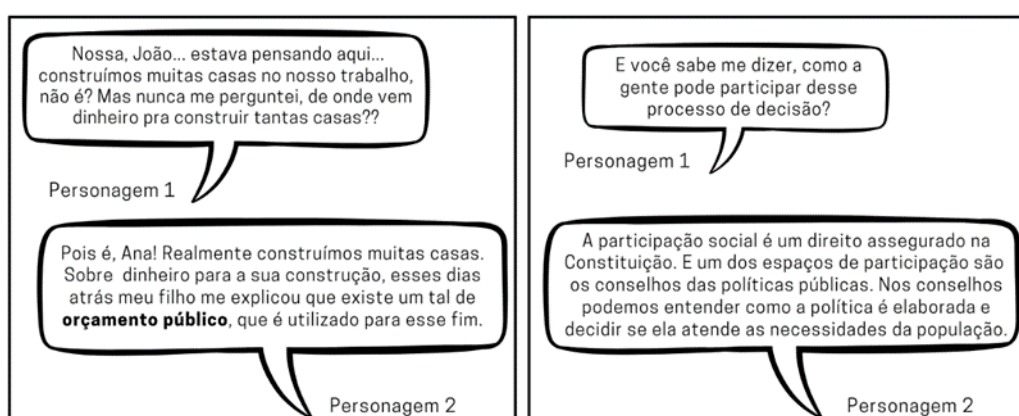
O subtema 2: “Linhas de Financiamento e Programas Habitacionais de Interesse Social” (figura 2 – foto D) discutido na história “Conversas na Construção”; (figura 2 – foto E) conta com o diálogo entre um trabalhador e uma trabalhadora da construção civil, que se indagam sobre as origens dos recursos financeiros para as moradias populares e a aplicação do orçamento público (figura 4).

Figura 3 - Trechos de diálogos da história “Conversas no Muro”



Elaboração: Silva (2024).

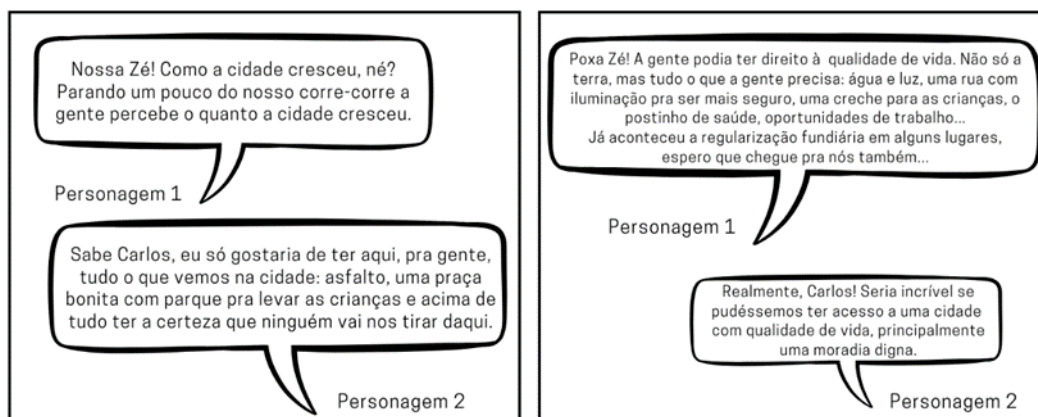
Figura 4 - Trechos de diálogos da história “Conversas na Construção”



Elaboração: Silva (2024).

O subtema 3: “Urbanização, Regularização Fundiária e Áreas Públicas para Habitação” (figura 2 – foto F) trabalhado a partir da história “Conversas na Ocupação”; (figura 2 – foto G), apresenta dois moradores de uma área de ocupação urbana (favela) que conversam sobre os desafios para o acesso à moradia digna, a destinação de áreas públicas para políticas de habitação popular e as potencialidades de uma política de regularização fundiária (figura 5).

Figura 5 - Trechos de diálogos da história “Conversas na Ocupação”



Elaboração: Silva (2024).

Conforme as histórias eram desenvolvidas e escritas a partir da interação do grupo, elas foram ilustradas, diagramadas e inseridas no arquivo utilizando o software Canva, resultando no material final – a cartilha (figura 2 – foto H). Esse modelo contém 40 páginas e inclui boxes explicativos para esclarecer conceitos e termos técnicos, facilitando o entendimento pelos leitores. Afinal, “Para que a cartilha cumpra sua finalidade de circulação social, é necessário que se estabeleça um diálogo profícuo com seus leitores” (Giordani, 2024, p. 6).

Além disso, a cartilha inclui um índice que organiza e orienta o leitor sobre as seções do material, bem como uma ficha catalográfica que foi solicitada para seu registro formal. O registro permitiu que a cartilha fosse disponibilizada em formato PDF para circulação virtual, ampliando seu alcance e potencializando que essa sirva de inspiração para proposta semelhantes adaptadas a outros contextos e situações.

A apresentação da cartilha por meio de recurso audiovisual trouxe informações ao público sobre o direito à moradia, regido pela Constituição Nacional que estabelece a responsabilidade da provisão de moradias aos governos federal, estaduais, municipais. Destacou-se a Emenda Constitucional no 26/2000 que inclui a moradia entre os direitos sociais e reforça o papel fundamental da União na provisão dessas para as famílias de baixa renda, enraizado pelo processo de

participação social, e participação da população de baixa renda que norteia a construção e transformação de políticas de habitação vigentes. Suscitou-se, também, a discussão do crescimento das ocupações irregulares demonstrando claramente que a produção informal de moradias precárias tem sido a forma hegemônica de “solução” adotada pela própria população nas faixas de baixa renda e revela o baixo alcance das políticas públicas que não foram implementadas no município ao longo de décadas em que o *déficit* vem se avolumando.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Constituição Federal de 1988, trouxe um novo formato institucional que favorece à implementação de uma gestão descentralizada e participativa, estabelecendo que, as políticas sociais sejam desenvolvidas de modo democrático, em que a sociedade, participe dos espaços de deliberações das diretrizes das políticas.

As pré-conferências, e a 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina, foram palco de discussões e dos anseios do público representado pelos moradores das ocupações irregulares, que resultou em número expressivo de participação, qualidade e abrangência de propostas nunca vistos em eventos anteriores. O material elaborado, subsidiou à realização e participação efetiva, possibilitou aos docentes e discentes um movimento e exercício do cotidiano desses moradores, buscando a perspectiva destacada pelas ciências sociais de descolonizar o pensamento e a elaboração dos conhecimentos.

Destaca-se o êxito obtido pela cartilha e o alcance de seu objetivo, que foi amplamente utilizada como material didático e pedagógico, facilitando o diálogo entre os pesquisadores da Universidade, técnicos, servidores municipais e principalmente os moradores do Núcleos Informais Urbanos que foram os protagonistas da 6ª Conferência Municipal de Habitação.

O primeiro momento das pré-conferências, foi a partir da leitura da cartilha, utilizada como disparadora das reflexões, o que facilitou muito a compreensão e gerou discussão entre os participantes. Reforça-se a importância e o diferencial da comunicação, com atitudes simples como a confecção de materiais ilustrados com linguagem informal o que podem trazer grande diferença e contribuição para as discussões e a geração de propostas.

A participação se constitui em um instrumento de controle do Estado pela sociedade e desta forma se apresenta como potencialidade dos cidadãos serem autores dos critérios e parâmetros relacionados às decisões no âmbito das políticas públicas. Nessa perspectiva, cidadãos podem ser responsáveis pela conquista de novos direitos e de promover a diminuição das desigualdades e iniquidades tão presentes na sociedade brasileira.

Entende-se que esse material contribuiu para democratizar os espaços de discussões, na medida em que ampliaram a base da participação e propostas apresentadas pelos moradores das ocupações irregulares de Londrina nas pré-conferências e aprovadas essas propostas na 6ª Conferência Municipal de Habitação de Londrina.

REFERÊNCIAS

ANTONELLO, I.T. Potencialidade do planejamento participativo no Brasil. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 239-254, 2013.

AVRITZER, L. Instituições participativas e desenho institucional: algumas considerações sobre a variação da participação no Brasil democrático. **Opinião Pública (UNICAMP)**, v. 14, p. 43-64, 2008.

BARBOSA, L. G. C. C. A tutela do Direito à moradia como forma de promover a dignidade da pessoa humana em face do Direito ambiental brasileiro. **Revista Brasileira de Direito Ambiental**, São Paulo: Editora Fiuza, volume 32, 2012.

BENTO, V. R. da S. A produção de cartilhas como ferramenta para o ensino de geografia. **Revista Ensino de Geografia (Recife)**, [S. l.], v. 6, n. 3, p. 81-94, 2024. DOI:

10.51359/2594-9616.2023.259517. Disponível em:
<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/ensinodegeografia/article/view/259517>. Acesso em: 9 dez. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. [Constituição (1988)]. Brasília: Presidência da República. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em:

BRASIL. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2001. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm. Acesso em: 30 nov. 2024.

DIEGUES, G. C. O controle social e participação nas políticas públicas: o caso dos conselhos gestores municipais. **Revista NAU Social** - v.4, n.6, p. 82-93 maio/out., 2013.

FALS BORDA, O. La ciencia y el pueblo. In: GROSSI, F.V; GLANOTTEN, V; WIT, T. **Investigación participativa y praxis rural**. Lima: Mosca Azul Editores, p. 19-47, 1981.

FALS, BORDA, O. Orígenes universales y retos actuales de la IAP. **Análisis Político**, Universidad Nacional de Colombia, 1999. Disponível em:
<https://revistas.unal.edu.co/index.php/anpol/article/view/79283/70535>. Acesso em: 30 de novembro de 2023.

FALS, BORDA, O. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Antología y presentación, Víctor Manuel Moncayo. México: Siglo XXI Editores; Buenos Aires: Clacso, 2015.

GIORDANI, A. T. **Normas editoriais da Editora UENP**: orientações aos autores: manuais e cartilhas. Valdirene Barboza de Araújo Batista (Ass.prod.) Jacarezinho: Editora UENP, 7 f., il. 2024.

KAPLÚN, M. **El comunicador popular**. Quito: CIESPAL, 1985.

LONDRINA (livro eletrônico): um novo olhar para habitação de interesse social. – **Cartilha 1**. ed.- Londrina, PR. Ed. dos autores. Vários colaboradores. 2023.

LIBÓRIO, D. C. Audiência pública na gestão democrática da política urbana. **Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU**, ano 9 – n. 17, julho/dezembro, p. 287-306, 2023.

NASSIF, T. Planejamento urbano participativo: o desafio da linguagem técnica. **URBE. Revista Brasileira de Gestão Urbana**, 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190188>. Acesso em: 20 de outubro de 2024.

PERUZZO, C. M. K. Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaboraões no setor. **Eco-Pós**, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p. 46-61, 2009.

SOUZA, C. H. L. A que vieram as conferências nacionais? Uma análise dos objetivos dos processos realizados entre 2003 e 2010. **Texto para Discussão 1718**. Rio de Janeiro: Ipea, 2012.



Recebido em: 23 de nov. 2024 | Aprovado em: 17 dez. 2024
| Publicado em: 20 de dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36p92

A força das imagens no anime “Nausicaä do Vale do Vento”: enlaces de geografias, mídias e educação

The power of images in the anime “Nausicaä of the Valley of the wind”: ties of geographies, media and education

Felipe Costa Aguiar¹

Thomaz Romanini Gubert Strehlau²

Jeani Delgado Paschoal Moura³

RESUMO

A todo momento estamos cercados por imagens, seja em nossas casas enquanto assistimos seriados, programas de televisão ou acessamos às redes sociais digitais. Algumas imagens nos acalentam, outras nos espantam. Há aquelas que nos aliviam, e as que nos inquietam. É dado que as imagens possuem uma força surpreendente, mas como elas nos enlaçam junto aos sentidos que expressam é uma questão a ser pensada. Neste artigo nos baseamos na geografia fenomenológica para realizar uma leitura crítica de mundo, explorando a força das imagens da Terra no anime “Nausicaä do Vale do Vento” (1984), uma produção audiovisual que dissemina imagens contra-hegemônicas das relações dos humanos na/com a Terra. A força dessas imagens nos possibilita ler o mundo de forma crítica, repensando como temos habitado a Terra não só como planeta, mas também como base existencial que se realiza por meio de nossas experiências de lugar e paisagem.

Palavras-chave: Geografia Humanista Cultural; Fenomenologia; Educação Geográfica.

¹ Mestre em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (UFF).

² Graduando em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

³ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora de Geografia na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

ABSTRACT

At all times we are surrounded by images, whether in our homes while watching series, television programs or accessing digital social networks. Some images warm us, others amaze us. There are those that relieve us, and also those that worry us. It is given that images have a surprising force, but how they toil us together with the meanings they express is a question to be thought about. In this article, we draw on phenomenological geography to read the world critically exploring the power of images in the anime "Nausicaä of the Valley of the Wind" (1984), an audiovisual production that disseminates counter-hegemonic images of human relations in and with the Earth. The force of these images allows us to read the world in an authentic way, rethinking geographical issues such as the more-than-human world, geographicity, inhabiting the Earth, geographic education, communication and media.

Keywords: Cultural Humanist Geography; Phenomenology; Geographic Education.

1. PRELÚDIO

As previsões catastróficas e as esperanças feitas sobre o poder da televisão e como as imagens televisivas poderiam afetar a educação das massas se surpreenderiam com o modo como nos tornamos dependentes delas, que já não são mais disseminadas exclusivamente pela televisão aberta e pelos canais por assinatura, como ocorria até meados dos anos 2000, mas pelas redes sociais digitais (Instagram, Tiktok, Twitter, Bluesky, Facebook etc), plataformas de vídeo online (Youtube, Vimeo, Dalymotion, Twitch etc) e canais de streaming.

Nos estudos brasileiros em Educação a questão da imagem e a influência das mídias na educação escolar e não escolar começou a ser discutida com mais ênfase nos anos 1980, sobretudo após o fim da Ditadura Militar em 1985, que veio acompanhado da redemocratização do Brasil e, conseqüentemente, da maior liberdade para as emissoras de televisão, produtores de filmes, autores de livros, diretores de jornais e revistas e agências publicitárias produzirem diversos tipos de mídia. Nesse contexto, é marcante o trabalho de Freire e Guimarães (1984) com foco

na relação entre educação e mídia e como a televisão proporcionaria uma mudança na cultura brasileira, haja vista que ela estabelece uma relação entre a pessoa e a mídia muito diferente daquelas que os jornais, revistas ou rádio faziam. Com o acesso à televisão facilitado para a população brasileira estaríamos diante de uma nova relação com a informação e com as imagens, agora muito mais rápidas e em maior quantidade.

A reboque deste movimento, educadores de várias disciplinas compreenderam que seria inevitável pensar a educação apartada da televisão, na época considerada uma mídia nova. É notável que esse movimento que já era relacionado aos meios de comunicação que antecederam a televisão, como o rádio e o jornal, seguiram o ritmo da globalização e se expandiram para as mídias que surgiram depois, como as redes sociais digitais. Nosso objetivo neste artigo não é realizar um estado da arte dos trabalhos sobre a relação entre televisão e educação, tampouco entre educação geográfica e televisão, mas realizar uma leitura crítica de mundo por meio da geografia fenomenológica, explorando a força das imagens da Terra no anime em questão. Nesse sentido, as imagens, em especial as filmicas, desempenham um papel central na articulação entre geografias, mídias e educação, pois oferecem possibilidades de leitura crítica do mundo, ampliando as formas de percepção espacial e de ensino da geografia.

Na década de 1990, os trabalhos de Alves (1995; 1999) tiveram como foco a cidade e a vida cotidiana transmitida pela televisão, e demonstraram uma preocupação sobre as imagens televisionadas e se elas se tratavam de paisagens, além disso, também apontavam o perigo da desconexão e simplificação que os telejornais faziam de problemas sociais complexos para noticiá-los em segundos, como exemplo, a desconexão entre déficit demográfico e desigualdade social. Por outro lado, esses trabalhos também apontavam que, pela primeira vez, a população em massa estava tendo acesso às imagens de outras cidades, que representavam cotidianos urbanos que eles não viviam, e talvez jamais vivessem. A questão, nesses

trabalhos, tinha como foco central a massificação do modo de vida capitalista e a reprodução social e cultural do capitalismo por meio da sedução das imagens televisionadas.

Valladares (2000; 2004; 2013), especificamente na interface mídias e educação geográfica, considerou que era preciso educar as pessoas criticamente para que elas soubessem ler as mensagens escondidas estrategicamente nas imagens que ganhavam vida na televisão, principalmente nas propagandas, que visam nos enlaçar para fins políticos, educacionais ou comerciais, muitas vezes esvaziando o cunho histórico e geográfico das realidades apresentadas, sobretudo no ramo do entretenimento. Desse modo, as críticas colocadas à televisão como meio de comunicação e alienação de massas serviram como motor para repensar as práticas educativas em Geografia, renovando as metodologias de ensino e os recursos didáticos.

Essas críticas também se estenderam ao cinema, que se popularizava com rapidez. Por exemplo, Barbosa (1999) apontou que se a produção técnica de imagens em documentários poderia reforçar o estereótipo do exótico ao representar populações que não viviam sob o modo de vida ocidental, filmes que apostassem em perspectivas outras poderiam provocar outras formas de perceber e representar o espaço geográfico, ou seja, nas imagens cinematográficas há possibilidades alienantes e também críticas.

Pontuschka, Paganelli e Cacete (2007, p. 262) fizeram referência ao texto de Barbosa (1999) e enfatizaram que “se a leitura de mundo implica um processo permanente de decodificação de mensagens, de articulação/contextualização das informações, cabe à escola ensinar o aluno a lê-lo também por meio de outras linguagens [...]”. Oliveira Jr. (2021) se articula com esse movimento de quem vê nas imagens do cinema potências para a aprendizagem em Geografia, e expandiu essa perspectiva também para a formação de professores, visando a multiplicação de práticas na Educação Básica. Esses autores se colocam na mesma esteira de

Valladares (2000; 2004; 2013) no que tange à relação entre propaganda e geografia escolar, isso é, devemos utilizar os diversos tipos de imagens propagadas na mídia para potencializar leituras críticas de mundo e, nesse caso, a educação geográfica e as imagens dos animes.

Esse movimento de acompanhar as transformações dos meios de comunicação e criar novas práticas para ensinar Geografia também está presente em trabalhos mais recentes, como em Bombardelli e Kaercher (2015), que se aventuraram pelo *Youtube* para potencializar as aulas de Geografia por meio de vídeos postados na plataforma online, e também em Tonetto e Tonini (2015), que problematizaram grupos da rede social digital *Facebook* e as identidades regionais do Rio Grande do Sul e os vínculos de pertencimento que os internautas representaram em postagens e comentários.

Independentemente da origem e dos meios de comunicação que as disseminam as imagens nos enlaçam e nos enredam em suas narrativas. Buscando uma narrativa contra-hegemônica, nos inspiramos na provocação de Moreira (2019) e Moreira e Marandola Jr. (2024) sobre a fenomenologia da imagem, inspirada no filósofo Jean-Paul Sartre (2008), como modo de interpretar as imagens por meio de uma geografia existencial, que tem como objetivo nos engajar com o mundo-da-vida via consciência imaginativa, criadora. As imagens, então, não são uma representação para reforçar os sentidos já presentes no imaginário, mas são um modo de consciência, que está sempre voltada para o mundo.

Como as imagens nos permitem nos engajar com o mundo? Essa é a nossa questão. Neste texto, mergulhamos no anime “*Nausicaä do Vale do Vento*” (1984) e, influenciados por Moreira (2019) e Moreira e Marandola Jr. (2024), **pensamos com** as imagens do filme, **e não sobre elas**. Nos voltamos para a questão “como podemos habitar a Terra?” poeticamente, exercitando a consciência imaginante pensando com as imagens para nos lançarmos para além das representações. A força das imagens do filme nos impulsiona para o que há no cerne delas, nos aterrando na narrativa;

aterrados pensamos como quem se projeta e se desdobra, questionamos o que “Nausicaä do Vale do Vento” (1984) **ainda pode nos dizer** sobre nossos modos de habitar a Terra e como essas imagens potencializam leituras de mundo críticas que, ao promoverem reflexões sobre os lugares e paisagens da Terra abrem caminhos para a educação geográfica.

2. A FORÇA DA IMAGEM

Neste trabalho, o conceito de imagem e sua força são fundamentais para compreender as representações e os laços que filmes, como os animes, estabelecem com o público. A partir das reflexões de Freire e Guimarães (1984), Giroux (1995a; 1995b; 2001; 2003), Moreira (2019), Moreira e Marandola Jr. (2024), discutimos como as imagens midiáticas atuam, moldando identidades culturais e imaginários sociais. As mídias, sejam televisivas ou digitais, criam uma espécie de solidariedade invisível, unindo espectadores em torno de narrativas compartilhadas que influenciam a percepção de mundo e dos espaços que habitamos.

Assim, o marco teórico se estrutura a partir da análise das imagens como elementos que enlaçam e afetam os espectadores, contribuindo para a construção de modos de ser e de habitar o mundo. A fenomenologia das imagens midiáticas permite refletir sobre como essas representações produzem sentidos e subjetividades, oferecendo uma abordagem que articula o espaço geográfico representado nas obras com o espaço vivido pelos espectadores. Dessa forma, a análise do anime Nausicaä do Vale do Vento se insere nesse debate, investigando como a narrativa fílmica dialoga com questões geográficas e ambientais, provocando a consciência imaginativa e convidando a uma reflexão crítica sobre a relação entre humanidade e natureza.

Nesse contexto, as imagens nos enlaçam, nos amarram, nos enredam e nos enlevam. As imagens são essas coisas que aparecem não só à vista, mas ao corpo todo. Há imagens poéticas, medonhas e patéticas, algumas causam medo, outras

nos enlevam e nos lançam em um enredo. Aliás, as imagens fílmicas devem atuar dessa forma, de modo que nos enlacen e nos prendam como fazem as armadilhas, mas também como fazem os pássaros, que nos permitem voar com eles. Assim, as imagens cumprem seu papel, nos embrulham e até nos embromam, nos amarram ao seu enredo maior, uma narrativa fílmica.

Um filme, portanto, é um conjunto de imagens, um grupo de laços e enlaces que, para garantirem o sucesso e a sequência compreensiva da narrativa, nos amarram durante algum tempo. Forçada ou voluntariamente, telespectador e mídia se tornam íntimos, um enlaçado ao outro por meio do ato de assistir, de dedicar a escuta do corpo telespectador à fala da mídia. Da força do aparelho projetor à força da imagem, eis aqui uma fenomenologia da experiência de assistir televisão:

De um lado, portanto, está a força do próprio aparelho, a força da imagem que aparece no vídeo, que não é palpável e que, portanto, sugere algo que é e não é. Uma espécie assim de força misteriosa, espiritual, a que o aparelho traz: está perto e ao mesmo tempo está longe, vejo e ouço, mas não pego, como coisa de Espírito Santo. Mas, além disso tudo, ou pondo tudo isso de lado, há um elemento que, em certo sentido, reforça, assusta, apavora o telespectador: é que, quanto tu apareces lá, o que está cá, mesmo sem fazer uma reflexão sobre, lá no mais fundo dele mesmo, se sente entre milhões diante de ti. No fundo, tu estás e não estás só e o que está aqui, está e não está só. Há um elo misterioso, e é talvez essa “misteriosidade” que me dá a perceber uma veracidade no discurso de lá. É que, no fundo, está havendo, assim, uma espécie de solidariedade invisível entre milhões que estão ouvindo e vendo aquilo...diante do meu exemplar da Folha de São Paulo, em casa, não tenho de maneira nenhuma a sensação de que há milhares de pessoas, também, com aquele jornal. E, no entanto, a Folha tem uma enorme circulação. Mas o jornal já não me provoca essa sensação de solidariedade que a televisão provoca (Freire; Guimarães, 1984, p. 37-38).

Como bem colocaram Freire e Guimarães (1984), reside nas mídias televisivas o poder misterioso que atua como uma espécie de solidariedade invisível representada pela sensação de que os outros estão lá, em algum lugar, ouvindo e vendo a mesma mensagem que nós. Como esse fenômeno ocorre com as novas mídias, sobretudo as digitais? As mídias assistidas nos canais de *streaming* ou nas plataformas de vídeo não unem todas as pessoas ao mesmo tempo em volta de suas televisões para acompanhar uma programação inédita, mas permite que cada um

re/assista um filme, uma novela, um seriado ou até mesmo um jornal quantas vezes quiser independente do lugar em que esteja e do aparelho que tem diante de si, seja ele um *smarthphone*, um *laptop*, um *tablet* ou uma televisão.

Mesmo assim, ainda há uma solidariedade invisível que une os fãs que esperam o dia e a hora do lançamento do novo episódio do seriado favorito, o último filme de um *best-seller* ou o final de um *reality show*. Não mais como nos anos 1980 e 1990 quando não podíamos re/assistir uma programação, a menos que gravássemos em fitas cassetes para depois rodá-las em aparelhos VHS, agora podemos nos submeter à força das imagens quantas vezes quisermos. Tudo depende de um *clíc* no botão *play* do controle remoto ou de um *clíc* no *touchscreen* dos nossos *smartphones*.

Mesmo que não seja como antes, nós ainda somos enlaçados pelas imagens, nos deixamos seduzir e somos seduzidos por elas, nos aventuramos nas narrativas que elas representam. As imagens representam e suas representações nos enlaçam. Um laço na cintura da bailarina é um lindo adereço, mas o cordão umbilical enlaçando o pescoço de um bebê é um perigo. Há laços de amizade que desejamos que fossem de família, mas em contrapartida, há laços familiares que desejaríamos rasgar e jogar fora. Como as imagens te enlaçam? Essa é uma questão que merece atenção.

Em muitos de seus textos Giroux (1995a; 1995b; 2001; 2003), teórico da pedagogia crítica e cultural norte-americana, se debruçou sobre a força das imagens disseminadas em filmes infantis dos *Studios Disney* e no poder que essas mídias possuem como máquinas de ensino, que educam as crianças a as demonstram como devem agir no mundo, reforçando identidades culturais hegemônicas e, conseqüentemente, apagando ou invisibilizando as identidades culturais estigmatizadas, aquelas que a sociedade imagina que devem ser esquecidas.

No entanto, para Giroux (1995a; 1995b; 2001; 2003) a preocupação da pedagogia não deve ser apenas a força das imagens televisivas, mas as representações imagéticas como máquinas de ensino e produção de identidades

culturais, modos de ser no mundo, modos de identificação. Isto é, o modo como essas representações enlaçam nossas vidas em um dado imaginário, nos circunscrevendo em um enredo pronto onde nos resta apenas seguir o roteiro prescrito. O perigo, portanto, não são as imagens por si só, mas as representações que as imagens filmicas fazem das realidades e os lugares nos quais elas colocam cada um de nós nesse “espaço fílmico” inspirado no espaço geográfico no qual já vivemos, ou naqueles que os filmes projetam como possibilidade.

Nesse sentido, as provocações de Moreira (2019) e Moreira e Marandola Jr. (2024) sobre a relação entre consciência imaginativa, imagem e imaginário são relevantes para nosso propósito, porque nos fazem questionar como essas representações são dotadas de sentido pelo imaginário, a que tipo de imagens elas recorrem para se sustentarem e como elas possibilitam que nos engajemos com o mundo-da-vida.

Acreditamos que os animes não imitam o espaço geográfico em que vivemos, nem que este pode vir a se tornar reprodução deles, mas que no contato com essas mídias a consciência imaginativa é provocada, instigada pelo modo como as imagens nos abalam. Por falar em abalos, não trouxemos para o corpo do texto imagens das cenas que respondem o nosso questionamento, mas fizemos o oposto, investimos na descrição fenomenológica como modo de aterrar o pensamento, de brincar com as imagens e com a consciência imaginativa, e não de reproduzir dados objetivos, como *prints* de tela e figuras. Provocar a consciência imaginativa significa engajar-se com o mundo ao responder o que perguntamos: o que o anime “Nausicaä do Vale do Vento” (1984) ainda pode nos dizer sobre como habitamos a Terra?

Para mergulhar nessa narrativa convidamos a entrar conosco na realidade geográfica dessas personagens que nos levam ao conto japonês sobre a princesa que amava insetos. Esse mergulho nos leva à terra de Nausicaä, que na Mitologia Grega é a filha do rei Alcínoo e da rainha Arete, sendo ela a princesa que encontrou Ulisses da Odisseia e o trouxe de volta para a Terra, para junto de seu pai. Essa terra que é

um lugar de abrigo e aconchego, mas também pode se revelar como uma personagem amedrontadora, misteriosa e sombria, como a floresta de fungos, ar poluído e medo, a *Fukai*. Essa terra é um lugar em que o vento sopra com tamanha importância que é parte do enredo, por isso o título indica “Nausicaä do Vale do Vento”, esse lugar que protege, acolhe e recolhe e, como ar se espalha por toda a paisagem como fazem os espaços aéreos de Dardel (2011), fundem-se e esparramam-se por toda a atmosfera. Essa unidade indivisível nos leva a outro personagem da trama, os Ohmus, seres que foram criados pelos antigos humanos para curar o mundo contaminado com poluição e corrupção.

Todas essas personagens nos apresentam a mais potente delas, a Terra. Tudo emerge na Terra, para ela parte e para ela volta. Por isso, nas seções seguintes nós exploramos a força dessas imagens compreendendo essas personagens em relação à Terra, são eles “Ato 1: a força da terra”, “Ato 2: a dependência da terra” e “Ato 3: o que damos à terra e como ela devolve”.

3. ATO 1: A FORÇA DA TERRA

Nausicaä do Vale do Vento, que não é só do vale, mas também do vento. Nausicaä é aquela que carrega o vento em seu corpo e traz o vale em sua história - a de uma mulher que é do Vale do Vento, comprometida com a Terra, sua casa maior, que abriga o seu lugar no mundo.

Nausicaä escuta as mensagens que a Terra envia para a humanidade, se coloca como quem lê os signos de seu texto, como quem escuta as vozes que as outras pessoas não escutam. Os pares de sua época se recusam ouvir a Terra, mas não excitam em extirpá-la, retirando dela tudo que podem. Os gritos da Terra não são nada para alguns, enquanto para Nausicaä eles soam como estrondos, assim como as bombas que explodem nos campos de guerra. Os gritos da Terra assemelham-se a choros coletivos em forma de ventos, mortes e destruição.

Lá mesmo, no Vale do Vento, Nausicaä recusa a possessividade do local e se joga mutualidade da paisagem, que está por todo o lugar em todos os lugares. Ao contrário de seus co-habitantes, Nausicaä não é - em tom possessivo - do Vale do Vento, ela é uma criatura da Terra, essa grande casa que abriga o seu lugar, mas o põe em relação circunscrevendo-o na paisagem, que o abre para outros tantos lugares... para a própria Terra.

Nausicaä não é somente do Vale do Vento, mas é da Terra, que abriga ela, o vale e tudo que os circunda à curta e à longa distância. Ela não é parte da Terra, ela é a própria Terra. O Vale do Vento é um dos lugares da Terra, um dos lugares nos quais Nausicaä é abrigada na Terra e a Terra é abrigada em Nausicaä, que respira, come e consome a Terra.

A Terra se manifesta como uma entidade que não apenas sustenta, mas interage, reage e reivindica. A Terra reage tomando forma de espíritos da floresta, como o Deus Cervo (*Shishigami*), a floresta envenenada (*Fukai*) e o Javali. Como paisagem a Terra reivindica sua saúde e reage de maneira ameaçadora e temerosa à exploração e destruição promovidas pelos humanos, interagindo com eles por meio da revolta, do adoecimento e da destruição.

Dardel (2011) nos convida a pensar a Terra como um "chão primitivo", uma fonte originária da existência humana, uma base existencial que nos abriga como ser-no-mundo (Besse, 2011; Holzer, 2011). A floresta responde com violência, porque com violência ela é ferida pelos modos de habitar destrutivos dos humanos. Violentada, a Terra responde de maneira a proteger a si mesma, quase sempre de modo inesperado, poético e mítico, carregado de significados simbólicos e espirituais, mas também profético, pois nos adverte sobre as consequências de uma relação utilitária com o planeta.

Nausicaä, sendo Terra, é a corporificação de uma geografia mítica, que ecoa das palavras de Dardel (2011, p. 8), a Terra é o útero e "a origem". Mais do que uma força externa ao humano, a Terra é uma força interna, como útero, que nos gesta e

nos lança para o mundo, lugar em que novamente ela nos gesta. A Terra é primitiva, porque dela viemos e, de certa forma, ainda que como cinzas jogadas ao vento para ela voltaremos. A força da Terra brota da possibilidade de plantar e colher, mas também da sua capacidade de se autodestruir e se autorreformular constantemente, da sua poética, nem que para isso seja necessário que ela elimine de seu berço a vida humana. A força da Terra está no fato dela poder ser a heroína de si mesma, sua própria criadora.

4. ATO 2: A DEPENDÊNCIA DA TERRA

Nausicaä escuta a Terra e se mantém atenta aos seus pedidos, pois ela está atenta ao próprio ser que ela é: um ser-no-mundo que está em constante relação e interdependência com tudo que o rodeia, com um mundo mais-que-humano (Abram, 2012), inclusive. A linguagem da Terra é a sua linguagem: maremotos, trovões, transformações, crises, mutações. Para decifrar as mensagens Nausicaä se abre ao que a Terra quer contar, mas havemos de concordar que não é difícil ouvir o choro das florestas... basta querer estar disposto a ouvir o clamor da Terra.

A Terra que Nausicaä escuta não é este ou aquele lugar, mas é toda a vida viva que chamamos de planeta, que comumente reduzimos a recursos naturais, natureza, riquezas etc. A Terra não é só o céu e não é só o chão. A Terra é a paisagem que nos abre e nos projeta para o alto, mas também as cavernas que nos levam para as suas entranhas. A Terra é o lugar que nos traz conforto, como os campos verdejantes, mas também as florestas densas que nos amedrontam. A Terra, essa quadratura onde nós estamos, é a mãe e o pai. A Terra é o que nos dá o alimento, mas também nos consome quando morremos e somos enterrados. É esta Terra que Nausicaä é, um abrigo que está padecendo pelos nossos modos de habitar.

Nausicaä, como Terra que é, não é lugar ou paisagem, mas os dois. Ela é a paisagem da Terra que permeia todos os lugares e os lugares que permeiam as paisagens da Terra. Nausicaä é um e outro, porque ela é o equilíbrio, a harmonia, a

própria poética da Terra, isso é, o ritmo no qual tudo acontece. Nausicaä é a Terra acontecendo e, na história narrada, a Terra tem pedido socorro e avisado de diferentes formas que ela não suportará nossos modos de habitar por muito mais tempo.

Nausicaä chora, grita e luta, pois a Terra padece. Não é a Terra que envelhece, mas o humano que adoece do próprio de habitar. A Terra pode se refazer e continuar sem nós, mas temos apenas esta vida para viver. É isso que Nausicaä quer nos dizer, que não viveremos por muito mais tempo nessa relação doentia. Ela grita e clama por ajuda, ela é a própria ecologia.

Nausicaä é a Terra que não tem poder bélico, então não alveja ninguém de tiros ou ameaça com mísseis, mas é a mãe de insetos e animais medonhos, criaturas que tememos. Mas que brotam da Terra como sinal de que esta guerra já está dada e que independente do ganhador, a vida humana perderá, ainda que mantenha seus luxos e caprichos por mais algum tempo.

Nausicaä do Vale do Vento é mais que entretenimento. Nausicaä é uma meditação profunda sobre a interdependência entre o humano e a Terra, entre tudo o que nos rodeia, lugar e paisagem. Não é só sobre nós humanos, mas sobre mais-que-humanos (Abram, 2012), principalmente porque a humanidade é fraca e frágil, é vítima dos próprios canhões.

Nausicaä não é sobre reciprocidade, mas mutualidade, que é a interdependência essencial de tudo que há na Terra, essa casa que abriga mutuamente tudo que está entre o céu e a terra, os deuses e os mortais. Nausicaä é presságio, que não é bom ou mau, mas é uma mensagem que, como todas as mensagens que recebemos diariamente, podem ser escutadas ou ignoradas. Escutar ou ignorar? A sua resposta é o enredo do filme.

Não se trata apenas de uma luta pela sobrevivência humana, mas por um entendimento mais profundo de que a Terra não é algo "fora de nós"; ela é parte de nossa existência e realidade. A dependência, nesse sentido, não é uma fraqueza, mas

um chamado à responsabilidade e à solidariedade. Como respondemos aos chamados da Terra? Essa é uma grande questão.

5. ATO 3: O QUE DAMOS À TERRA E COMO ELA DEVOLVE

Para Nausicaä o que damos à Terra é importante, porque recebemos o que damos e, se somos Terra, o que damos a ela consequentemente damos a nós mesmos. O que damos e como fazemos dita o que e como recebemos dela. As ações da Terra são um reflexo de nossas próprias ações (se o mundo está doente então nós estamos doentes), espelhando tanto nossa generosidade quanto nossa ganância destrutiva.

A Terra devolve a ganância em ciclos de destruição, regeneração, apocalipses, caos, dor e desordem, afetos personificados nos espíritos vingativos como o Deus Javali, representação da Terra corrompida.

Por outro lado, a Terra também distribui cuidado, quando damos respeito, é claro. Bem tratada a Terra responde com restauração, regeneração, atenção materna. Na mesma proporção a Terra devolve o que recebe, seja abundância ou destruição.

Retomando Dardel (2011), a Terra não é passiva, ela é ativa, dinâmica, repleta de energia. Se damos ganância, recebemos desolação. Se damos respeito, recebemos equilíbrio. Nausicaä quer dizer mais sobre o que damos a Terra, do que sobre o que ela nos devolve, pois o que distribuimos ditará o que recebemos. Será que estamos dando o cuidado necessário para que ela nos devolva um futuro próspero, ou pelo menos habitável? Voltamos, assim, ao habitar como uma questão fundamental.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Nausicaä do Vale do Vento” (1984) transcende as barreiras da Geografia científica do século XIX. A narrativa destaca a Terra como entidade dinâmica,

fundante e fundamental para a existência terrena, o que aproxima a trama fílmica da geograficidade cunhada por Dardel (2011), essa relação poética e intrínseca entre a Terra e nós, seus habitantes (Holzer, 2011; Besse, 2011).

Nausicaä, a protagonista, encarna a geograficidade, escutando as mensagens que a Terra envia para a humanidade. Isso destaca a interpretação dos signos da Terra como um ato fundante de descrição e interpretação, alinhando-se à perspectiva hermenêutica de Dardel (2011). Os signos do espaço geográfico se tornam uma linguagem própria da Terra que abriga a trama, o que reflete a sugestão de Dardel de que a terra pode ser lida e traduzida pela sensibilidade humana, haja vista que ela é um conjunto de textos a ser decifrado. Ao abordar a vitalidade do espaço geográfico como linguagem, o filme revela um campo de forças em luta, oferecendo acolhimento, obstáculo, estímulo e resistência.

A busca por uma consciência geográfica como propõe Dardel (2011), acompanhado de Holzer (2011), Besse (2011) e Davim (2016), encontra expressão na liberdade espiritual e subjetiva explorada pelo filme na criação de um mundo imaginário. A trama pós-apocalíptica reflete as inquietações de Dardel (2011) sobre a apropriação do espaço e os custos da exploração irresponsável, que utiliza a Terra como recurso natural e esquece de que, ao explorá-la, destruimos a casa que habitamos.

Diante desse entrave, Nausicaä personifica o respeito pelo equilíbrio ecológico, representando uma ponte entre a humanidade e a Terra. Ela é a personagem que escuta a mensagem de socorro enviada pela Terra e tenta comunicar aos outros habitantes a leitura que fez dos signos desse mundo pós-apocalíptico.

O Vale do Vento simboliza um enclave de harmonia, que contrasta com os conflitos de um mundo distópico alimentado pela ganância de reinos inimigos e pela busca de poder bélico. Insetos horripilantes representam a força generativa da Terra, sendo o “feio” a força vital do planeta, e não o “belo”.

"Nausicaä do Vale do Vento" é mais que entretenimento; é uma meditação profunda sobre a interdependência entre o humano e a Terra, que desafia nossas ações e nossa fundamentação ética. É assim que a trama provoca uma reflexão sobre o modo como habitamos a Terra, contribuindo para a promoção de leituras de mundo que tensionam as complexidades do nosso habitar e nos provocam a pensar como o nos relacionamos com o mundo humano, não-humano e mais-que-humano.

O conflito principal da trama está na contradição entre o modo como alguns personagens enxergam a Terra como recurso de exploração e outros a veem como abrigo e fonte de vida. Essa situação gera outros conflitos, como as guerras entre os reinos e a dificuldade da protagonista em conscientizar outros personagens das mensagens que a Terra tem enviado por meio de seus signos e textos próprios, representados pelos problemas ambientais. Além disso, a constituição do cenário pós-apocalíptico é não só um alerta para nós, mas um aviso premonitório e mais um chamado à conscientização ambiental, certa vez que os humanos inseridos na trama não percebem a intensificação do cenário distópico, como se estivessem em estado de negação.

O "Ato 1: a força da terra", o "Ato 2: a dependência da terra" e o "Ato 3: o que damos à terra e como ela devolve" são veredas pelas quais caminhamos em nossa leitura crítica de mundo, lugares que alcançamos por meio da imaginação e da demora sobre essas imagens, são possibilidades para a educação geográfica, pois são modos diferentes de pensar e habitar a Terra.

Ao mergulhar nas imagens do anime e nos entregarmos à força de seus sentidos nutridos por uma fenomenologia da imaginação, somos levados a nos perguntar o que ainda é possível ensinar e aprender sobre nossas relações na/com a Terra. Ainda que não tenhamos uma resposta absoluta para dar, encerramos este texto acreditando que entre todos os enlaces das imagens, os mais potentes são aqueles que não prendem nossa imaginação, mas a libertam para voos distantes,

viagens imaginativas que, ao nos trazer de volta, permitem que pensemos sobre nossos modos de habitar.

REFERÊNCIAS

ABRAM, D. **The spell of the sensuous: Perception and language in a more-than-human world.** Vintage, 2012.

ALVES, G. A. O cotidiano visto através da tv. *In: Mesquita, Z.; Brandao, C. R. (org.). Territórios do cotidiano.* Porto Alegre/Santa Cruz do Sul: UFRGS/ USCS, 1995, p. 191-206.

ALVES, G. A. Cidade, cotidiano e tv. *In: Carlos, A. F. A. (org.). A geografia em sala de aula.* 1ed. São Paulo: Contexto, 1999, p. 134-144.

BARBOSA, J. L. Geografia e cinema: em de aproximações e do inesperado. *In: Carlos, A. F. A. (org.). A geografia em sala de aula.* 1ed.Sao Paulo: Contexto, 1999, p. 109-133.

BESSE, J. M. Geografia e existência a partir da obra de Eric Dardel. *In: DARDEL, E. O homem e a terra: natureza da realidade geográfica.* São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 111-140.

BOMBARDELLI, G. F.; KAERCHER, N. A. O uso do site Youtube nas aulas de Geografia. *In: GIORDANI, A. C. C.; FERREIRA, D. S. (org.). Ensino da Geografia e da História: saberes e fazeres na contemporaneidade.* 1ed.Porto Alegre, RS: Evangraf, 2015, v. 2, p. 145-158.

DARDEL, E. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica.** São Paulo: Perspectiva, 2011.

DAVIM, D. E. M. **O homem e a terra: natureza da realidade geográfica.** *Rev. abordagem gestalt*, Goiânia, v. 22, n. 2, p. 249-252, dez. 2016.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Educar com a mídia: novos diálogos sobre educação.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1984.

GIROUX, H. A Disneyzação da Cultura Infantil. *In: SILVA, T. T.; MOREIRA, A. F. (org.). Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais.* Petrópolis: Vozes, 1995a. p. 49-81.

GIROUX, H. Memória e Pedagogia no Maravilhoso Mundo Disney. *In: SILVA, T. T. da. (org.). Alienígenas em sala de aula.* Petrópolis: Vozes, 1995b.

GIROUX, H. Os filmes da Disney são bons para seus filhos? In: STEINBERG, S.; KINCHEOLE, J. (org.). **Cultura infantil: a construção corporativa da infância**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 87-108.

GIROUX, H. Ensinando o cultural com a Disney. In: GIROUX, H. (org): **Atos Impuros: a prática Política dos Estudos Culturais**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2003. p. 2-12.

HOLZER, W. A geografia fenomenológica de Éric Dardel. In: DARDEL, E. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Perspectiva, 2011, p. 141-154.

PONTUSCHKA, N. N.; PAGANELLI, T. I.; CACETE, N. H. **Para ensinar e aprender Geografia**. 1ª. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

MOREIRA, T. R. Fenomenologia da imagem: a crítica sartreana à representação e seus desdobramentos para uma geografia existencial. In: Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia: A Geografia brasileira na ciência-mundo: produção, circulação e apropriação do conhecimento, XIII ENANPEGE, 2019, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: USP, 2019, p. 1-13.

MOREIRA, T. R.; MARANDOLA JR., E. Fenomenologia da imagem: a crítica sartreana à representação e suas possibilidades para uma geografia existencial. **PerCursos**, Florianópolis, v. 25, p. 1-24, 2024. Disponível em: <https://periodicos.udesc.br/index.php/percursos/article/view/25600>. Acesso em: 10 jan. 2025.

OLIVEIRA JR., W. M. de. O mistério das comédias entre o cinema e a escola perguntas de pesquisa às respostas dos professores de geografia. **ETD Educação Temática Digital**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 374-393, 2021. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/etd/article/view/8661488>. Acesso em: 10 jan. 2025.

SARTRE, J. **A imaginação**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

NAUSICAÄ do Vale do Vento. Direção de Hayao Miyazaki. Japão: Studio Ghibli, 1984. 117 min.

TONETTO, E. P.; TONINI, I. M. Grupos de rede social Facebook: representações e pertencimentos identitários regionais do RS. In: TONINI, I. M. et al. (org.). **Ensino da Geografia e da História - saberes e fazeres na contemporaneidade**. Porto Alegre: Evangraf, 2015, v. 2, p. 137-144.

VALLADARES, M. T. R. O uso crítico da propaganda na educação como alternativa pedagógica. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2000.

VALLADARES, M. T. R. A propaganda como alternativa de leitura crítica do mundo. *In: Encontro Nacional de Práticas de Ensino: Conhecimento local e Conhecimento universal*, XXI ENDIPE, 2004. Curitiba. **Anais** [...] Curitiba: PUCPR, 2004. v. 01. p. 1358-13711.

VALLADARES, M. T. R. A Geografia e a Propaganda: para ler o mundo e escrever a vida. *In: PORTUGAL, J. F.; OLIVEIRA, S. S.; PEREIRA, T. R. D. S. (org.). (Geo)grafias e Linguagens: concepções, pesquisas e experiências formativas*. Curitiba: CRV, 2013, v. 1, p. 285-295.



Recebido em: 21 de nov. 2024 | Aprovado em: 18 dez. 2024
| Publicado em: 20 dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36P111

Comunicação e participação popular na implementação do Trabalho Social em esgotamento na cidade de Maria Helena-PR

Communication and popular participation in the implementation of Social Work in the city of Maria Helena-PR

Andrea Cristina Fontes Silva¹

José Paulo P Pinese²

RESUMO

No campo do saneamento básico, as empresas responsáveis além de realizarem as obras devem executar projetos de trabalho social junto a população na área de saneamento, visando contribuir para a sustentabilidade da área de intervenção e do empreendimento com ações socioambientais que promovam a gestão participativa, controle social e o desenvolvimento socioterritorial. Assim, esse estudo, realizados a partir de levantamento secundários e observação participativa, tem por objetivo refletir sobre a importância da comunicação junto aos sujeitos sociais da cidade de Maria Helena no decorrer do desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social no contexto da implantação do sistema de esgotamento sanitário em 2021. A participação das famílias residentes na área de instalação da rede de esgotamento foi efetivada com o uso de diferentes estratégias que facilitaram a comunicação e mobilização dos moradores de Maria Helena, cidade no Noroeste do Paraná.

Palavra-chave: Saneamento; Mobilização Social; Participação Popular; Educação Ambiental.

1 Mestre em História pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

2 Doutor em Geociências (Geoquímica e Geotectônica) pela Universidade de São Paulo (USP). Professor na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

ABSTRACT

In the field of basic sanitation, the companies responsible for the project, in addition to carrying out the works, must carry out social work projects with the population in the sanitation area, aiming to contribute to the sustainability of the intervention area and the enterprise with socio-environmental actions that promote participatory management, social control and socio-territorial development. Thus, this study, carried out based on secondary surveys and participatory observation, aims to reflect on the importance of communication with the social subjects of the city of Maria Helena during the development of the Social Work Project in the context of the implementation of the sewage system in 2021. The participation of families living in the area where the sewage network was installed was carried out using different strategies that facilitated communication and mobilization of the residents of Maria Helena, a city in the northwest of Paraná.

Keywords: Sanitation. Social Mobilization; Popular Participation; Environmental Education.

1. INTRODUÇÃO

Os Projetos de Trabalho Social (PTS) são compulsórios em obras financiadas com recursos públicos, tais projetos devem ser elaborados pelas Companhias de Saneamento, de acordo com normativas da Portaria nº 464/2018 do Ministério das Cidades e devem necessariamente contemplar os quatro eixos de atuação: Mobilização, organização e fortalecimento social; Acompanhamento e gestão social da intervenção; Educação ambiental e patrimonial; Desenvolvimento socioeconômico (Brasil, 2018.).

No estado do Paraná, a Companhia de Saneamento do Paraná (Sanepar) criada em 1963 e com sede localizada em Curitiba/PR, é a empresa responsável por serviços de saneamento básico em 344 municípios paranaenses e 01 de Santa Catarina. Trata-se de uma companhia de economia mista e de capital aberto, controlada pelo Estado do Paraná.

Dentre as ações da SANEPAR, chama-se a atenção para aquelas relacionadas a educação ambiental que fazem parte dos projetos de trabalho social desenvolvidos

pela empresa nas áreas com implantação de serviços de esgotamento. Na elaboração dos projetos para o processo de intervenção socioambiental, devem ser previstas atividades que busquem, além da perenização do investimento público, a sustentabilidade e o controle social nos empreendimentos. As ações planejadas devem assegurar acesso aos serviços públicos de qualidade, gestão dos serviços de saneamento, respeito à diversidade e as características locais de cada grupo beneficiado, promovendo desenvolvimento e avaliando os impactos dos programas implementados em cada empreendimento de saneamento.

Para definição e sucesso da metodologia de trabalho proposta pelo projeto, o mesmo deve considerar a gestão do saneamento por bacias hidrográficas; a ação integrada com a comunidade e com as instituições presentes no território de intervenção; a responsabilidade compartilhada legitimando a participação comunitária; o controle social com foco na universalização do saneamento ambiental, de forma a contribuir para o desenvolvimento econômico e social da comunidade beneficiada.

A comunicação entre os sujeitos envolvidos é fundamental para a mobilização da comunidade e assim atingir um grau satisfatório de participação popular no decorrer do desenvolvimento do projeto social de esgotamento.

Isso porque a comunicação quando realizada de forma horizontal tem o potencial de mobilizar e envolver as pessoas em prol de um objetivo comum, levando a participação popular. Para Bordenave (1985, p. 74), sem a participação não ocorre a comunicação, isso porque a [...] participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na práxis grupal. Parece que só se aprende a participar, participando”.

Assim, com foco principal nas ações de mobilização comunitária, objetiva-se com esse estudo, refletir sobre a importância da comunicação junto aos sujeitos sociais da cidade de Maria Helena no decorrer do desenvolvimento do Projeto de Trabalho Social no contexto da implantação do sistema de esgotamento sanitário em

2021.

2. METODOLOGIA

Esse estudo pode ser caracterizado como um estudo descritivo com uma abordagem qualitativa, com observação participante, tendo em vista que a autora é técnica da SANEPAR e integrou a equipe de trabalho do projeto social.

Tendo por base Minayo (2001), entende-se que a pesquisa qualitativa tem o olhar direcionado para um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Já a pesquisa descritiva busca oferecer uma representação detalhada e precisa de um determinado objeto de estudo, seja ele uma população, um evento ou um processo, delineando suas propriedades e particularidades, com o intuito de o compreender (Gil, ano).

Como procedimentos de pesquisa foram realizados levantamentos junto a fontes secundárias (produção científica e documentos) bem como foram coletadas informações e feitas observações pela autora no decorrer do desenvolvimento do projeto social em Maria Helena.

3. AS ATIVIDADES DE MOBILIZAÇÃO E EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL EM MARIA HELENA

O município de Maria Helena está localizado na porção noroeste do Paraná, na Região Metropolitana de Umuarama, nas seguintes coordenadas geográficas: Latitude: 23°35'30" SUL e Longitude: 53°12' W – GR. Fica a 592,79 km de distância da capital, com uma altitude de 630m acima do nível do mar.

A população estimada segundo dados do IBGE (2021) é de 5.593 habitantes, aproximadamente 62% dessas residem na área urbana, ou seja, cerca de 3467,66 pessoas residem na pequena cidade de Maria Helena. A densidade demográfica é de

11,7 habitantes por km² no território do município. Com relação à hidrografia do município, está inserido na Bacia do Baixo Ivaí.

Com relação à água e esgoto do saneamento, a população urbana é atendida em 100% com a rede de água e com a implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário. E com a construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), travessias e implantação das 853 ligações prediais, buscou-se atingir o percentual de coleta e tratamento de esgoto de 42%, em sua primeira etapa. (Silva; Gervasoni; Brandani, 2021).

É importante destacar que, o recorte espacial do Trabalho Social desenvolvido em Maria Helena não englobou toda a área urbana, mas sim a porção na qual residem 853 famílias que receberam essas obras de esgotamento da Sanepar (figura 1), atingindo, direta ou indiretamente, aproximadamente 2473 habitantes.

Em se tratando da mobilização da comunidade do recorte espacial em Maria Helena no projeto social, em um primeiro momento os técnicos da SANEPAR entraram em contato com a associação de moradores com projeção sobre o grupo que representa e liderança informais, a exemplo de professores e líderes religiosos.

Os espaços e equipamentos detectados foram contatados pelos técnicos do projeto social para estabelecimento de parcerias com o corpo técnico dessas instituições (públicas e privadas) que estão inseridas na área de intervenção, fomentando o surgimento ou fortalecimento de lideranças da comunidade efetivando o controle social no empreendimento.

Na etapa seguinte, os serviços socioambientais foram definidos de acordo com as características da área de intervenção e da população beneficiária, respeitando-se aspectos sociais, econômicos e culturais da região com base nas premissas/diretrizes do trabalho socioambiental, e previstos para execução de acordo com o cronograma de obras, buscando otimizar os resultados.

O desenvolvimento do trabalho socioambiental foi dividido em quatro eixos de atuação. Primeiramente, o eixo ‘Mobilização, Organização e Fortalecimento Social’

possui dez indicadores base; o segundo ‘Acompanhamento e Gestão Social da Intervenção’ oito; o terceiro ‘Educação ambiental e patrimonial’ quatro indicadores; e o último eixo ‘Desenvolvimento socioeconômico’ é composto por outros quatro.

Figura 1 – Em destaque o recorte espacial de obras do esgotamento junto a 853 imóveis

ÁREA DE INTERVENÇÃO EM MARIA HELENA

853 Imóveis beneficiados com rede coletora de Esgoto

Imóvel Visitado



Fonte: Silva; Gervasoni; Brandani, 2021.

Em se tratando do eixo de ‘Mobilização, Organização e Fortalecimento Social’, foco desse estudo, conforme tabela 1 pode se verificar os indicadores estabelecidos para atingir a mobilização e o fortalecimento social.

Com o objetivo de promover a educação ambiental e a adesão da comunidade ao projeto, houve uma campanha de sensibilização com abordagem domiciliar. Esse tipo de ação permitiu um diálogo direto com as famílias, possibilitando a disseminação de informações sobre saneamento básico e os benefícios do empreendimento. A adesão da comunidade, com 852 dos 853 domicílios visitados, evidencia a eficácia da estratégia adotada.

Tabela 1- Indicadores para Mobilização e Fortalecimento Social.

	<u>Indicador</u>	<u>Composição</u>	<u>Meta</u>
Eixo 1 Mobilização, organização e fortalecimento social	Nº de instituições mobilizadas no Trabalho Social	Total de instituições com registro em atas	70% das instituições (saúde, educação/cultura, assistência, organização sociedade civil) relacionadas no PTS
	Grupo gestor com plano de ação estabelecido	Planos de ação por grupo gestor formalizado	100% previsto no PTS
	Nº de inserções sobre a intervenção em mídias locais/regionais	Total de registros evidenciados	50% das ações previstas no PTS
	Nº de abordagens domiciliares de Pesquisa Socioambiental Diagnóstica	Total PSD	100% previsto no PTS
	Nº de abordagens domiciliares de Sensibilização	Total SA	100% previsto no PTS
	<u>Indicador</u>	<u>Composição</u>	<u>Meta</u>
Eixo 1 Mobilização, organização e fortalecimento social	Nº de Reuniões Comunitárias realizadas	Total RC	100% previsto no PTS
	Nº de participantes em Reuniões Comunitárias	Total registrado em listas de presença	30% da população beneficiária
	Nº de capacitações realizadas	Total capacitações	100% previsto no PTS
	Índice de satisfação com as capacitações	Média das avaliações em todas as capacitações	70% bom/ótimo no total de avaliações realizadas
	Nº de participantes nas capacitações	Total registrado em listas de presença	75% do estimado nas capacitações previstas no PTS
	Carga horária de capacitação ofertada	Total ofertado em todas as capacitações	100% previsto no PTS

Fonte: Silva; Gervasoni; Brandani, 2022.

Outra atividade desenvolvida foi a Abordagem Domiciliar com Disponibilização de Comunicado e de Orientação Técnica ao Cliente, com processo

de comunicação bidirecional com a comunidade, realizando visitas domiciliares para informar sobre a correta interligação à rede coletora de esgoto e distribuir materiais informativos sobre o empreendimento. Essa ação visou garantir que os moradores estivessem cientes dos impactos do projeto e possam participar ativamente das discussões sobre o tema.

Houve também, abordagem domiciliar para pesquisas socioambientais avaliativas, aplicada em 10 % das famílias que receberam rede coletora de esgoto. A Pesquisa Socioambiental avaliativa buscou avaliar o nível de satisfação da comunidade e a adesão da população ao serviço implantado. Essa pesquisa considera o nível de satisfação dos moradores, percepção das famílias sobre as mudanças socioambientais ocorridas, sugestões e reclamações. Também foram realizadas Reuniões Comunitárias, conforme discutido no próximo subtópico.

4. AS REUNIÕES COMUNITÁRIAS E A PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

Pensar em como envolver a população tem sido uma questão seja no planejamento seja na gestão realizada por órgão públicos municipais/estaduais e por empresas públicas. A participação é o caminho para atingir tanto o planejamento como a gestão democrática conforme previsto na constituição federal de 1988.

Participar é um processo, no qual as pessoas mesmo que movidas por motivos individuais, passam a frequentar as reuniões coletivas organizadas para debate determinado problemática, podendo assim avançar saindo do campo privado e atingindo o olhar coletivo. A esse respeito Avritzer e Navarro (2003), destacam que nível de participação pode evoluir com o tempo e passar a apresentar a qualidade almejada no decorrer da experiência participativa, podendo levar um sujeito não participante a assumir uma postura participativa e cidadã.

Para atingir essa qualidade de participante, segundo Pinheiros e Cançado (2014), é necessário,

[...] que as pessoas tenham um entendimento prévio sobre o que está proposto a participar, porém, muitas vezes só entendimento não basta. Capacidade intelectual não eleva uma pessoa à postura de cidadã, então é muito limitado caracterizar a participação somente pela qualidade dos participantes. É antes, o esforço de participar; do querer fazer parte do processo decisório; da vontade em influenciar, mesmo que advogando em causa própria ou da comunidade, que faz da participação a mais importante ferramenta da democracia (Pinheiros; Cançado, 2014, p. 20).

É nesse sentido que, de além das abordagens domiciliares, os encontros presenciais denominados de Reuniões Comunitárias foram fundamentais para envolver a população de forma coletiva. Essas reuniões realizadas na cidade constituíram-se em um fórum de discussão e participação popular, com o propósito de promover a transparência das ações institucionais e estimular a participação da comunidade nas decisões que a afetam diretamente. Os temas abordados durante as Reuniões Comunitárias foram os seguintes:

- Informações sobre a obra: Foram apresentados detalhes sobre o projeto em si, como o escopo da obra, prazos e etapas de execução.
- Benefícios da rede coletora de esgoto: Os participantes foram informados sobre os impactos positivos da implantação da rede, como a melhoria da qualidade de vida, da saúde pública e do meio ambiente.
- Trabalho socioambiental: A comunidade foi apresentada às ações socioambientais que seriam realizadas em paralelo à obra, demonstrando o compromisso com o desenvolvimento sustentável da região.

Em resumo, as Reuniões Comunitárias foram um importante instrumento para promover a participação da população no processo de implantação da obra, garantindo que a comunidade estivesse informada e engajada em todas as etapas do projeto.

A primeira de quatro reuniões comunitárias realizadas na cidade de Maria Helena reuniu cerca de 70 moradores interessados em tirar dúvidas e debater a respeito do empreendimento (Figura 2). A participação ativa da comunidade foi fundamental para o sucesso do evento.

Figura 2 – Primeira Reunião Comunitária em Maria Helena

Fonte: Silva; Gervasoni; Brandani, 2022.

As reuniões de Grupo Gestor de acompanhamento de empreendimento e atividades socioambientais tiveram como objetivo: fortalecer o controle social criando um elo entre a empresa e a comunidade, buscando mobilização e fortalecimento social com uma gestão compartilhada e controle social no empreendimento. Seu papel incluiu o acompanhamento e execução de plano de ação e monitoramento e avaliação dos resultados dos serviços socioambientais propostos analisando o impacto das ações realizadas na comunidade, além da disseminação da informação nas instituições onde atuam.

Com o objetivo de fortalecer as ações de saneamento no município, houve o 1º Curso de Formação de Facilitadores em Saneamento no dia 21 de março de 2023. O curso contou com a participação de 21 agentes comunitários de endemias e de saúde, que demonstraram grande interesse e engajamento nas atividades propostas.

A oficina de formação de facilitadores em saneamento, teve como objetivo, contribuir para a discussão da relação entre sociedade e ambiente, despertando para a compreensão da complexidade do saneamento ambiental e seu impacto na proteção ambiental em especial os recursos hídricos como bem escasso e finito.

Houve apontamento do histórico do processo de ocupação das bacias hidrográficas da região para entendimento das inter-relações (causa e efeito) desse processo de ocupação com a conservação e o uso sustentável dos recursos hídricos.

A capacitação considerou uma concepção humanista e sociocultural, proporcionando aos participantes espaços para reflexão, análise e compreensão da realidade e conseqüentemente, subsídios para adoção de novos comportamentos e atitudes que promovam a saúde e uma conduta ambiental responsável.

As atividades de campo são fundamentais naquelas que demandam interação direta com o ambiente e comunidades. No âmbito da formação de facilitadores em saneamento, tais atividades são relevantes para que os participantes vivenciem os desafios e as peculiaridades do saneamento em diversos contextos, o que contribui para compreensão dos conteúdos teóricos e vislumbre da aplicação prática daquilo que é debatido.

Dando continuidade ao programa de formação de facilitadores, realizou-se no dia 31 de janeiro de 2023 o segundo curso, desta vez em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. A capacitação contou com a presença de todos os 40 professores municipais, visando qualificar o corpo docente para atuar como multiplicadores em temas relacionados ao saneamento básico. Complementando a parte teórica, a formação também incluiu atividades práticas em campo.

Importa destacar que a comunicação é fundamental no processo de participação popular, e no caso do projeto social realizado em Maria Helena, a interação dos técnicos a partir de diferentes ações é que contribuiu para ter a participação da maioria dos moradores do recorte espacial. Apenas convidar pelos meios de comunicação de massa não garante a presença dos moradores nas reuniões presenciais, é necessário utilizar ‘meios alternativos’ (Bordenave, 2002) para estimular a pessoa a participar assim como fazer uso de uma linguagem de fácil compreensão da comunidade nos momentos de reunião coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um dos caminhos para assegurar a mobilização social, o desenvolvimento local e atingir a sustentabilidade dos empreendimentos de saneamento está fundamentada na gestão integrada e na responsabilidade compartilhada. O projeto de intervenção proposto atende as estratégias da Portaria 464, as políticas públicas de educação ambiental, as diretrizes do GRI e da ANPPEA, e integram o compromisso da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável que foram adotados na fundamentação metodológica.

O Projeto de Trabalho Social de Maria Helena-Pr, foi proposto com várias etapas que resultaram de diagnósticos preliminares, pesquisas e atividades de campo e que culminaram na efetiva abordagem de sensibilização de moradores em 852 imóveis, reunião comunitária para cerca de 120 pessoas e trabalho de formação de facilitadores em saneamento para 40 professores da rede municipal de educação. O grupo gestor realizou o acompanhamento do empreendimento e foi o responsável pela articulação e sucesso das atividades propostas.

A ferramenta de avaliação utilizada ao final de cada atividade evidenciou um alto índice de satisfação dos participantes. As respostas obtidas indicaram que as atividades foram avaliadas como positivas, com destaque para as categorias "bom", "ótimo" e "excelente" – em uma escala de ruim, razoável, bom, ótimo e excelente.

Além disso, os comentários coletados durante a escutatória de fechamento de cada atividade enfatizaram a importância da infraestrutura fornecida e a viabilização de atividades de campo. Os únicos relatos negativos identificados referem-se à necessidade de duas agentes de saúde conciliarem as atividades do curso de Formação de Facilitadores em Saneamento com atendimento domiciliar, o que ocasionou ausências pontuais.

Entretanto, a avaliação da implantação de todo o PTS – e não apenas das atividades de mobilização comunitária que é o foco deste estudo – combinou abordagens quantitativa e qualitativa.

Contudo, apesar dos esforços empreendidos, até o momento da publicação deste estudo, os resultados parciais de vistorias técnicas ambientais indicaram que, de 515 abordagens domiciliares, 23 famílias ainda não haviam realizado a interligação à rede coletora de esgotos e 182 apresentavam alguma irregularidade na interligação como, por exemplo: parte das fontes geradoras de esgoto sem interligação à rede; sem aterramento de fossa; com água de chuva interligada à rede coletora; com parte do esgoto sendo destinado à galeria pluvial; sem caixa de gordura ou com caixa de gordura sem funcionalidade. É importante destacar que 2 famílias não autorizaram a entrada dos agentes de campo e 3 possuíam restrições no abastecimento de água, fato que impediu a realização da vistoria.

Esses dados evidenciam que embora a empresa tenha trabalhado com um recorte espacial de famílias envolvidas na problemática do saneamento utilizando diferentes instrumentos para estabelecer a comunicação horizontal, ainda há necessidade de intensificar as ações de conscientização e aplicação de políticas públicas em prol das famílias em situação de vulnerabilidade para garantir a universalização do acesso ao saneamento básico.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, L.; NAVARRO, Z (Org.). **A inovação democrática no Brasil: o orçamento participativo**. São Paulo: Cortez, 2003.

BORDENAVE, J. E. D. **Além dos meios e mensagens: introdução à comunicação como processo, tecnologia e ciência**. 10. Ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 2. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Portaria número 464, de 25 de julho de 2018**. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/base-juridica/portarias/Portaria_464_compilada.pdf Acesso em 04/10/2024.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

PINHEIROS, L.S.; CANÇADO, A. C. Participação Popular e Instrumentos Institucionalizados de Participação em Nível Local. **Administração Pública e Gestão Social**, 6(1), jan-mar 2014, 19-26. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/download/4536/2384/0> Acesso em: 15 de fev. 2025.

SILVA, A. C. F.; GERVASONI, R.; BRANDANI, J. **Elaboração de Projeto Técnico Social para cidade de Maria Helena-Pr**. 2021. Londrina: Sanepar, 2021.



Recebido em: 24 de nov. 2024 | Aprovado em: 15 dez. 2024
| Publicado em: 20 dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36p125

Comunicação visual e ensino de geografia: a cidade de Londrina em Cartões-Postais Escolares (CPE)

Visual communication and geography teaching: the city of Londrina in School Postcards

Liliam Araujo Perez¹

Danieli Barbosa de Araujo²

Breno da conceição Neto³

RESUMO

O ensino de Geografia no Brasil, em meio à crescente plataformização e reformas educacionais, enfrenta desafios de se reinventar, buscando atender demandas contemporâneas por meio de práticas que promovam participação ativa e significado para os estudantes. Este artigo, investiga o uso de cartões-postais escolares (CPE) como recurso pedagógico, unindo elementos visuais e conceitos espaciais para refletir sobre o espaço urbano. A pesquisa qualitativa, fundamentada na análise de conteúdo de Bardin, analisa materiais elaborados em etapas didáticas que conectam registros fotográficos e análises geográficas. Os resultados mostram que os CPE ampliam a compreensão do ambiente urbano, dos conceitos geográficos e valorizam vivências estudantis, fortalecendo a relação entre educação geográfica, expressão visual e protagonismo discente.

Palavra-chave: Ensino de Geografia; Práticas Pedagógicas; Comunicação Visual; Vivências Escolares.

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná (SEED).

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora na Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

³ Mestre em Ensino, pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (Uenp). Professor na Geografia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

ABSTRACT

In the midst of growing platformization and educational reforms, Geography teaching in Brazil faces the challenge of reinventing itself to meet contemporary demands through practices that promote active participation and meaning for students. This article investigates the use of school postcards (CPE) as a pedagogical resource, combining visual elements and spatial concepts to reflect on urban space. The qualitative research, grounded in Bardin's content analysis, analyzes materials produced in didactic stages that connect photographic records and geographical analyses. The results show that CPEs broaden the understanding of the urban environment, geographical concepts, and value students' experiences, strengthening the relationship between geography education, visual expression, and student protagonism.

Keywords: *Geography Teaching; Pedagogical Practices; Visual Communication; School Experiences.*

1. INTRODUÇÃO

A Geografia é um componente curricular de grande importância na formação de cidadãos críticos e conscientes da realidade em que estão inseridos. Para garantir essa relevância no âmbito educativo, faz-se necessário ir além da simples abordagem de conteúdos teóricos ou do estímulo a habilidades e competências. É essencial promover uma aprendizagem que contribua para a construção do pensamento crítico, exercitando o raciocínio geográfico de forma significativa. Para isso, torna-se fundamental explorar estratégias de ensino que integrem recursos e práticas capazes de estimularem o pensamento crítico e valorizar as subjetividades dos alunos.

Com esse ensejo, o presente texto buscou refletir sobre a utilização de cartões-postais escolares (CPEs) enquanto um recurso pedagógico capaz de estimular uma leitura crítica e sensível do espaço geográfico, revelando suas dinâmicas sociais, suas relações de poder, bem como suas interações culturais e subjetivas.

A utilização dos CPEs como elemento de comunicação visual no ensino de Geografia contribui para a compreensão e a representação do espaço urbano por meio das experiências vividas dos estudantes. Unindo elementos visuais, como fotografias e pequenas descrições textuais, evidenciamos como essa prática pedagógica pode contribuir para a construção de saberes geográficos e para valorização das experiências individuais e subjetivas dos alunos.

Este estudo é um desdobramento de uma tese de doutorado em Geografia que investigou a Geografia Escolar e o ensino da cidade de Londrina por meio de uma prática com os CPEs. O trabalho atual, na tessitura de novos saberes e colaborações, busca aprofundar a investigação sobre a comunicação visual no ensino de Geografia.

Em sua metodologia, o estudo adotou uma abordagem qualitativa. Os dados foram coletados mediante as leituras bibliográficas e com os CPE elaborados pelos alunos, posteriormente, a apreciação dos dados foi realizada com base na Análise de Conteúdo de Bardin (2016). O texto organiza-se em duas etapas, a primeira apresenta a utilização dos CPE como recurso didático para o Ensino de Geografia e a última trata-se da realização da atividade e análise dos dados.

2. COMUNICAÇÃO VISUAL NO ENSINO DE GEOGRAFIA: O USO DE CARTÕES POSTAIS ESCOLARES (CPE)

A comunicação visual, conforme Fiori e Lucena (2020), é um componente essencial na sociedade atual, permeando diversos setores da vida cotidiana, como a publicidade, o entretenimento e a própria educação. O avanço das tecnologias digitais, juntamente com o maior acesso a dispositivos como *smartphones*, *tablets* e computadores, tem potencializado a circulação de imagens, tornando-as uma linguagem universal no processo de compartilhamento e construção de conhecimento, sendo assim, um caminho efetivo para o processo de ensino e de aprendizagem.

Essa expansão destaca o papel das representações visuais como ferramentas importantes de mediação e interpretação, capazes de simplificar a complexidade dos conteúdos e de atrair a atenção de diversos públicos. Em um mundo acelerado, as imagens funcionam como um “atalho cognitivo”, transmitindo mensagens com clareza e agilidade. Elas têm a capacidade de reduzir as barreiras do tempo e da linguagem, fazendo com que uma ideia, um conceito ou até mesmo uma emoção sejam facilmente acessíveis, independente do contexto cultural ou educacional do receptor (Sardelich, 2006).

No Ensino de Geografia, o uso de recursos visuais pode desempenhar um papel estratégico para aproximar os alunos dos conteúdos abordados, tornando-os mais concretos e significativos. Partindo dessas ponderações, nos surge uma questão: de que maneira os professores de Geografia podem integrar representações visuais de forma criativa e eficaz, em suas aulas?

Uma proposta é o uso de CPEs, que, ao combinar elementos visuais com a linguagem verbal, podem estimular tanto a análise crítica quanto a imaginação geográfica dos alunos, transformando o aprendizado em uma experiência mais participativa e situada com a realidade de vida dos estudantes (Fiori, Lucena, 2020).

Os CPEs destacam-se como uma forma de comunicação visual que se apoia na linguagem mista, combinando elementos verbais e não verbais para transmitir informações de maneira integrada e significativa. Suas representações pictóricas, somadas a textos explicativos ou reflexivos, criam uma conexão entre a imagem e a palavra, favorecendo uma compreensão mais ampla e acessível dos conceitos trabalhados.

A Geografia integra aspectos físicos e humanos, e para ensiná-la é importante que o docente se apoie em diversas linguagens, pois elas auxiliam no processo da aprendizagem para a compreensão das interconexões que ocorrem no espaço geográfico (Cavalcanti, 2010). Diante disso, os cartões postais, têm ganhado destaque ao serem adaptados para o contexto escolar.

Os cartões postais surgiram no final do século XIX como uma forma acessível de comunicação e registro visual, representando paisagens, monumentos e cenas do cotidiano (Baldiçera; Gonçalves; Liedke, 2010). Sua estrutura, que combina imagens atrativas com mensagens textuais, permite a transmissão de informações de maneira objetiva. Sua popularidade cresceu rapidamente, especialmente entre turistas e colecionadores, consolidando-se como uma forma de compartilhar experiências visuais e emocionais de lugares visitados.

Hoje, embora sua função original tenha sido parcialmente substituída por tecnologias digitais, os cartões postais permanecem como objetos que evocam memória e simbolismo, desempenhando um papel significativo na preservação e na representação cultural de espaços e cidades (Baldiçera; Gonçalves; Liedke, 2010).

Quando inseridos no ambiente educacional, os CPEs se configuram como estratégias de ensino que integram a comunicação visual e a linguagem verbal. Esses recursos visuais não só facilitam a observação e a interpretação geográfica de forma dinâmica, mas também promovem uma abordagem participativa que estimula o desenvolvimento de uma consciência espacial e cultural, favorecendo a reflexão sobre o lugar e as identidades que nele se constroem.

Os cartões-postais narram histórias de vida únicas, expressando desejos, pertencimento e identidade. Ao mesmo tempo, anunciam as disparidades que caracterizam a experiência urbana, isso é, o viver citadino. Trata-se de uma forma de comunicação quase incomum nos tempos modernos e, muitas vezes, desconhecida pelos estudantes, que ficaram curiosos ao descobrir que, no passado, era comum utilizá-los para compartilhar experiências de viagem e narrar momentos significativos.

Em nossos primeiros trabalhos com tal recurso, é importante destacar que eles eram criados, inicialmente, por meio de desenhos. Com o objetivo de ampliar as possibilidades e explorar novas linguagens, incorporamos fotografias, aproveitando a praticidade dos dispositivos móveis, como os celulares, que facilitam o registro de

imagens de forma acessível e dinâmica. Para compreender melhor o processo de utilização dos cartões-postais no contexto escolar, detalhamos abaixo as etapas realizadas durante sua aplicação, destacando o procedimento e os resultados alcançados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS: A REALIZAÇÃO DA ATIVIDADE

A prática didático-pedagógica foi desenvolvida no Ensino Médio em uma escola pública, localizada na região central de Londrina, PR, foi realizada entre 30 de maio e 16 de setembro de 2022. Durante esse período, 131 alunos com idades entre 15 e 17 anos, de uma turma da 2ª série e de três da 3ª série, participaram de duas aulas semanais de 50 minutos.

A prática culminou na produção e análise de 108 CPEs embora o número tenha variado ao longo da prática devido a fatores como remanejamentos, transferências, atestados médicos e estudantes que não completaram a elaboração do material. Essa experiência ofereceu aos participantes a oportunidade de expressar suas ideias sobre a cidade, estimulando uma reflexão sobre os espaços urbanos de Londrina e seus significados.

A prática de ensino se desenvolveu a partir de reflexões enquanto professora-pesquisadora, buscando sempre compreender como tornar o ensino de Geografia mais significativo. Considerando a cidade não apenas como um espaço físico, mas como um ambiente de significados e relações sociais, buscou-se bases em autores como Cavalcanti (2010) e Carlos (2018) para elaborar uma abordagem que fosse além do conteúdo estruturado.

Essa mudança promoveu uma reflexão: como a Geografia poderia ser ensinada de maneira mais conectada ao cotidiano dos estudantes, considerando o momento em que estavam vivendo? Mediante a isso, optou-se em adaptar a proposta de ensino de forma que os estudantes pudessem compreender a cidade de Londrina de uma maneira mais sensível, considerando suas diversas dimensões e como essas se relacionam com suas vivências diárias.

Assim, no início do segundo trimestre de 2022, foi proposto aos estudantes o estudo da temática urbana, com foco nas dimensões material, social e simbólica da cidade de Londrina. Esse trabalho culminaria na elaboração dos CPEs. A partir disso, uma sequência de atividades foi planejada para organizar os conteúdos geográficos e orientar as atividades. Elas foram divididas em oito momentos, cada uma com objetivos específicos. A seguir, apresenta-se um quadro resumo com a sequência das atividades planejadas que precederam a elaboração dos cartões-postais escolares.

Quadro 1 - Resumo da organização do percurso da prática didática

Etapas planejadas	Atividades	Metodologia	Tempo de duração*
Primeiro momento	10 palavras relativas ao termo cidade	Nuvem de palavras	Em média duas a três aulas
Segundo momento	Levantamento de informações históricas Visualização do mapa de Londrina	Uso de conceitos fundamentais Uso de mapa	Em média duas a três aulas
Terceiro momento	Levantamento de informações da cidade pela perspectiva do estudante	Aula dialogada Questionário	Em média duas a três aulas
Quarto momento	Leitura e aprendizagem de conceitos urbanos	Elaboração de duas perguntas	Em média duas a três aulas
Quinto momento	Estudo de conceitos urbanos e aspectos diversos da cidade de Londrina	Jogo de perguntas e respostas - quiz	Em média duas a três aulas
Sexto momento	Proposta de elaboração do CPE	Orientações sobre a elaboração e confecção do CPE	Em média duas a três aulas
Sétimo momento	Duas perguntas orientadoras na elaboração dos CPE. “O que está retratado no cartão-postal?” “Por que este lugar ou paisagem foi retratado (a) no CPE?”	Referências para a análise dos CPE	Em média duas a três aulas
Oitavo momento	Exposição dos CPE na biblioteca da escola	Divulgação da prática de ensino	Em média duas a três aulas

Fonte: Perez, 2022.

Ao longo dessa prática, tornou-se evidente observar, refletir e interpretar a cidade mediante o tempo, percebendo as transformações que ela vivenciou. Reafirmou-se a convicção de que ensinar e aprender sobre a cidade, especialmente durante as etapas da vida escolar, está profundamente conectado ao cotidiano dos estudantes. Esse processo educativo deve transcender os limites da escola, integrando-se também à educação não formal e informal, conforme destacado por Carrano (2003).

O CPE, em seu processo de elaboração, foi composto por uma imagem fotográfica na frente e, no verso, uma dedicatória. Considerando essa estrutura, a análise do material foi orientada pelas respostas a duas perguntas elaboradas durante um dos momentos do planejamento da prática de ensino: "Qual lugar ou paisagem está representado(a) no cartão-postal escolar?" e "Por que escolheu este lugar ou esta paisagem para representar no cartão-postal?" Essas questões foram fundamentais para explorar as escolhas e os significados atribuídos pelos estudantes às suas representações.

A análise seguiu a abordagem qualitativa, cuja interpretação das informações e articulação dos significados foi estabelecida por categorizações elaboradas a partir dos desenhos ilustrados nos cartões-postais apresentados pelos estudantes. A codificação ocorreu da seguinte forma: CPE1, CPE2, CPE3, ..., CPE108, aleatoriamente, independente do estudante ou série ou lugar representado. Os nomes dos estudantes foram preservados e ocultados nos textos escritos nos versos dos CPE.

Na etapa de exploração do material, as unidades de codificação ou análise foram definidas a partir das leituras repetidas dos CPEs e das respostas escritas pelos estudantes (Quadro 2). Essas primeiras leituras forneceram informações e abriram diversas possibilidades para a categorização. A elaboração dos CPEs já tinha como expectativa gerar um material para análise. Por meio da exploração do material, pode-se notar as intencionalidades dos locais representados nos CPE que os alunos escolheram, pois envolvem suas respectivas subjetividades vinculadas aos conteúdos geográficos.

QUADRO 2: Unidades de análises de acordo com as aprendizagens expressas nos CPE dos estudantes.

Unidades de análises	Características	CPE	Quantidade
Aprender Na cidade (o meio urbano com contexto de incidências educativas) Aprender Subjetivo	Aspectos descritivos e/ou apenas de observação; Lugares turísticos, históricos e/ou bem conhecidos Percepções positivas (bonito, legal, importante, interessante, muito frequentado, bem-estar, de lazer ou que se identifica)	03, 11, 12, 13, 14, 16, 18, 19, 25, 26, 27, 28, 29,30, 32, 33, 34, 36, 42, 45, 46, 52, 54, 55, 60, 61, 63, 65, 66, 70, 71, 72, 73, 83, 88, 90, 94, 95, 96, 97, 98, 102, 103, 104, 105,106,108;	47 CPE
Aprender Da cidade (demonstra aprendizagem por meio do uso do ambiente urbano) Aprender Objetivo	Situações cotidianas; Frequenta ou vivencia o lugar Percepções positivas (bonito, legal, importante, interessante, conhecido, muito frequentado, bem-estar, se identifica) ou Percepções negativas (aspectos sobre cuidado de espaços públicos)	02, 05, 06, 08, 09, 21 ,22, 23, 31,37, 38, 40, 41, 43, 47,49, 53, 56, 57, 58, 59, 62, 64, 68, 74, 75,76, 77,80, 81, 85, 86, 87, 91, 92, 93, 99, 100, 101;	39 CPE
Aprender A cidade (diferentes formas de aprendizado que remete à interação e participação com o ambiente urbano) Aprender Projetivo	Situações cotidianas; Frequenta ou vivencia o lugar; Lugares fotografados em atividades escolares para representar no CPE	01, 07, 15, 35, 44, 48,69, 78, 82, 107	10 CPE
Interfaces entre o aprender na/da/a cidade A potencialidade do uso e participação na construção da cidade.	Apresenta relações entre elementos materiais e simbólicos das paisagens e dos lugares da cidade Demonstra curiosidade e/ou conhecimento sobre o lugar e faz uma leitura crítica sobre seus aspectos	04, 10, 17, 20, 24, 39, 50,51, 67, 79, 84, 89.	12 CPE

Fonte: Perez, 2022.

Para analisar a cidade enquanto espaço educativo, foram elencadas quatro categorias: 1. aprender NA cidade, considerando tal espaço como um ambiente de aprendizagem informal e espontâneo; 2. Aprender DA cidade, considerando a cidade como fonte de formação e socialização com ações educativas essenciais ao próprio espaço urbano; 3. Aprender A cidade, quando ela se torna conteúdo formal da educação, transpondo as abordagens simplistas por meio das práticas educativas; 4. Interfaces entre as categorias. Em que considera os elementos que conectam a aprendizagem formal e informal nas três categorias já mencionadas (quadro 2).

Com esse roteiro pode-se alcançar a compreensão no vínculo entre o meio urbano e a educação, conforme apregoam os teóricos Bernet (1997), Cavalcanti (2010) Carlos (2018) e Bonafé (2022), e se chegou às unidades de análise definitivas. É importante destacar que estas unidades seguem a função de facilitar a organização e o tratamento dos resultados, sendo a cidade e a educação dois fenômenos profundamente interrelacionados.

Cada estudante justificou a escolha por diferentes elementos e situações do ambiente urbano, corroborando a ideia de que “[...] a cidade é o conjunto de lugares, com um comportamento mais ou menos singular e com relações contraditórias e de interdependência entre si” (Cavalcanti, 2010, p. 107).

4. ANÁLISE DO CONTEÚDO EDUCATIVO DA CIDADE DE LONDRINA

A partir do referencial teórico de Bernet (1997) sobre a dimensão educativa do meio urbano como espaço de aprendizagem formal e a informal pode-se estabelecer reflexões para pensar sobre o resultado da prática de ensino como um incentivo para ler a cidade. Ao organizar os dados elencados nos CPEs a fim de estabelecer as unidades de análise pelas categorias criadas *a priori*.



Ao capturar imagens sobre Londrina, os alunos refletiram sobre ela e sobre si mesmos, podendo expressar suas percepções pessoais e coletivas nos cartões mediante fotos e textos. Muitos cartões pontuaram a cidade enquanto um espaço



educativo, abordando questões culturais, de saúde, educação, trabalho, lazer, transporte, alimentação, arte, arquitetura, saneamento e qualidade de vida. Nisso, entende-se que conhecer a cidade promove ações reflexivas sobre ela e sobre o próprio sujeito, podendo relacionar e interpretar o elo entre pessoas e objetos.

Conforme Bernet (1997), o meio urbano é a combinação da chamada educação formal, não formal e informal, reúne instituições estritamente pedagógicas e situações educativas pontuais, programas de formação minuciosamente elaborados e encontros educativos apenas casuais. A cidade se constituiu, portanto, em um ambiente para o aprendizado e o desenvolvimento desses jovens estudantes. Devido a isso as unidades de análise apresentadas foram estabelecidas compondo as dimensões educativas: aprender na cidade, aprender da cidade e aprender a cidade.

A seguir, estão representados no quadro 3 um CPE por categoria de análise como exemplos de cada dimensão do conteúdo urbano da cidade de Londrina.

Quadro 3: CPE exemplificadores de cada categoria de análise.

Categorias de análises	CPE com o lugar e o motivo da escolha
<p>Aprender Na cidade (o meio urbano com contexto de incidências educativas) Aprender Subjetivo</p>	<div></div> <p>CPE – 11 Lago Igapó II, localizado na Zona Sul de Londrina. “Escolhi porque representa um ponto turístico de Londrina que gosto muito pois, além de ser um lugar calmo e tranquilo para relaxar, é uma boa opção para aqueles que praticam atividades físicas ou apenas caminhadas”.</p>
<p>Aprender Da cidade (demonstra aprendizagem por meio do uso do ambiente urbano) Aprender Objetivo</p>	<div></div> <p>CPE – 62 Ponto de ônibus com pessoas esperando pelo transporte público. Rua Minas Gerais - Centro de Londrina. “A minha escolha foi feita pelo simples fato de querer retratar o cotidiano urbano, uma imagem perfeita de como é o meu dia-a-dia e de muitos outros londrinenses”.</p>

<p>Aprender A cidade (diferentes formas de aprendizado que remete à interação e participação com o ambiente urbano)</p> <p>Aprender projetivo</p>	<div data-bbox="678 302 1173 616">  </div> <p>CPE – 48 Rua localizada no Bairro Jardim Planalto – zona norte.</p> <p>“Escolhi esse lugar pois quando eu saio de casa para ir à escola me deparo com esse nascer do sol que se localiza no lugar que eu moro e quando a proposta do trabalho de Geografia era registrar um ponto de Londrina, escolhi essa foto pois além de amar essa paisagem, amo o lugar onde moro, e para quem ver essa foto espero que conheçam, pois é um lugar aconchegante”.</p>
<p>Interfaces entre o aprender na/da/a cidade</p> <p>A potencialidade do uso e participação na construção da cidade.</p>	<div data-bbox="510 795 837 1209">  </div> <p>CPE - 84 Mesquita Rei Façal – Vila Siam – Zona Leste</p> <p>“Eu tenho muito interesse em estudar e conhecer outras culturas, outras religiões, mas eu sabia que ia ter muitas fotos da Catedral (até porque a escola fica perto dela) então eu não quis tirar foto dela, eu queria mostrar que Londrina é diversa em todos os âmbitos, inclusive na religião”.</p>

Fonte: Perez, 2022.

O primeiro CPE – 11 na categoria sobre o “aprender na cidade”, traz a vista parcial do Lago Igapó II. É um lugar atrativo, de lazer, de esportes e eventos culturais, pelas pessoas da cidade e de outras localidades. Apresentou representatividade entre os CPE, pois é um local que está presente nas mídias, o que atribui maior visibilidade. A motivação por representá-lo é por ser considerado turístico, seguido da identificação subjetiva por gostar do lugar devido aos seus atrativos.

Em seguida o CPE - 62 categorizado como “aprender da cidade” mostra a vista parcial de um ponto na área central de Londrina, chama a atenção pois, representa o cotidiano da realidade do estudante e a circulação de pessoas pela

cidade. O aluno qualifica como uma “imagem perfeita” integrante da sua mobilidade. Conforme Gomes (2013), as imagens têm em si uma ação pedagógica o aluno revela em seu cartão a sua rotina qual atribui significados de acordo com a sua vivência. É válido destacar a evidência do uso dos espaços e serviços urbanos e as diferentes formas de relações que se dão entre os lugares.

No CPE 48 sobre “aprender a cidade”, foi demonstrado o afeto e identidade com o lugar onde vive. É representado o nascer do sol diariamente na rotina de uma jovem. Além disso, é visível a rua como local da sua vivência, ou seja, estudar a cidade na escola “[...] é considerar o sujeito que vive num lugar que tem uma história/passado e um futuro, mas o que está sendo o vivido é o presente” (Callai, 2018, p. 123).

Por fim, no CPE - 84 evidencia as “interfaces entre o aprender na, da, a cidade”. Foi representado no cartão a Mesquita Rei Faiçal II; demonstrando interesse pela cultura e religião. Isso indica que a diversidade de lugares e funções são conteúdos visíveis e perceptíveis quando aprofundados por meio de instituições e intervenções educativas, que possibilitam o aprender da cidade pela sua forma/conteúdo e o aprender a cidade quando se tornam conteúdo escolar, neste caso, a prática de elaboração dos CPE.

Diferentes lugares da cidade de Londrina de diversas localizações foram representados nos CPE, desde os locais conhecidos e de grande visibilidade da região central da cidade de Londrina até a rua da casa onde os estudantes moram. Constatou-se que o CPE se mostrou um material didático potencializador da aprendizagem, sensibilizador e incentivador para compreender os estudos sobre a cidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao abordarmos nas aulas a cidade e o seu conteúdo urbano, foi constatado que os estudantes possuem um saber por meio do que é vivido, o aprender informal e

espontâneo, compartilhado nos momentos das aulas, pressuposto defendido por muitos teóricos da área de ensino de Geografia. Foi satisfatório ler os relatos sobre a diversidade dos lugares entre uns e outros pela proximidade ou não com a Região Central da cidade, o percurso pelos diferentes trajetos que cada um realizava ao ir para escola, depois para o trabalho ou para a casa.

Em muitos CPEs foi visível a cidade em um contexto de acontecimentos educativos. Os alunos retrataram o espaço urbano especificando questões diversas presente no cotidiano envolvendo cultura, saúde, educação, trabalho entre outras. Compreende-se que, o conhecimento sobre a cidade pode ser promovido por meio da ação sobre a cidade, refletindo sobre as relações que nela se estabelecem e interligam ao sujeito.

A elaboração dos CPEs foi um “convite” aos estudantes a olhar/observar a cidade partir de conceitos geográficos, o cotidiano, o vivido e o produzido por eles, como forma de instigá-los por meio dos cartões. As pessoas dão vida aos lugares por onde passam diariamente.

A análise revelou uma aprendizagem diretamente associada ao ensino formal de Geografia, destacando aspectos locais como a identificação de bairros e lugares, a compreensão de distâncias e as relações comerciais e culturais entre diversos espaços e pessoas na cidade de Londrina. Foi perceptível uma aprendizagem informal derivada da prática de elaboração dos CPEs, refletida nos significados atribuídos a diversos locais da cidade, que variam desde espaços tradicionais ligados à cultura, religião e lazer até ambientes urbanos decorados com grafites em muros e pontilhões.

Ao explorar os cartões, a partir da análise de conteúdo, pode-se constatar a diversidade de olhares dos estudantes. As unidades de análise do aprender na/da/a cidade nos orientaram no exercício de avaliar cada CPE, pois as imagens, as dedicatórias demonstram identidades, valores e sentimentos de pertencimentos aos lugares representados.

Entende-se, que a prática de ensino realizada com os estudantes do Ensino Médio de elaboração de CPE para ensinar e aprender a cidade, se fez eficiente, pois possibilitou um aprender a partir da cidade, tendo as aulas de Geografia como uma intervenção educativa para que os jovens estudantes possam a partir das suas subjetividades, que se formam espontaneamente sobre a cidade, construir, ampliar e aprofundar o conhecimento geográfico por meio da educação formal, para assim ampliar a percepção para ler de forma crítica a realidade urbana.

Por fim, espera-se contribuir para difundir práticas de ensino de Geografia que utilizem dos meios de comunicação, neste caso os visuais, que promovam sensibilização para ver, viver, aprender e participar do cotidiano da cidade. Isto é, práticas de ensino que estimulem as aprendizagens para além do ambiente da sala de aula e atuem diretamente para a formação de um cidadão crítico e também sensível ao que está ao seu redor.

REFERÊNCIAS

BALDISSERA, R.; GONÇALVES, S. M. L. P.; LIEDKE, E. D. O imaginário de Porto Alegre por seus cartões-postais. **Em Questão, Porto Alegre**, v. 16, n. especial, p. 79-94, out. 2010. Disponível em: <<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/225046/000760739.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 4 dez. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERNET, J.T. La educación y la ciudad. **Educación y Ciudad**, Bogotá, n. 2, p. 6-19, maio, 1997. Disponível em: <https://revistas.idep.edu.co/index.php/educacion-y-ciudad/article/view/256>. Acesso em: 22 jun. 2023.

BONAFÉ, J. M. El discurso de la ciudad como curriculum de la vida cotidiana. **Revista Vagalume**, Tabatinga, v. 2, n. 2, p. 6-14, 2022. Disponível em: <http://periodicos.uea.edu.br/index.php/rv/article/view/2357/1368>. Acesso em: 14 set. 2022.

CALLAI, H. C. In: CALLAI, H.C.; OLIVEIRA; T. D. de.; COPATTI, C. **A cidade para além da forma coleção cidade: conhecer e interpretar para compreender o mundo da vida**. Vol. I Curitiba: CRV, 2018.

CARLOS, A. F.A. **A cidade**. 9. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

CARRANO, P. C. R. **Juventudes e cidades educadoras**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

CAVALCANTI, L. de S. **A geografia escolar e a cidade**: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. 3. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

FIORI, S. R.; LUCENA, W. A. de. O uso da comunicação visual na Geografia: a ilustração nos ambientes escolar, acadêmico e profissional. **Caminhos de Geografia**, Uberlândia, v. 21, n. 75, p. 117–136, 2020. DOI: 10.14393/RCG217550777. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/50777>. Acesso em: 7 dez. 2024.

GOMES, I. C. P.; FURTADO, W. W.; ECHEVERRÍA, A. R. As imagens ficcionais no ensino de conceitos científicos. **Revista Tecnologia e Sociedade**. v. 9, n. 18. 2013.

SARDELICH, M. E. Leitura de imagens, cultura visual e prática educativa. **Cadernos de Pesquisa**, v. 36, n. 128, p. 451-472, maio/ago. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/tQws4zsftqmGxhq3XqVJTWL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 5 dez. 2024.



Recebido em: 20 de nov. 2024 | Aprovado em: 16 dez. 2024
| Publicado em: 20 dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36p142

Geografia e cinema - um elo entre imagens em movimentos e a percepção ambiental

Geography and cinema - a link between moving images and environmental perception

Maria Luzia Ferreira Santos¹

Eloiza Cristiane Torres²

RESUMO

O texto discute o uso do cinema como ferramenta para ampliar o debate sobre o ensino da Geografia e a percepção do meio ambiente. Essa integração promove um ensino mais diversificado e dinâmico, utilizando a linguagem filmica para despertar reflexões sobre diferentes conceitos, como os estudos relacionados as categorias da Geografia: paisagem, lugar, região e território. Com base em uma revisão de literatura fundamentada em pesquisa bibliográfica, conclui-se que a linguagem filmica tem o potencial de ampliar a compreensão das complexas interações entre o meio ambiente e os seres humanos, além de inspirar transformações e novas perspectivas, abrindo caminhos para sua transformação e superação.

Palavra-chave: Geografia; Cinema; Linguagem Filmica; Meio Ambiente.

ABSTRACT

The text discusses the use of cinema as a tool to broaden the debate on Geography education and environmental perception. This integration fosters a more diverse and dynamic teaching approach, employing cinematic language to inspire reflections on various concepts, such as

¹ Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina/UEL/PR.

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora associada da Universidade Estadual de Londrina, (DGEO/UEL e PPGEU/UEL).

studies related to the categories of Geography: landscape, place, region, and territory. Based on a literature review grounded in bibliographic research, it is concluded that cinematic language has the potential to enhance understanding of the complex interactions between the environment and humans, as well as to inspire transformations and new perspectives, paving the way for change and improvement.

Keywords: *Geography; Cinema; Film Language; Environment.*

1. INTRODUÇÃO

O cinema no século XXI se constitui como um elo poderoso entre a Geografia e o meio ambiente. O vínculo construído entre essa tríade proporciona uma rica abordagem que tende a ampliar a compreensão e a experiência educativa por meio do processo interdisciplinar e do exercício da percepção ambiental. Por meio do cinema, é possível ampliar o campo de debate sobre o ensino da geografia e suas diferentes vertentes de conhecimento, como os estudos relacionados as categorias da Geografia: paisagem, lugar, região e território, além de contribuir para a construção de uma percepção ampla e inclusiva.

Diversas obras cinematográficas abordam a questão ambiental, e tratam de forma profunda e estratégica diferentes realidades e condições que se apresentam em cenários e territórios, que muitas vezes se encontra em grande tensão social.

Assim, o diálogo entre Geografia, Cinema e meio ambiente permite que se realize uma análise de uma maneira singular e profunda em relação as imagens em movimento. Desse modo, tornar-se possível compreender e consequentemente transformar e transpor a complexa relação estabelecida entre meio ambiente e seres humanos.

Conforme Fioravante e Ferreira (2016), enquanto fonte de informação e documentação geográfica, o cinema como recurso pedagógico utilizado no ensino de Geografia, sempre foi empregado com certa tradição em sala de aula. Dito isso,

nos referimos ao fato de que os filmes por vezes são empregados sem uma metodologia específica ou linha narrativa que possa alinhavá-los ao trabalho interdisciplinar.

A articulação entre Geografia, cinema e meio ambiente gera uma sinergia de processos e, por meio dos quais, ocorre uma abertura à diversidade social e cultural. Em relação à Geografia, é possível pensar em diferentes e novas possibilidades de ensino, onde entendemos o cinema como uma ferramenta capaz de gerar estratégias e multiplicar ações que contribuam para a criação de aulas diversificadas e dinâmicas. Tendo em vista que a linguagem filmica possui a capacidade de potencializar e de despertar compreensões acerca de diferentes conceitos.

Este trabalho constitui-se como recorte da tese de Doutorado, vinculado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina/PR, e teve como objetivo analisar o uso da produção de filmes de animação em stop motion, voltados para a prática de Educação Ambiental em escolas públicas da rede estadual e municipal do estado de Rondônia.

Sendo assim, este artigo apresenta uma revisão de literatura, conduzido por meio da pesquisa bibliográfica (Gil, 2002), à luz dos autores, Dias (2021), Pimenta e Ferraz (2014), Azevedo et al. (2015), Sousa (2016), Turner (1997), Castro (2013), Duarte (2002) entre outros.

2. O ACONTECIMENTO CINEMATOGRAFICO NA GEOGRAFIA

O cinema assim como outras artes da sociedade, suas manifestações e percepções compreende uma intrincada relação com as dimensões cognitiva, estética e política sobretudo no âmbito da cultura histórica. Portanto, os filmes sendo produtos resultantes da ação cinematográfica, compreendem manifestações de valores, concepções e sentimentos, é sobretudo a construção de uma linguagem.

Linguagem que alcança diferentes segmentos da sociedade e possui a capacidade de permanecer no indivíduo, gravar e imprimir uma mensagem, à medida

que suas imagens carregadas de subjetividades e intencionalidades nos atravessam cotidianamente.

Conforme Marinho e Santos (2021), a presença do audiovisual por meio do cinema, tem sido cada vez mais acessível as pessoas. Destarte para a década de 1990, onde uma geração cresceu em meio ao fácil acesso às produções cinematográficas.

O consumo dessas produções começou em frente as programações televisivas, com as fitas de VHS (*Homer System*) em lojas de locação, que logo evoluíram para os DVDs (*Digital Versatile Disc*), e posteriormente enveredou para os sites de hospedagens de filmes que atualmente compete com as plataformas de streaming. Essa prática tem sido um ato comum e cotidiano, praticado de forma religiosa segundo os autores.

As produções cinematográficas estão carregadas de uma geograficidade, estando presentes de forma clara nos filmes, uma vez que se estabelecem em um espaço delimitado, restrito/específico, do qual se apropria para construir suas narrativas. Assim, torna os filmes passíveis de serem utilizados como metodologia alternativa para trabalhar determinados conteúdos geográficos em sala de aula.

Sendo assim, o cinema se constitui por meio da apresentação de filmes, uma linguagem que também é uma prática social, que influencia pessoas, constrói ideias, cria estigmas e legitima ações. Para Marinho e Santos (2021, p.338), “identifica-se uma Geografia nos/dos filmes, isto é, a apresentação de espaços, lugares, territórios, paisagens e metáforas que nos possibilitam analisar e identificar a intrínseca relação entre a Geografia e as produções cinematográficas”.

De acordo Duarte (2002), ao observamos que o cinema e seus filmes têm grande influência na formação de aspectos culturais, ditando moda, gostos, percebe-se como ferramenta de disseminação e manipulação em escala global. Portanto, “filmes não são eventos culturais autônomos, é sempre a partir de mitos,

crenças, valores, e práticas sociais das diferentes culturas que narrativas orais, escritas ou audiovisuais que ganham sentido” (Duarte, 2002, p. 44).

Dessa forma, enquanto dispositivo de linguagem, visto como meio de expressão com grandes potencialidades para contribuir com a cognição histórica dos estudantes, tendo em vista que apresenta diferentes problemáticas tanto no âmbito das reflexões teóricas sobre sua relação com o conhecimento histórico, quanto ao aspecto da proposição metodológica de formas eficazes, o trabalho pedagógico com filmes tende a resultar em uma aprendizagem significativa e qualificada.

Turner (1997), em seus estudos aponta que os irmãos franceses Auguste e Louis Lumière foram os primeiros a projetar um filme animado para uma plateia. Nos Estados Unidos, destacavam-se outros pioneiros do cinema, como Thomas Edison.

No entanto, os Lumière acreditavam que seu trabalho com imagens animadas seria direcionado para uma pesquisa científica, estando longe da criação de uma indústria do entretenimento. Durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os franceses permaneceram no topo do mercado cinematográfico internacional. Dessa forma, foi construída uma visão ao longo das décadas que percebe o cinema como um reflexo ou indicador dos movimentos da cultura popular do século XX.

Contudo Turner (1997), nos traz a reflexão de que o cinema é uma construção social que incorpora várias perspectivas e aponta diferentes vieses. Ainda que pese o manto de uma análise estética contínua, o cinema vai além da ideia de entretenimento, pois trata de narrativas complexas, aprofunda elementos paradoxais para se estabelecer como prática social e cultural. Para o autor, o cinema pode ser tanto uma forma de arte distinta quanto um reflexo do mundo ao nosso redor. As discussões que se apresentam nos textos sobre a teoria do cinema, envolvem um debate que gira em torno do formalismo/realismo.

Trata-se de um debate que expõe o formalismo em sua análise de arte cinematográfica em si mesma, destacando suas qualidades formais e estéticas. Por

outro lado, o realismo concentra-se na relação do cinema com o mundo que ele representa, buscando capturar aspectos da realidade de maneira autêntica.

Dessa maneira o diálogo estabelecido entre Turner (1997) e Viana (2012), evidenciam que a ideia de cinema, partindo de sua concepção inicial, busca passar uma mensagem e construir uma percepção sobre o mundo e suas relações. Estas relações estão dotadas de sensibilidade, memórias, emoções, valores e concepções. Portanto, nesse processo ocorre uma movimentação que coloca em trânsito a percepção do real e as perspectivas espaciais. Assim, tornar-se importante conceituar teoricamente o filme.

Conforme Viana (2012, p. 19):

Um filme é uma produção coletiva (da equipe de produção) que possui caráter ficcional e que repassa uma mensagem (valores, concepções, sentimentos) através de meios tecnológicos de reprodução (o cinematógrafo), que por sua vez, produzem imagens, diálogos, acontecimentos, possibilitando a montagem. Um filme é constituído socialmente, isto é, a sua mensagem, a sua forma, é um produto social, de uma determinada época e lugar.

Partindo do pressuposto de que o cinema é entendido como ilusão e tecnologia, compreende-se que os movimentos presentes em suas metanarrativas, abordam a manifestação e difusão de conceitos e elementos com os quais lidamos em nosso cotidiano. Portanto a consolidação desses elementos, permite estabelecer uma relação concreta com a Geografia.

Ferraz (2017) aponta que a construção da narrativa imagética do cinema se dá no tempo-espço, e por meio dela acontece a interação entre o espectador e as imagens em movimento. Nesse apontamento, o autor sugere que o tempo e o espaço, conceitos fundamentais nas ciências geográficas e históricas, também são essenciais para compreender o acontecimento cinematográfico.

Pimenta e Ferraz (2014, p. 90), corroboram para apontar a relação do cinema com outras linguagens e como a análise filmica pode estabelecer “novas possibilidades de abordagem e de perspectivas analíticas, tanto para a Geografia

quanto para os estudos críticos das expressões artísticas”. Desse modo, a compreensão da subjetividade e dos elementos que norteiam a essência do cinema e do fazer cinema, tornar-se importante para que possamos destacar e identificar de forma analítica suas interconexões e estabelecer o elo entre o ensino, a Geografia e as problemáticas relacionadas à questão ambiental.

Segundo Pimenta (2017), o diálogo com outras linguagens e formas de expressão além daquelas que são comumente empregadas em sala de aula, permite enriquecer as abordagens educacionais, pois cada uma delas diz as coisas de um modo ímpar e singular.

Por meio da linguagem cinematográfica, podemos compreender os fenômenos relacionados a questão ambiental, bem como as questões pertinentes ao ensino da Geografia.

O cinema como linguagem no ensino pode potencializar pensamentos e devires, pode agenciar e fazer movimentar ideias, conceitos, nos forçando a analisar diversos elementos. No contexto atual, com a dimensão cada vez mais midiática que vivemos, como já dito por Guattari (1990), é necessário buscarmos o cinema para tentar subverter as tentativas de controle que são colocadas pelos meios de comunicação, não apenas no uso do filme enquanto criação de arte, mas no uso do filme como atividade de desconstrução e identificação de seus clichês que não nos permitem pensar o novo. (Pimenta, 2017, p. 73)

Para Azevedo et al. (2015), existe uma necessidade acadêmica particular em associar os conteúdos programáticos da Geografia aos estudos de aspectos do panorama cinematográfico. Portanto, é evidente ressaltar que “o filme se apresenta desta forma como um instrumento de grande interesse, uma vez que reflete realidades ficcionadas e ficções reais a partir do ponto de vista do criador, contudo passíveis de confronto com diferentes pontos de vista” (Castro, 2013, p. 2). Mas não é só no campo escolar, universitário que a prática cinematográfica se destaca. Também na investigação científica o filme apresenta pistas de investigação

espaço-temporais, associadas a diferenciados contextos sociais, culturais e econômicos.

Com isto surgem outras possibilidades de vivificar – libertar e expandir – a geografia, tanto no que respeita às relações com o cinema como nas relações que essa área de conhecimento estabelece com as imagens para além do cinema, ou ainda nas relações que cria e inventa com o mundo, esse mundo oscilante e imprevisível no qual vivemos atualmente e que é constituído pelas imagens, através delas e com elas. Daí optarmos por nos inserirmos nele com imagens, olharmos para ele (e para nós próprios) através delas, combatermos pelas imagens, para que elas não venham a ser tomadas somente como algo que representa o mundo, mas também e sobretudo como algo que tanto faz dele matéria-prima, como é uma das matérias-primas com as quais ele, mundo, ganha existência. Mundo que, ao ser presente, é tornado sensível, e ao mesmo tempo entra em devir ao ter dobrado sobre si o insensível que as obras de arte – do cinema – capturam e nos dão a ver: o excesso de real (Azevedo et al., 2015, p. 7-8).

É preciso nesse contexto propor aos professores que ao trabalharem na perspectiva da linguagem fílmica, analisando as contribuições e elementos que a imagem em movimento traz, diante de um repertório de possibilidades, ir além do debate estético presente na teoria do Cinema e que de algum modo permeiam o âmbito das salas de aulas. Desse modo, o autor nos coloca uma possibilidade pedagógica do cinema, o de “ensinar os tipos de relações de imagens”. Mas não se restringe a isso o agenciamento do cinema no ensino de Geografia, acreditamos que o cinema tem potenciais de movimentar novas formas de vida, novos olhares, com o seu enredo.

Contribuindo para essa compreensão, acrescenta-se a estas ideias, Sousa (2016, p. 11), quando afirma que:

Introduzir um filme como recurso para explicar ou contextualizar um conteúdo de Geografia (falando especificamente da minha área de

formação) é uma situação muito comum, porém, os filmes tornam-se objetos de ilustração, e, somente a sua apresentação é considerada material de trabalho. Se não houver uma problematização sobre o que o cineasta apresentou, tornando a narrativa um conteúdo; uma discussão sobre o processo de criação do filme e suas possibilidades criativas, chamando a atenção para diversos interesses, gestos, formas, pontos de vista e de escuta; perde-se, talvez, o mais intenso que o cinema pode levar para a sala de aula: a experiência pedagógica de ver o mundo como está organizado, a autorização de inventá-lo e alterá-lo, partindo da proposta do autor para o nosso próprio olhar e escolha do que desejamos ver.

Conforme Sousa (2016), para desenvolver um trabalho pedagógico associado a um filme, que estimule a aprendizagem e propicie conhecimento, o professor não precisa ser especializado em cinema. O encontro entre o cinema e o ensino já se tornam meios de ultrapassagem dos limites de um planejamento pedagógico, tendo em vista que o cinema extrapola o limite estabelecido pelo fazer docente, pois dialoga diretamente com o estudante e suas experiências. E essa interação já pode possibilitar novos aprendizados. Nesse entendimento é importante ressaltar o cinema como território de potencialidades múltiplas, contemplando um pensamento sobre como fazer Geografia aliado a diferentes linguagens. (Pimenta; Ferraz, 2014).

Contudo no âmbito acadêmico, o uso do audiovisual enquanto elemento pedagógico e didático empregado para o ensino da Geografia, nem sempre conquista uma unanimidade.

De acordo com Castro (2013), em determinadas circunstâncias, o uso do cinema em sala de aula pode levar a uma fuga da realidade concreta.

A base ficcional do cinema levanta algumas objeções por parte dos mais puristas, por considerarem que a fuga à realidade concreta pode levar a desvirtuações fenomenológicas e cronotópicas (Azevedo, 2006b; Velez de Castro, 2015). Ainda assim o documentário poderá obedecer a uma vertente mais utilitária, porém com o espectro da visão comprometida do realizador que, aliado a uma base não científica, também será considerado geograficamente deturpante. (Castro, 2013, p 445).

Contudo no âmbito acadêmico, o uso do audiovisual enquanto elemento pedagógico e didático empregado para o ensino da Geografia, nem sempre

conquista uma unanimidade. De acordo com Castro (2013), em determinadas circunstâncias, o uso do cinema em sala de aula pode levar a uma fuga da realidade concreta.

A base ficcional do cinema levanta algumas objeções por parte dos mais puristas, por considerarem que a fuga à realidade concreta pode levar a desvirtuações fenomenológicas e cronotópicas (Azevedo, 2006b; Velez de Castro, 2015). Ainda assim o documentário poderá obedecer a uma vertente mais utilitária, porém com o espectro da visão comprometida do realizador que, aliado a uma base não científica, também será considerado geograficamente deturpante (Castro, 2013, p 445).

Para Castro (2013), a utilização do cinema na sala de aula, traz a possibilidade de inovação quanto a prática de ensino e aprendizagem, o que por vezes, pode tornar o ensino mais instigante e atraente. A autora ressalta que o uso do cinema em sala de aula, considerado enquanto proposta metodológica de ensino para a Geografia, ainda é uma construção recente, apesar do fato de que seu uso já permeia as salas de aula há tempos. Portanto, os filmes não apenas refletem valores, concepções e sentimentos, mas também constituem uma linguagem essencial.

Assim a ideia de representação do cinema não está assentada apenas na constituição de imagens, conforme nos diz Pimenta e Ferraz (2014, p. 99-100):

A imagem cinematográfica não é apenas imagem, mas uma imbricação de elementos que são somados a ela, como música, falas, sons, ruídos e silêncios, efeitos de luz, sombras, cores, entre outros elementos que constituem a linguagem cinematográfica. Essa soma produz sensibilidades diferenciadas e são organizadas a partir do objetivo do autor (quais sensibilidades ele objetiva potencializar), o que se dá, geralmente, por meio dos ângulos de filmagens, enquadramentos e tomadas, assim como pelo processo de edição e montagem.

Conforme Castro (2013), no que diz respeito a “aplicação do cinema – filme e documentário – na geografia e na educação geográfica”, é importante considerar

que são instrumentos válidos para a motivação e para a construção da criticidade e da análise de problemas sociais e territoriais.

Dessa forma, a autora considera três tipos de funcionalidade, descritas a seguir:

a) Função Investigativa – o filme pode ter um papel ativo na investigação científica em geografia, permite abordar e discutir conceitos, processos e modelos, do ponto de vista dos quadros teóricos constituídos para sustentar diversas áreas do conhecimento geográfico. Além disso pode se constituir como fonte de exploração de pesquisa, auxiliando em informações e pistas para identificar elementos teóricos que podem em segundo momento ser aprendidos na prática;

b) Função Interpretativa - nesse processo os filmes ou documentários destacam-se pela natureza de seu conteúdo, onde busca-se interpretar, analisar, identificar as categorias e conceitos geográficos de modo crítico e educativo, como os fenômenos territoriais, paisagens, lugar, espaço geográfico, entre outros. Desse modo, segundo Velez (2016), o cinema vai além da ilustração de imagens, sendo usado também para educar e engajar criticamente os estudantes para as questões geográficas;

c) Função Didática – filmes e documentários podem ser largamente utilizados como ferramentas pedagógicas para auxiliar e complementar as aulas de Geografia, sobretudo destacar também as questões ambientais em qualquer nível de ensino. Sendo assim, a função didática promove a exploração reflexiva e criativa dos estudantes, favorece uma experiência de ensino-aprendizagem mais dinâmica e envolvente indo além do papel de mero espectador.

Percebe-se que falar de cinema deixa de ser meramente falar de ficção, entretenimento ou arte, ou ainda, do ato de documentar uma verdade testada cientificamente. É importante ressaltar que a geografia não se limita meramente a

adoção de uma matriz curricular forjada na modernidade e circunscrita ao plano cartesiano, onde impera um sistema codificado de signos negociado por grupos dominantes e reconhecido como legítimo dentro de uma ordem cultural estabelecida.

Nesse contexto, a interrelação estabelecida entre a imagem em movimento do cinema e os conceitos geográficos ganham significado quando são conectados às narrativas presentes no imaginário individual. A narrativa cinematográfica que explora a história, a existência humana, ou seja, que trata do cotidiano dos indivíduos, ganha significado, quando se estabelece um diálogo com as narrativas científicas (Fioravante e Ferreira, 2016).

Desse modo, o cinema expande as possibilidades de compreensão do lugar, do ser humano no mundo, ao não se limitar a uma simples representação do real, mas ao expressar a realidade por meio de imagens. Paralelamente, as narrativas textuais, especialmente as científicas, ampliam suas perspectivas, abandonando modelos uniformes e generalizantes para se conectarem de forma mais profunda aos aspectos perceptivos e afetivos das relações humanas no cotidiano.

Dias (2021), em sua obra, “Percepção Ambiental – sincretismo, gratidão, tributo e conspiração pela vida na Terra”, nos convida a refletir sobre a condição humana e como nossa percepção não está treinada para os detalhes das mudanças e transformações dramáticas que vem acontecendo gradativamente no Planeta.

Essa percepção ambiental, sentida, discutida e esmiuçada pelo autor não é explorada em nosso sistema de ensino, tão pouco se encontra no currículo formal de nossas escolas. Para Dias (2021), a educação é alienada e alienante e não contribui para a construção da percepção ambiental, uma vez que essa educação dos currículos escolares foi estabelecida em “programações mentais por adição de informações”. Desse modo, uma educação formal orientada em centrar-se em “conteúdos e negligenciar os valores humanos”. “Muita teoria, pouca ação. Muita racionalidade cartesiana, pouca sintonia”. “Uma briga entre educação e trabalho e

educação para a cidadania, quando se precisa disso tudo, agora, acoplada as competências para se viver no século XXI” (Dias, 2021, p. 87).

Diante dessas reflexões, o autor evidencia a negligência do nosso sistema de ensino, ao mesmo tempo em que analisa como a falha de percepção humana para as questões ambientais tem contribuindo para escamotear as situações mais emergentes do planeta. Nessa perspectiva, Dias (2021) em sua defesa pujante sobre o que chama de “cutucadas de percepção ambiental”, cita o filme “Jogos de guerra” com Mathew Broderick, direção de Jonh Badham, produção de 1983, EUA.

O filme expõe o risco de uma deflagração de uma guerra nuclear, tendo em vista que se descobre uma brecha no sistema de segurança norte-americano. E, a partir daí um garoto acreditando se tratar de um jogo, entra por acaso nos sistemas de defesa dos Estados Unidos e termina por muito pouco a desencadear um ataque real a Rússia.

Essa produção cinematográfica citada pelo autor é capaz de enriquecer e atizar nossa percepção, e voltar a análise para os aspectos geográficos e seus desdobramentos nos campos geopolítico, cultural, econômico e ambiental, uma vez que foca em questões beligerantes. Ao promovermos um diálogo entre Pimenta e Ferraz (2014), Dias (2021), Castro (2013), Turner (1997) e Viana (2012), compreendemos nesse aspecto que o cinema é fundamental para o pensamento geográfico atual, pois a partir de uma leitura de seus processos criativos é possível vislumbrar o poder dos referenciais imagéticos na elaboração de uma análise socioespacial.

O cinema tem uma maneira única de instaurar a realidade imagética, dependendo da interação do observador com o filme, tornando-se um meio privilegiado para narrar a experiência humana e produzir uma memória individual e coletiva. Portanto, conforme nos traz Ferraz (2005, p. 5010), a força geográfica do cinema é capaz de estabelecer os fundamentos para uma nova percepção do mundo, quiçá uma percepção ambiental, pois “nos educa pedagogicamente para o mundo

dos fragmentos, dos detalhes, de partes separadas que se colocam num mesmo ponto e de unidade aparente fruto da velocidade alienante do nosso dia-a-dia”.

3. AS CONTRIBUIÇÕES PEDAGÓGICAS DO CINEMA PARA EDUCAÇÃO

Na atualidade, a mídia exerce uma influência poderosa sobre a população. Ao considerarmos os mais de cem anos de existência do cinema, podemos observar diversos movimentos com diferentes níveis de produtividade, bem como inúmeras invenções destinadas a aprimorar os processos de elaboração, produção, filmagem, apresentação e distribuição de filmes.

Conforme Fabris (2008) em 1936, Roquete Pinto já antecipava a função pedagógica dos meios de comunicação de massa. No entanto, ele não poderia prever que, mesmo após a universalização da educação esses meios desempenhariam um papel central na vida de todos, não apenas daqueles sem acesso à escola.

Dentro da proposta educacional, cabe à escola proporcionar espaços para o tratamento destas informações por meio do professor, que vêm utilizando as tecnologias na construção do conhecimento e algumas vezes sem um aprofundamento maior como é o caso do uso de filmes no ensino-aprendizado.

Uma das formas de ensinar a Geografia estimulando a criatividade do aluno, instigando a crítica de maneira significativa e lúdica, é utilizar recursos audiovisuais, que são recursos que fazem parte do cotidiano e vivência dos alunos. Entre os recursos audiovisuais pode-se destacar documentários, programas televisivos, filmes, desenhos animados entre outros.

O cinema e a televisão surgiram em épocas de lutas políticas econômicas, sociais e culturais. Como recurso didático, vêm sendo motivos de estudos e críticas desde o início do século XX. Atualmente os filmes estão cada vez mais presentes na vida de jovens e crianças. Por meio das novas tecnologias, o acesso às informações chega cada vez mais rápido, tornando-se assim, interessante e indispensável o uso destas tecnologias a favor da educação.

É importante trazer este cotidiano para dentro da sala de aula. Eles servem como um elo entre a sociedade e suas problemáticas vivenciadas em qualquer parte do mundo, estimula o aluno a aprender e refletir de forma contextualizada e prazerosa, despertando o interesse e motivação para aprendizagem em Geografia, como em diversas disciplinas.

O filme é um produto mercadológico carregado de perspectivas ideológicas a partir de quem o faz. Há espectadores que criticam ao enxergarem as mensagens implícitas, como há o espectador que aceita suas mensagens explícitas como única realidade. É necessário desenvolver uma leitura de imagens, aprender a enxergar o que está implícito. A alfabetização cinematográfica possibilita ao aluno o desenvolvimento de um olhar mais crítico acerca da realidade midiática.

Para Eisenstien (2002), a linguagem cinematográfica é uma linguagem universal, pois é uma forma essencial de expressão. Ela abrange elementos como os diferentes planos, ângulos e movimentos de câmera, além das técnicas de edição, o uso da luz, trilhas sonoras, silêncio e outros detalhes que compõem o universo cinematográfico. Esses elementos formam um vocabulário próprio, com suas próprias sintaxes, flexões, elipses, convenções e gramática imagética. Através da articulação desse léxico, os diretores/criadores de cinema podem transmitir suas ideias e mensagens aproveitando a abrangência dessa linguagem.

Portanto, os filmes são produções que combinam imagens em movimento, técnicas de filmagem e montagem, processo de produção, personagens, e roteiro que desencadeará a materialização de uma história, daí esse processo resulta em um sistema de significados e símbolos, que passam a conceber a linguagem cinematográfica como algo que transcende fronteiras geográficas e culturais para estabelecer comunicação.

São histórias que nos impactam intensamente, pois não apenas nos proporcionam prazer, sonho e imaginação, mas também mexem com nosso inconsciente e desafiam as fronteiras entre realidade e ficção. Quando afirmamos

que o cinema cria um mundo ficcional, devemos entendê-lo como uma maneira pela qual a realidade se apresenta.

Em outras palavras, o cinema é uma forma de expressão que nos permite vivenciar uma realidade inventada, mas que pode ter um impacto profundo em nossa compreensão e experiência do mundo real.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura final desta reflexão considera que o alinhavo entre Geografia, Cinema e meio ambiente contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, promoção da expressão e comunicação, favorecimento de uma visão interdisciplinar, integração de diferentes capacidades e inteligências e valorização do trabalho em grupo (Shewbridge; Berge, 2004).

Compreendemos que o cinema está relacionado à nossa identidade e nos faz pensar sobre a importância da linguagem fílmica em sociedade. Em nossa cultura, a linguagem escrita é de grande valia, conhecer e dominar as diversas obras literárias e seus autores, que contribuem para o exercício da análise, interpretação, compreensão e desenvolvimento crítico. Mas ler fotos, imagens, assistir filmes, vídeos e analisá-los é um universo complexo que deve ser explorado enquanto potência educativa.

Nessa perspectiva, filmes e vídeos, enquanto produto audiovisual, devem ser compreendidos como o sinal final de um processo criativo artístico, além de seu uso instrumental repleto de intencionalidades, atravessamentos culturais e sociais.

Portanto, conclui-se que a linguagem fílmica possui a capacidade de potencializar e de despertar compreensões acerca de diferentes contextos, ampliando assim a experiência de ensino aprendizagem no contexto da Geografia.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, A. F. de.; RAMIREZ, Rosa C.; JUNIOR, W. M. de O. **Introdução: intervalo(s) entre geografias e cinemas**. 2015. Disponível em: <https://www.redekino.com.br/wp->

content/uploads/2016/05/Intervalo_Entre_Geografias_e_Cinemas.pdf. Acesso em: 30 mar. 2022.

CASTRO, F. V. de. **Emigração, identidade e regresso(s)**. A visão cinematográfica dos percursos e dos territórios. 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Fatima-Velez-De-Castro>. Acesso em: 15 out. 2023.

DIAS, G. F. **Percepção Ambiental**: sincretismo, gratidão, tributo e inspiração pela vida na Terra. 1. ed. Brasília, 2021.

DUARTE, R. **Cinema & educação**: refletindo sobre cinema e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

EISENSTIEN, S. **A forma do filme**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. Disponível em: https://monoskop.org/images/5/5f/Eisenstein_Sergei_A_forma_do_filme_2002.pdf. Acesso em: 13 fev. 2021.

FABRIS, E. H. Cinema e Educação: Cinema e Educação: um caminho metodológico. **Educação & Realidade**, p. 117-134, jan./jun., 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/277158628_Cinema_e_Educacao_um_caminho_metodologico. Acesso em: 9 abr. 2022.

FERRAZ, C.B.O. Literatura e Cinema. Espaço/Tempo entre palavras e imagens. **Raído**, Dourados, MS, v. 11, n. 28, jul./dez. 2017, n. especial - ISSN 1984-4018. p. 41-64. Disponível em: (PDF) Literatura e cinema - espaço/tempo entre palavras e imagens. Acesso em: 05 fev. 2024.

FERRAZ, C.B.O. Walter Benjamin: seu pensamento e a Geografia. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10. De 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo/USP, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: USO, 2005, p. 5003-5026. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/03.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2024.

FIORAVANTE, K. E.; FERREIRA, L. F. G. Ensino de Geografia e Cinema: perspectivas teóricas, metodológicas e temáticas. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, Campinas, v. 6, n. 12, p. 209-233, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/360>. Acesso em: 20 jan. 2024

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MARINHO, J. P. da S.; SANTOS, R. R. dos. Cinema e Geografia – Possibilidades de Um Diálogo: O Uso De Filmes Como Metodologia Alternativa Para O Ensino-Aprendizagem. In: ENCONTRO REGIONAL DE ENSINO DE GEOGRAFIA E 3º WORKSHOP DE CARTOGRAFIA E NOVOS LETRAMENTOS, 7. 2021, Universidade de Campinas/Unicamp, Campinas/SP. **Anais [...]**. Campinas: Unicamp, 2021, p. 337 - 346. Disponível em: <https://ocs.ige.unicamp.br/ojs/ereg/article/view/3688/3559> Acesso em: 17 jul. 2024.

PIMENTA, T. A. de S. O ensino de geografia na relação entre cinema e a questão ambiental. **Entre-Lugar**, Dourados, v. 8, n.15, p. 66-77, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326952211_O_ensino_de_geografia_na_relacao_entre_cinema_e_questao_ambiental. Acesso em: 28 jan. 2024.

PIMENTA, T. A. de S.; FERRAZ, C. B. de O. Geografia e Cinema: encontro entre linguagens – imagem e palavra. **Entre-Lugar**, [S. l.], v. 5, n. 10, p. 89–105, 2014. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/entre-lugar/article/view/5134>. Acesso em: 6 jan. 2024.

SOUSA, C, L. de. **O Cinema e a Geografia nos filmes-carta do projeto “Inventar com a diferença”**. Rio de Janeiro. 2016. 126 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://cinead.org/wp-content/uploads/2021/04/dCICERO-LUIS-DE-SOUSA.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2022.

SHEWBRIDGE, W.; BERGE, Z. L. The Role of Theory and Technology in Learning Video Production: The Challenge of Change. 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/234559877_The_Role_of_Theory_and_Technology_in_Learning_Video_Production_The_Challenge_of_Change. Acesso em: 22 maio 2022.

TURNER, G. **Cinema como prática social**. São Paulo: Summus Editorial, 1997. Disponível em: [pdfcoffee.com_cinema-como-pratica-social-graeme-turner-pdf-pdf-free.pdf](https://pdfcoffee.com/cinema-como-pratica-social-graeme-turner-pdf-pdf-free.pdf). Acesso em: 17 jul. 2024.

VIANA, N. **Cinema e Mensagem: análise e assimilação**. Porto Alegre: asterisco, 2012.



Recebido em: 23 de nov. 2024 | Aprovado em: 18 dez. 2024
| Publicado em: 20 dez. 2024

DOI: 10.5433/1984.2024v21n36p160

Telenovelas e a questão racial: o papel do Estatuto da Igualdade Racial na representatividade

Soap Operas and the Racial Issue: The Role of the Statute of Racial Equality in Representation

Welliton Fernando dos Santos¹
Léia Aparecida Veiga²

RESUMO

Este estudo teve como objetivo analisar a representatividade de atores negros nas telenovelas da Rede Globo após a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial em 2010. Apesar do mito da "democracia racial" perpetuar a falsa percepção de ausência de racismo no Brasil, a realidade social do país demonstra o contrário. Com base nisso, a pesquisa concentrou-se em investigar a presença de atores negros nos papéis principais das novelas exibidas às 21h pela emissora, no período posterior à aprovação da lei nº 12.288. A metodologia incluiu a análise de materiais bibliográficos sobre o tema e a utilização de dados secundários disponíveis no site da Rede Globo. Os resultados apontaram uma predominância de atores brancos nas produções exibidas entre 2010 e 2018. Conclui-se que, mesmo com o Estatuto da Igualdade Racial, as telenovelas continuam privilegiando atores brancos em detrimento de atores negros, evidenciando a persistente desigualdade de oportunidades.

Palavra-chave: Representatividade; Estatuto da Igualdade Racial; Estereótipos.

¹ Graduado em Geografia, pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL).

ABSTRACT

This study aimed to analyze the representation of Black actors in telenovelas produced by Rede Globo after the enactment of the Racial Equality Statute in 2010. Despite the myth of "racial democracy," which perpetuates the false perception that racism does not exist in Brazil, the country's social reality proves otherwise. Based on this, the research focused on investigating the presence of Black actors in leading roles in the 9 PM telenovelas broadcast by the network following the approval of Law No. 12,288. The methodology included an analysis of bibliographic materials on the subject and the use of secondary data available on Rede Globo's website. The findings revealed a predominance of white actors in the productions aired between 2010 and 2018. It was concluded that, even with the Racial Equality Statute, telenovelas continue to favor white actors over Black actors, highlighting the persistent inequality of opportunities.

Keywords: Representation; Statute of Racial Equality; Stereotypes.

1. INTRODUÇÃO

A população brasileira, apesar de ser composta por uma quantidade significativa de pessoas negras, ainda enfrenta um racismo estrutural cujas raízes remontam ao período colonial e que tem perdurado por séculos. Ao analisarmos os dados censitários, observamos que, já em 1798, a realidade demográfica brasileira era majoritariamente composta por negros (pretos e pardos). Segundo Rodrigues (2010, p. 21), naquele ano, a população total do Brasil era de 3.250.000 pessoas, das quais 61,17% eram negras (sendo 12,5% libertos, 6,8% pardos e 41,88% escravizados). Os brancos representavam 31,08% da população, e os indígenas, 7,7%. Esse padrão de composição populacional, com a presença de negros em maior número que os brancos, se manteve nas décadas seguintes, conforme demonstram os censos de 1890 e 1900 (Tabela 01).

Tabela 1: Distribuição percentual dos indivíduos segundo a cor\raça, ao longo dos diferentes censos demográficos - Brasil- 1872-2010

ano	branca	Preta	parda	amarela	indígena	s\declaração
1872	38,1	19,7	38,3	0	3,9	0
1890	44	14,6	32,4	0	0,9	0
1900
1920
1940	63,5	14,6	21,2	0,6	0	0,1
1950	61,7	11	26,5	0,6	0	0,2
1960	61	8,7	29,5	0,7	0	0,1
1970
1980	54,2	5,9	38,8	0,6	0	0,4
1990	51,6	5	42,4	0,4	0,2	0,4
2000	53,4	6,1	38,9	0,5	0,4	0,7
2010	47,7	7,6	43,1	1,1	0,4	0

Fonte: PETRUCCELLI; SABOIA, 2013; IBGE, 2010.

Nos censos demográficos das décadas de 1900 e 1920, não foram coletados dados sobre cor ou raça (conforme mostrado no quadro 01). Essa ausência pode ser atribuída ao contexto histórico da época, marcado pelo fim da escravidão, a chegada de imigrantes e as ideias defendidas pela burguesia dominante nas primeiras décadas do século XX. De acordo com Lara (1995, p. 55), a historiografia dessa transição, em sua vertente mais tradicional, afirmava que o escravo havia sido

substituído pelo trabalhador livre, e que o negro escravo desapareceu da história, sendo substituído pelo imigrante europeu. Nesse contexto, o ex-escravo também foi marginalizado, afastado do mundo do trabalho, e ignorado nas narrativas históricas. Esse movimento acadêmico, especialmente nas áreas de história e geografia, se alinhou com a vertente do darwinismo social, que influenciava o pensamento dominante da época.

Jacino (2006, p. 21) destaca que, em nome do progresso e da civilização, surgiu a ideia de que um país composto por uma maioria de raça inferior ou mestiça não poderia alcançar o progresso desejado. Esse pensamento, ligado ao darwinismo social, orientou a elite brasileira a negar a civilização aos negros e mestiços, promovendo um projeto de "branqueamento" para garantir um futuro branco e ocidental para a nação (Jacino, 2006, p. 21-22). O racismo científico gerado pelas discussões raciais do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB), a partir do final do século XIX, e as ações das elites para um controle da transição racial, ocorreram de forma simultânea, alimentando-se mutuamente (Jacino, 2006, p. 20).

Segundo Senkevics (2015, s/p), com base em Petruccelli (2012), as elites brasileiras optaram por não contabilizar a população negra (pretos/pardos) nos censos de 1900 e 1920 para não contrariar o projeto ideológico de branqueamento. Quando, em 1940, o Censo voltou a considerar a cor/etnia, já se observava a prevalência da população branca em relação aos negros (pretos/pardos), fenômeno que perdurou até os anos 2000, conforme o quadro 01.

Diante do racismo estrutural no Brasil, a criação da Lei nº 12.288, que visa garantir a equiparação de oportunidades, é fundamental para o enfrentamento do racismo e para a promoção de uma educação antirracista, tanto nas instituições formais quanto nas não formais. Dentre essas instituições não formais, destaca-se a Rede Globo, uma das emissoras com maior audiência do país, que tem buscado aplicar os dispositivos do Estatuto da Igualdade Racial em seus elencos de telenovelas. O Estatuto visa, além de garantir a igualdade de oportunidades,

combater o racismo e a discriminação contra a população negra, propondo ações tanto para o setor público quanto privado para promover a equidade entre as etnias.

Nesse contexto, surge a questão: a participação de atores negros em papéis de destaque nas telenovelas aumentou após a implementação do Estatuto, ou eles continuam sendo retratados em papéis secundários e estereotipados? O objetivo da pesquisa é investigar a representatividade de atores negros em telenovelas da Rede Globo após a promulgação do Estatuto da Igualdade Racial, em 2010. A análise foca nas novelas exibidas no horário nobre das 21 horas entre 2011 e 2018, período posterior à implementação da Lei, pois as telenovelas continuam sendo os programas audiovisuais mais assistidos no Brasil, e a emissora detém a maior audiência na TV aberta.

A pesquisa envolveu levantamento de dados secundários a partir de fontes bibliográficas e documentais da Rede Globo. Foi organizada uma tabela com informações sobre as telenovelas exibidas entre 2011 e 2018, os protagonistas das tramas (casais principais) e se eram negros/pardos ou brancos, facilitando a análise dos resultados.

O trabalho foi dividido em três partes: a primeira tratou do Estatuto da Igualdade Racial e a relevância das políticas afirmativas, com foco no capítulo VI do Estatuto, que aborda especificamente os meios de comunicação. A segunda parte discutiu os estereótipos enfrentados pelos atores negros nas telenovelas. A última parte apresentou a pesquisa, que teve como base os dados coletados no site da Rede Globo, que contém informações sobre os atores e protagonistas das novelas, sendo essa a principal fonte para a investigação.

2. O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL: UM MARCO PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA

O ônus de todo um passado de exploração no período colonial, segregação, o ideal de branqueamento no fim do século de XIV e parte do século XX, juntamente com a farsa da democracia racial, que impede o debate acerca do racismo, são

fatores que contribuem para a manutenção do *status quo*. Consequência disso, é a permanência de privilégios para uma geração e marginalização para outra, resultando na desigualdade racial triunfando no Brasil.

Em decorrência desses fatores é de extrema necessidade as políticas afirmativas para a equiparação das oportunidades entre os indivíduos. São medidas tomadas seja pelo setor público ou privado, para extirpar desigualdades que foram historicamente acumuladas, assim visa garantir a igualdade, assim equilibrar o acesso às oportunidades, (Prodígios, 2017).

Segundo Ferreira e Costa (2021) as ações afirmativas são:

[...] as políticas afirmativas são medidas especiais de políticas públicas e/ou ações privadas de cunho temporário ou não, pressupondo uma reparação histórica de desigualdades e desvantagens acumuladas e vivenciadas por um grupo racial ou étnico, de modo que essas medidas aumentam e facilitam o acesso desses grupos, garantindo a igualdade de oportunidade.

Em 20 de julho de 2010 foi promulgada, pelo então presidente da república Luís Inácio Lula da Silva, a lei nº 12.288/10. Trata-se do Estatuto da Igualdade Racial, tem por finalidade garantir o acesso as oportunidades para a população negra, defesa de direitos étnicos, a cultura, o combate ao racismo e toda e qualquer discriminação. Em relação a discriminação racial logo no artigo I parágrafo primeiro da lei nº 12.288/10 é definida como:

[...] toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada. (Brasil, 2010).

Ainda, no Art.1º do Estatuto da Igualdade Racial, a lei enfatiza que a desigualdade racial, é todo um estado de diferenciação de acesso e fruição de bens e serviços e oportunidades, e isso tanto no setor público quanto o privado, seja por motivos de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.

No Art. 2º é enfatizada a questão do dever do Estado e de toda a sociedade garantir a igualdade de oportunidades, a todo cidadão brasileiro,

independentemente da etnia, da cor da pele, todos detêm o direito à participação na comunidade, e exemplifica: nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo assim sua dignidade e seus valores religiosos e culturais. Princípios esses contidos na Constituição Federal de 1988 principalmente em seu artigo 3º, que visa construir uma sociedade livre, justa e solidária.

Com o Estatuto foi instituído o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), como forma de organização das políticas afirmativas, possibilitando a articulação e assim a implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar essas desigualdades étnicas historicamente acumuladas e existentes no país (Brasil, 2010).

Portanto, o SINAPIR articula planos e ações voltados à promoção da igualdade étnica, fórmula políticas para combater os fatores de marginalização e promover a integração social da população negra. Assim, criando mecanismos que possibilitem que a população negra tenha acesso a terra, trabalho, moradia, saúde, educação cultura, esporte e lazer (Brasil, 2010).

No capítulo VI o Estatuto refere-se aos meios de comunicação. Logo no seu artigo primeiro, destaca que os órgãos de comunicação terão que valorizar a herança cultural e a participação da população negra na história do Brasil. Vale ressaltar que a mídia (no caso específico a TV aberta e suas telenovelas) sempre retratou de maneira negligente a contribuição da população negra para o país, ou mesmo ocultava a cultura e toda a história de luta dos afro-brasileiros. E o próximo tópico deste trabalho, irá abordar essa situação.

Na produção de filmes e programas realizados pelas emissoras de televisão, elas deverão conferir oportunidades de emprego para atores, figurantes e técnicos negros. Esses requisitos também concernem às peças publicitárias que são veiculadas nas grades de programação das emissoras. Assim, os canais deverão criar

medidas com a finalidade de garantir diversidade étnica em suas produções, por consequência representatividade (Brasil, 2010).

3. OS ESTEREÓTIPOS RACIAIS NAS TELENOVELAS

Segundo Araújo (2000) a primeira telenovela brasileira a ter uma atriz negra com certo destaque foi em *O Direito de Nascer*, folhetim exibido pela extinta rede Tupi, em 1964. Nesta trama, a atriz Isaura Bruno protagonizou “mamãe Dolores”, personagem com todas as características de dois estereótipos clássicos: o primeiro da “mammy⁴” norte-americano, comum em boa parte do século XX no teatro, filmes e telenovelas daquele país, e o da mãe negra, também estereótipo do teatro e literatura brasileira.

Segundo Silva (2018) Mammy é o estereótipo que corresponde a uma trabalhadora negra, doméstica, representada como uma escrava ou liberta que é destituída da relação com seus próprios filhos e passa a cuidar e amamentar os filhos das famílias senhoriais brancas.

Na novela *Beto Rockfeller*, telenovela de 1968, os atores Gésio Amadeu e Zezé Motta receberam os papéis de empregados domésticos. Esses personagens que desempenhavam tais funções se repetiram por inúmeras vezes nas telenovelas brasileiras, o estereótipo do negro serviente, realizados também pelos “fiéis jagunços” geralmente em telenovelas do meio rural. Outro papel análogo é o fiel guarda-costas, por exemplo temos o personagem Rodésio vivido pelo ator Tony Tornado na novela *Roque Santeiro* (1985) da Rede Globo (Araújo, 2000).

Um exemplo clássico de representação da empregada doméstica, segundo Araújo (2000), e que causou polêmica foi na novela *Antônio Maria* (1968). Nela a empregada Maria Clara interpretada por Jacira Silva, vivia uma relação de afeto com seus patrões. Em uma das falas da personagem ela relata: “aqui eu sou tratada como gente”. Numa alusão a casa onde trabalha. E na fala do patrão, escrito pelo autor Geraldo Vietri vem a frase: “Eu também amo a Maria Clara, que importa que ela seja

de cor, se a alma dela é branca e pura. É só isso que interessa”, Tais diálogos que denotam os papéis de raça e o lugar de submissão imposto ao negro na sociedade brasileira.

Uma escolha bastante polêmica foi realizada em a “Cabana do Pai Tomás”, da Rede Globo, exibida entre 1969-1970, que contava em seu elenco com vários atores negros, entre eles a atriz Ruth de Souza. A polêmica foi causada em decorrência de terem dado o papel de protagonista a Sérgio Cardoso, um ator branco, para interpretar um personagem negro e o resultado disso foi a utilização do “black face”. Fazendo com que a classe artística liderada por Plínio Marcos se manifestasse pela indicação de Milton Gonçalves, contudo Sérgio Cardoso permaneceu no papel principal (Araújo, 2000).

O “black face” técnica racista muito utilizada principalmente nos Estados Unidos, consistia em um ator branco interpretar um personagem negro, pintando o rosto com tinta, carvão ou utilizando uma máscara da cor preta para representar os negros no cinema, teatro e na TV. Além da representação estereotipada esse método era uma forma sutil para deixar os atores negros longe dos palcos (Paes, 2014).

Em relação aos personagens negros masculinos criados pelos produtores de telenovelas, os personagens sempre são servientes aos personagens brancos, são eles: os motoristas, secretários, ajudantes pessoais e seguranças. Outro estereótipo bastante utilizado é o do “malandro”, interpretado por um adulto ou criança negra do sexo masculino, trata-se do alívio cômico e esses personagens são conhecidos por serem “espertinhos”, sempre com o “jeitinho brasileiro” para resolver os problemas (Vascouto, 2016).

Também há o estereótipo do “negro perfeito”, personagens com certo destaque nos folhetins, porém não têm uma identidade própria, nem família, se afastam da sua negritude, pois não tem vínculo com a sua origem, sendo assim, muito mais aceitável aos olhos do público branco. Exemplo esse, o personagem vivido

por Milton Gonçalves na novela Pecado Capital, de 1975, da Rede Globo (Araújo, 2000).

Além desses estereótipos, os atores negros são chamados, na grande maioria das vezes, basicamente para interpretar escravos, o grande problema é a forma como são retratados, na maior parte dos casos com uma visão romantizada do período, mostrando uma escravidão branda, e não expondo a luta do povo negro contra a opressão.

Outro ponto é questão da abolição da escravidão retratada nas tramas das telenovelas, às vezes abordada como uma “bondade” dos brancos, alguns exemplos dessas representações descritas anteriormente, se encontram nas telenovelas: Escrava Isaura, de 1976 e Sinhá Moça, de 1986. Ambas exibidas pela Rede Globo, inclusive sendo vendidas para centenas de países, passando uma visão equivocada do período histórico, como se os negros não houvessem lutado pela sua liberdade, passando uma falsa imagem de passividade.

Há ainda a hipersexualização das mulheres negras nas telenovelas (Cambráia, 2017), estereótipos da “mulata sensual”, “fogosa”, “insaciável”, “da cor do pecado”. Este último inclusive foi o título de uma telenovela da rede Globo de 2004, tendo como protagonista a atriz Thaís Araújo, que ganhou notoriedade ao realizar a personagem Xica Da Silva (1996), telenovela essa na qual explorou em muitas cenas a nudez, contribuindo ainda mais para objetificação do corpo da mulher negra.

4. REPRESENTATIVIDADE E PROTAGONISMO: OS NEGROS NAS TELENÓVELAS

A investigação contou com dados retirados do site Memória Globo. As novelas analisadas foram: Insensato Coração, Fina Estampa, Avenida Brasil, Salve Jorge, Amor a vida, Em Família, Império, Babilônia, A Regra do Jogo, Velho Chico, A Lei do Amor, A Força do Querer, O Outro Lado do Paraíso, Segundo Sol e O Sétimo Guardião, folhetins das 21 horas da rede globo exibidos no período de janeiro de 2011 até maio de 2019.

Ao todo foram vinte e sete atores que desempenharam os papéis de protagonistas no período analisado, foram eles: Paola Oliveira, Eriberto Leão, Lília Cabral, Paulo Rocha, Cauã Reymond, Débora Lima Falabella, Nanda Costa, Rodrigo Maranguape Lombardi, Malvino Salvador, Júlia Lemmertz, Gabriel Braga Nunes, Alexandre Nero, Camila Pitanga, Thiago Fragoso, Vanessa Giácomo Domingos Montagner, Cláudia Abreu, Reynaldo Gianecchini, Juliana Paes, Marco Pigossi, Isis Valverde, Fiuk, Bianca Bin, Emilio Dantas, Giovanna Antonelli, Marina Ruy Barbosa e Bruno Gagliasso.

Desses vinte e sete atores, chama a atenção o fato de que vinte e cinco são brancos e representam uma porcentagem de aproximadamente 94% dos atores escolhidos para atuarem como protagonistas nas telenovelas das vinte e uma horas da emissora. Desse número somente duas atrizes negras são elas: Camila Pitanga e Juliana Paes.

Essas histórias são também criadas por escritores brancos. Das novelas analisadas, os escritores foram: Gilberto Braga, Ricardo Linhares, Aguinaldo Silva, João Emanuel Carneiro, Glória Perez, Walcyr Carrasco, Manoel Carlos, João Ximenes Braga, Benedito Ruy Barbosa, Edmara Barbosa, Maria Adelaide Amaral e Vincent Villari. São escritores brancos, que criam personagens brancos para um público no Brasil onde mais da metade da população é negra, essas novelas são vendidas para o exterior como sendo novelas que mostram a “realidade” do País.

[...] Como se sabe, os escritores e diretores das novelas da Rede Globo têm um papel que vai muito além da formulação e condução das narrativas dramatúrgicas. Eles também participam da escolha dos protagonistas e de boa parte do elenco, além de opinarem sobre detalhes que vão da locação ao figurino das novelas. Portanto, do ponto de vista da distribuição de prestígio e poder, a hegemonia de produtores (escritores e diretores) brancos é ainda mais aguda. (Campos; Feres, 2016, p. 47-48)

Exemplo disso é a novela Segundo Sol, exibida em 2018, escrita por João Emanuel Carneiro e ambientada na Bahia, Estado esse com mais de 80% da população que se declara negra (IBGE, 2018). O que chamou a atenção, inclusive, do

Ministério do Trabalho foi a falta de atores negros no folhetim, compondo em seu elenco majoritariamente atores brancos. O que persiste muito fortemente nas mentes dos produtores e diretores é a ideia de que a população negra e afrodescendente é a minoria: a ideologia do branqueamento continua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O capítulo do Estatuto da Igualdade Racial que aborda especificamente os meios de comunicação, apesar de ser composto por apenas quatro artigos, é de extrema relevância, pois trata de um setor fundamental para a construção de narrativas e a disseminação de informações (mídia). Para a efetiva erradicação do racismo e a quebra de preconceitos, a atuação da mídia desempenha um papel crucial, pois, ao refletir a diversidade da sociedade, contribui para a transformação dos padrões discriminatórios enraizados.

O Estatuto da Igualdade Racial, enquanto marco histórico, representa uma conquista significativa, fruto de longas décadas de luta e militância do movimento negro brasileiro. No entanto, mesmo com a implementação desse dispositivo legal voltado para a equiparação de oportunidades, a pesquisa revelou que ainda persiste uma hegemonia nas escolhas dos casais protagonistas nas telenovelas, o que evidencia a continuidade das desigualdades raciais no mercado de trabalho artístico. Mesmo após a aprovação da Lei, em 2010, os atores negros ainda não conseguem acessar as mesmas oportunidades e os papéis de destaque continuam sendo predominantemente atribuídos a atores brancos. Na prática, ao elaborar uma novela, parece haver um pré-requisito não declarado que privilegia os artistas brancos, marginalizando a presença e a representatividade dos negros em papéis centrais.

Embora as dificuldades sejam evidentes, é importante também reconhecer as vitórias conquistadas ao longo dos últimos anos, que representam avanços na luta

contra a desigualdade e o racismo. A Lei de Cotas de 2012, por exemplo, e a Lei nº 11.645, de 2008, que torna obrigatório o ensino da cultura africana e indígena nas escolas, são conquistas importantes. Tais iniciativas são um passo fundamental na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, pois, por meio da educação, é possível combater a cegueira provocada pelo preconceito e promover a verdadeira inclusão. A mudança estrutural passa, sem dúvida, pela conscientização e pela transformação dos sistemas educacionais, que devem ser agentes ativos na desconstrução de estereótipos e na valorização da diversidade étnica e cultural.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, J. Z. De. **A negação do Brasil: identidade racial e estereótipos sobre o negro na história da telenovela brasileira**. São Paulo: Editora SENAC, 2000.

BRASIL. Lei Nº 11.645, Estatuto Da Igualdade Racial, 20 de julho de 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm . Acesso 29/08/2019.

CAMBRAIA, B. Mulheres negras: corpo e cor de uma fetichização que reflete no entretenimento. Portal IG, Acesso em 07/06/2017. Disponível em: <https://gente.ig.com.br/cultura/2017-06-07/fetichizacao-mulheres-negras.html>

CAMPOS, L.; FERES, J. “Globo, a gente se vê por aqui?” - Diversidade racial nas telenovelas das últimas três décadas (1985- 2014). **Plural – Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 23, n. 1, p. 36-52, 2016.

FERREIRA, S. I.; COSTA, C. S. da. A questão racial no Brasil: desafios para a ação afirmativa e para a educação antirracista. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO (SEMIEDU), 29, 2021, Cuiabá. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2021. p. 2493-2504. Disponível em: <https://sol.sbc.org.br/index.php/semiedu/article/download/20348/20176/>. Acesso em: 18/03/2025.

GLOBO. **Memória Globo**. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/>. Acesso em: [18/03/2025].

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 29 ago. 2024.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua)**: Características gerais dos domicílios e dos moradores 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 29 ago. 2024.

JACINO, R. **O trabalho do negro livre na cidade de São Paulo**. 2006. 110 f. Dissertação (Mestrado em História Econômica), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de São Paulo/USP, São Paulo, 2006.

LARA, S. H. Blowin in the Wind: E. P. Thompson e a experiência negra no Brasil. **Proj. História**, São Paulo, (12), out. 1995.

PAES, S. Nega maluca, black face e racismo. **Geledes**, [s.d.]. Disponível em: https://www.geledes.org.br/nega-maluca-black-face-e-racismo/#gs.U0_ywl4. Acesso em: 29 ago. 2024.

PETRUCELLI, J. L.; SABOIA, A. L. (org.). Características étnico-raciais da população: classificações e identidades. **Estudos e análises**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

PRODIGIOS, K. C. M. A importância das ações afirmativas no Brasil: O caso das cotas raciais de acesso à Universidade. **Hegemonia – Revista Eletrônica de Relações Internacionais do Centro Universitário Unicuro**, Brasília, n. 21, p. 154-194, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://revistahegemonia.emnuvens.com.br/hegemonia/article/download/212/165/327> Acesso em: 18/03/2025.

RODRIGUES, R. N. **Os africanos no Brasil** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 303 p. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/mmtct/pdf/rodrigues-9788579820106.pdf>. Acesso em 12/02/2025.

SENKEVICS, A. A cor e a raça nos censos demográficos nacionais. **Ensaio de Gênero – blog**. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/cor-e-raca-nos-censosdemograficos-nacionais/> Acesso 16\12\2024.

SILVA, F. Maternidade negra em Um defeito de cor: a representação literária como disrupção do nacionalismo. **Estudos de literatura brasileira contemporânea**. N. 54. Ago 2018. São Paulo, 2018.

VASCOUTO, L. Estereótipos Racistas que Novelas Brasileiras Precisam Parar de Usar. **Nô de Oito**. 2 Agosto, de 2017. Disponível em: <http://nodeoito.com/estereotipos-racistas-novelas-brasileiras/>. Acesso dia 07/08/2024.